



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES DE MEDEIROS

AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTO ANTÔNIO

RECIFE

2022

MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES DE MEDEIROS

AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTO ANTÔNIO

TCC apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Tomás de Albuquerque Lapa

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Medeiros, Matheus Henrique Rodrigues de..

Avaliação de Integridade do Sítio Histórico de Santo Antônio / Matheus
Henrique Rodrigues de. Medeiros. - Recife, 2022.

137 : il., tab.

Orientador(a): Tomás de Albuquerque. Lapa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2022.

1. Patrimônio Cultural. 2. Santo Antônio. 3. Integridade. 4. Conservação
Integrada. 5. Recife. I. Lapa, Tomás de Albuquerque.. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES DE MEDEIROS

AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTO ANTÔNIO

TCC apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: 13/10/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dra. Danielle de Melo Rocha (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dra. Onilda Gomes Bezerra (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Me. Davi Dornelles Rodrigues de Souza Valentim (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À memória da minha avó,
Maria do Carmo.

AGRADECIMENTOS

Chega ao fim essa longa etapa da minha vida e aqui deixo o meu profundo agradecimento a todos que colaboraram, de alguma forma, para essa realização. Assim como essa pesquisa que trata de significados, nesse momento, trago aqui os significados que ecoam na minha vida, por todas as mãos que me deram suporte nessa caminhada.

Agradeço a toda minha família, em especial a minha base familiar: à minha mãe *Rejane*, pelo amor generoso, cuidado constante, apoio incondicional e por ser minha maior referência profissional. À minha tia e fiel incentivadora, *Fátima*, por me apresentar o mundo através dos seus olhos e por nunca medir esforços por mim e pela minha felicidade. E ao meu pai *André*, por todo suporte e por sempre acreditar no legado da educação na minha vida. Essa conquista também é de vocês e de todos que nos antecederam, obrigado por tanto.

À família que escolhi, meus queridos amigos, peças fundamentais na minha construção pessoal e lugar seguro de sensibilidade e acolhida. Agradeço com todo o meu amor, especialmente, às minhas irmãs de alma *Dominique* e *Luana*, pela longa caminhada dividida e por serem porto seguro sempre que as referências parecem desaparecer.

Ao meu amor, *Alexandre*. Agradeço por todo o suporte emocional, pelo bem-querer constante e, principalmente, por me lembrar que a vida e o amor acontecem fora da graduação. Estendo aqui os agradecimentos para toda a sua família e amigos que se tornaram sinônimo de acolhida para mim.

Aos lindos encontros que a graduação me proporcionou, em especial aos meus presentes para a vida, *Antonio Neto*, *Eloísa Santos*, *Lucas Mendes* e *Malu Mariz*. Além de me proporcionarem os dias mais felizes na UFPE, vocês me inspiram e são referências do que busquei ter por perto na vida.

Ao meu orientador, *Tomás Lapa*, por quem nutro profunda admiração. Agradeço por sua confiança, motivação e vasto conhecimento que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa. Estendo aqui o agradecimento, em especial, ao Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP) e ao corpo docente da Universidade Federal de Pernambuco que contribuíram, direta e indiretamente, para a conclusão desta etapa.

À todos que, pela lei natural dos encontros, deixei e recebi um tanto: meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Os debates internacionais acerca da gestão do patrimônio com base nos conceitos de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade, põs em xeque a eficácia das legislações de preservação das cidades brasileiras, como no caso do Recife (PE). O objetivo do trabalho é realizar uma leitura crítica da Lei de Preservação dos Monumentos Históricos do Recife, promulgada em 1979, à luz do conceito de Integridade, a partir de um cotejo da situação dos bens culturais do sítio histórico de Santo Antônio, parte da ZEPH-10, no início do marco temporal (1979), em comparação aos dias atuais (2022). Esse cotejo tem a finalidade de avaliar o estado de integridade dos bens culturais que compõem o bairro, de modo que os resultados possam servir de referência para aperfeiçoar as futuras intervenções e/ou ações de gestão do patrimônio. Os procedimentos metodológicos adotados foram compostos por revisões bibliográficas, análises morfo-tipológicas, levantamentos fotográficos e investigações fenomenológicas, norteados por ferramentas de análise quantitativa e qualitativa desenvolvidas para avaliar as condições de integridade de bens culturais em sítios históricos.

Palavras-chave: Santo Antônio; ZEPH-10; Recife; Integridade; Patrimônio Cultural; Conservação Integrada.

ABSTRACT

The international debates about heritage management based on the concepts of Cultural Significance, Integrity and Authenticity, called into question the effectiveness of preservation legislation in Brazilian cities, as in the case of Recife (PE). The objective of this work is to carry out a critical reading of the Law for the Preservation of Historic Monuments of Recife, enacted in 1979, in the light of the concept of Integrity, based on a comparison of the situation of the cultural assets of the historic site of Santo Antônio, part of the ZEPH-10, at the beginning of the time frame (1979), compared to the present day (2022). This comparison aims to assess the state of integrity of the cultural assets that make up the neighborhood, so that the results can serve as a reference to improve future interventions and/or heritage management actions. The methodological procedures adopted were composed of bibliographic reviews, morpho-typological analysis, photographic surveys and phenomenological investigations, guided by quantitative and qualitative analysis tools developed to assess the integrity conditions of cultural assets in historic sites.

Keywords: Santo Antônio; ZEPH-10; Recife; Integrity; Cultural Heritage; Integrated Conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proposta de preservação do PPSH/RMR para a ZEPH-10.....	29
Figura 2 – Delimitação dos Setores de Proteção Rigorosa dentro da ZEPH-10, no PPSH/RMR.....	29
Figura 3 – Configuração atual da ZEPH-10.....	31
Figura 4 – Ocupação Holandesa, 1631.....	32
Figura 5 – Mapa de 1639.....	33
Figura 6 – Vista da Cidade Maurícia, Frans Post, 1657.....	34
Figura 7 – Recife e Cidade Maurícea – 1771.....	35
Figura 8 – Vias com definição de gabarito mínimo de 3 pavimentos na Lei de 1919, sobre mapa de 1932.....	37
Figura 9 – Plano de Santo Antônio aprovado pela Comissão do Plano da Cidade em 1934.....	41
Figura 10 – Tecido urbano de Santo Antônio em 1951.....	45
Figura 11 – Tecido urbano de Santo Antônio em 1974.....	45
Figura 12 – Comparação entre Santo Antônio e São José antes da construção da Av. Dantas Barreto.....	46
Figura 13 – Comparação entre Santo Antônio e São José depois da construção da Av. Dantas Barreto.....	46
Figura 14 – Mapa dos bairros de Santo Antônio e São José (1971/1973).....	46
Figura 15 – Estado de Preservação dos imóveis de Santo Antônio.....	52
Figura 16 – Estado de Conservação dos imóveis no bairro de Santo Antônio.....	53
Figura 17 – Fluxograma de agentes e atividades.....	54
Figura 18 – Ocupação Marielle Franco em edifício na Praça da Independência.....	55
Figura 19 – Av. Guararapes com a presença da Estação de BRT.....	56
Figura 20 – Presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social nas ruas de Santo Antônio.....	57
Figura 21 – Fachada da Igreja Matriz de Santo Antônio.....	62
Figura 22 – Capela de Batismo da Igreja.....	63
Figura 23 – Nave principal da Igreja.....	64
Figura 24 – Dependências internas da Igreja Matriz de Santo Antônio.....	65
Figura 25 – Painel do Espírito Santo.....	66
Figura 26 – Elevações da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 1979.....	69
Figura 27 – Elevações da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 1979.....	69
Figura 28 – Elevações da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 1979.....	69
Figura 29 – Elevações da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 1979.....	69
Figura 30 – Mapa de Danos com elevação da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 2010.....	70
Figura 31 – Mapa de Danos com elevação da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 2010.....	70
Figura 32 – Mapa de Danos com planta baixa da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 2010.....	70

Figura 33 – Situação atual da Igreja Matriz de Santo Antônio e a Casa Paroquial anexa (2022).....	71
Figura 34 – Polígono de estudo do conjunto.....	72
Figura 35 – Praça da República descampada e a presença dos equipamentos públicos, em 1850.....	73
Figura 36 – Praça da República, Palácio do Campo das Princesas e Teatro Santa Isabel em 1880.....	74
Figura 37 – Perspectiva do Conjunto da Praça da República e sua relação com o Rio Capibaribe.....	75
Figura 38 – Teatro Santa Isabel, em 1880.....	76
Figura 39 – Planta baixa da edificação.....	77
Figura 40 – Situação atual do Teatro Santa Isabel (2022).....	77
Figura 41 – Cartão Postal centrado no Palácio do Campo das Princesas, em 1920.....	78
Figura 42 – Situação atual do Palácio do Campo das Princesas (2022).....	79
Figura 43 – Palácio da Justiça, no ano de 1929.....	80
Figura 44 – Situação atual do Palácio da Justiça (2022).....	81
Figura 45 – Liceu de Artes e Ofícios, em 1905.....	82
Figura 46 – Situação atual do antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios.....	83
Figura 47 – Polígono delimitado para estudo do conjunto.....	84
Figura 48 – Perspectiva do projeto do conjunto da Av. Guararapes.....	85
Figura 49 – Perspectiva do conjunto da Av. Guararapes.....	86
Figura 50 – Planta baixa do conjunto da Av. Guararapes.....	87
Figura 51 – Fachada do Cinema Art-Palácio.....	87
Figura 52 – Fachada do Edf. Trianon.....	87
Figura 53 – Fachada Edf. Sertã.....	87
Figura 54 – Fachada do edifício dos Correios e Telégrafo.....	88
Figura 55 – Fachada do edifício Ednaldo Reinado e o do Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPC).....	88
Figura 56 – Fachada do edifício BANDEPE.....	89
Figura 57 – Fachada do edifício Sulacap.....	89
Figura 58 – Fachada do edifício Almare.....	89
Figura 59 – Fachada do edifício Almare anexo.....	89
Figura 60 – Conjunto da Av. Guararapes com a presença das estações de BRT.....	91
Figura 61 – Evento “Viva Guararapes”, criado pelo Recentro, em 2022.....	92
Figura 62 – Prédio do Diário de Pernambuco no início do século XX.....	94
Figura 63 – Edifício do Diário de Pernambuco em 1942.....	95
Figura 64 – Edifício do Diário de Pernambuco na década de 1960.....	95
Figura 65 – Fachada do Edifício no início do século XXI.....	96
Figura 66 – Proposta de intervenção do Escritório Barin Moreira para a Antiga Sede do Diário de Pernambuco.....	97

Figura 67 – Situação atual de abandono da Antiga Sede do Diário de Pernambuco.....	98
Figura 68 – Situação atual de abandono da Antiga Sede do Diário de Pernambuco.....	98
Figura 69 – Situação atual de abandono da Antiga Sede do Diário de Pernambuco.....	98
Figura 70 – Situação atual de abandono da Antiga Sede do Diário de Pernambuco.....	98
Figura 71 – Localização da Praça da Independência.....	99
Figura 72 – Planta de 1865 mostrando as lojas na Praça.....	100
Figura 73 – Praça no início do século XX.....	100
Figura 74 – Praça da Independência por volta de 1910.....	101
Figura 75 – Praça da Independência em meio às demolições para a abertura da Av. Dantas Barreto.....	102
Figura 76 – Praça da Independência em fase de reforma, no ano de 1974.....	103
Figura 77 – Praça da Independência em 1992.....	104
Figura 78 – Situação atual da Praça da Independência (2022).....	105
Figura 79 – Situação atual da Praça da Independência (2022).....	105
Figura 80 – Situação atual da Praça da Independência (2022).....	105
Figura 81 – Situação atual da Praça da Independência (2022).....	105
Figura 82 – Obra denominada “o boi voador”.....	106
Figura 83 – Ponte do Recife, em 1855.....	107
Figura 84 – Ponte Sete de Setembro e seus detalhes, em 1880.....	108
Figura 85 – Ponte Sete de Setembro e seus detalhes, em 1880.....	108
Figura 86 – Recife-Ponte Maurício de Nassau, Sec. XX.....	109
Figura 87 – Estátuas de Minerva, na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau.....	110
Figura 88 – Estátuas de Ceres, na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau.....	110
Figura 89 – Estátua de mulher com Cadeceu de Hermes, na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau.....	111
Figura 90 – Estátua de Justiça, na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau.....	111
Figura 91 – Ponte Maurício de Nassau, em 2022.....	112
Figura 92 – Primeiro desfile do O Bloco de Máscaras O Galo da Madrugada.....	113
Figura 93 – Primeiro desfile do O Bloco de Máscaras O Galo da Madrugada.....	113
Figura 94 – Imagem aérea da Ponte Duarte Coelho com a estátua do Galo em meio ao desfile.....	114
Figura 95 – A camarotização do desfile.....	115
Figura 96 – O histórico comércio popular de rua.....	115
Figura 97 – A presença de ritmos e danças locais, a exemplo do Frevo.....	116
Figura 98 – Desfile do Galo da Madrugada na tradicional Rua da Concórdia.....	116
Figura 99 – Desfile do Galo da Madrugada na tradicional Rua da Concórdia.....	116

Figura 100 – Escultura do Galo na Ponte Duarte Coelho no ano de 2003.....	117
Figura 101 – Escultura do Galo na Ponte Duarte Coelho no ano de 2006.....	117
Figura 102 – Comércio da Rua Nova na década de 1970.....	119
Figura 103 – Esvaziamento do comércio na Rua Nova, atualmente.....	121
Figura 104 – Procissão de Nossa Senhora do Carmo, em 1979.....	123
Figura 105 – Procissão de Nossa Senhora do Carmo, em 1979.....	123
Figura 106 – Festa de Nossa Senhora do Carmo.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução Populacional no Recife entre os anos de 1910-1923.....	38
Tabela 2 – Percentual dos usos nos imóveis analisados na ZEPH-10, em 1979.....	50
Tabela 3 – Percentual dos usos nos imóveis da ZEPH-10, em 2017.....	50
Tabela 4 – Usos em Santo Antônio, por pavimento (2017).....	51
Tabela 5 – Tabela síntese das análises de Integridade, com base em Jokilehto (2006).....	125
Tabela 6 – Tabela síntese da mensuração da integridade.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CONCEITUAÇÃO	15
1.1. Introdução às noções patrimoniais: Integridade e Autenticidade	15
1.2. Significância cultural como instrumento de gestão	20
1.3. A lei nº 13.957 de 1979: Plano de Preservação dos Sítios Históricos	21
1.4. Ameaça ao Patrimônio: PPSH x Integridade e Autenticidade	23
2. CONTEXTUALIZAÇÃO: ZEPH 10 - BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO: CONTEXTO HISTÓRICO E IDENTIFICAÇÃO DOS BENS	26
2.1. O bairro de Santo Antônio: Análise Histórica - Formação da ZEPH-10	30
2.2. Situação Atual do conjunto edificado e novas dinâmicas espaciais de Santo Antônio	47
2.3. Identificação dos Atributos	56
3. OPERACIONALIZAÇÃO	58
3.1. Igreja Matriz de Santo Antônio	59
3.2. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República	70
3.3. Conjunto Moderno da Av. Guararapes	82
3.4. Antiga Sede do Diário de Pernambuco	91
3.5. Praça da Independência/Praça do Diário e Largo Assis Chateaubriand	97
3.6. Ponte Maurício de Nassau	104
3.7. Galo da Madrugada	111
3.8. Diversidade do Comércio da Rua Nova	116
3.9. Procissão do Carmo	120
3.10. Mensuração	123
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A importância do debate internacional acerca da preservação do patrimônio vem sendo crescente nas últimas décadas e propicia a introdução de novos parâmetros capazes de apoiar a fundamentação das ações de Conservação Integrada. Como resultado disso, a UNESCO apresentou os conceitos de uma gestão do patrimônio pautada na Significância Cultural, ou seja, na observação dos valores atribuídos ao bem. Para alcançar esse objetivo, se faz necessário o conhecimento dos conceitos de Integridade e Autenticidade.

O surgimento desses novos conceitos internacionais pôs em xeque a eficácia das legislações de preservação das cidades brasileiras, como no caso do Recife. Menezes (2015) que apontou para uma necessidade de renovação, pois são observadas lacunas entre a primeira lei municipal de preservação do patrimônio do Recife, de 1979, baseada no Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH) de 1978, e os conceitos contemporâneos, além das dificuldades de diferentes naturezas que a aplicação da lei encontra.

Em vista dessa problemática e das ameaças iminentes ao patrimônio da cidade, a autora acima citada aponta para a urgência em aproximar os conceitos de Integridade e Autenticidade à prática da realidade Recifense, onde essa relevante questão é responsável pela determinação do objetivo do presente trabalho. Dessa forma, a pesquisa se debruça sobre a caracterização do conceito de Integridade, aplicado às Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, correspondendo aos bairros de Santo Antônio e São José (ZEPH-10), para proporcionar uma melhor gestão da conservação do patrimônio do Recife.

A motivação para a escolha do objeto empírico a ser analisado se deu após o conhecimento da área de estudo, por meio das disciplinas cursadas ao longo da graduação em Arquitetura e Urbanismo. Tais disciplinas me fizeram refletir sobre a importância da área para a formação territorial do Recife e os significados e valores abarcados nesse sítio histórico, levando-me a observar sua situação atual e as novas dinâmicas espaciais que movimentam essa centralidade, por parte dos atores sociais que atuam nesse espaço.

Dito isso, tendo em vista a contemporaneidade do tema e do objeto de estudo, o presente trabalho se atém a analisar o bairro de Santo Antônio, de modo a reconhecer os atributos que o compõem e analisá-los à luz do conceito de Integridade. Tendo em vista a pandemia de Covid-19 e o encurtamento dos períodos letivos, resultando no encurtamento do tempo disponível para a elaboração do presente trabalho, foram restringidas as análises das condições de Integridade, pela não-obrigatoriedade da consulta aos atores sociais. Assim, não foram abrangidas no decorrer do trabalho as noções de Autenticidade, Significância Cultural e Valor, mesmo que tenham sido informadas sua devida importância para os temas voltados para a Conservação Integrada.

Para a elaboração do trabalho, os capítulos foram estruturados da seguinte maneira: a introdução, cujo objetivo da pesquisa é apresentado no corpo do texto; o primeiro capítulo apresenta uma conceituação, que tem como objetivo central debater os conceitos contemporâneos da conservação integrada, com destaque para a Integridade, e confrontá-los à realidade recifense, destacando às ameaças ocasionadas pelo desalinhamento dos mesmos com a Lei nº 13.957 de 1979. O segundo capítulo trata da contextualização, no qual é apresentado o objeto de estudo, a ZEPH-10, com foco no bairro de Santo Antônio. Dessa maneira estuda-se sua evolução histórica, chegando-se à situação atual, com suas complexas dinâmicas recentes. Neste capítulo, o objetivo é identificar os atributos que serão analisados no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, chamado de operacionalização, serão analisados os atributos que compõem a porção de Santo Antônio na ZEPH-10, sob a ótica da Integridade, de acordo com as subdivisões propostas por Jokilehto (2006). Por fim, os resultados serão sintetizados numa tabela-síntese, que se desdobrará nas considerações finais, onde será apresentado um panorama geral da pesquisa e suas futuras implicações, com base nos resultados alcançados.

Como referências para a elaboração do trabalho, foram adotadas as contribuições de Menezes (2015) que fundamenta a problemática a ser enfrentada e

aponta os rumos para que sejam alcançados os objetivos da pesquisa. Para a aproximação das noções patrimoniais foram utilizados, além da autora, os trabalhos de Tabosa (2021), Jokilehto (2006), Stovel (2007), Lacerda (2012) e as cartas da UNESCO. Para o levantamento histórico do objeto de estudo, trabalhos como o de Menezes (1988), o de Reynaldo (2017) e o Diagnóstico elaborado pela DPPC (2020) foram de extrema importância para a compreensão do passado e do presente do bairro. A metodologia de Lira (2009) para a sistematização dos resultados por meio de sua mensuração, é norteadora do capítulo no qual é realizada a operacionalização da análise.

O presente trabalho se propõe, portanto, a realizar uma leitura crítica da Lei de Preservação dos Monumentos Históricos do Recife, promulgada em 1979, à luz do conceito de Integridade, com uma abordagem fenomenológica, por meio do cotejo da situação dos atributos do bairro de Santo Antônio, no início do marco temporal (1979), em comparação aos dias atuais (2022). A finalidade é observar o estado de integridade dos atributos que compõem o bairro, de modo a evidenciar os seus riscos e necessidades, com base numa análise conceitual integrada dos temas. Dessa maneira, espera-se que os resultados possam servir de referência para o aperfeiçoamento das futuras ações de gestão do patrimônio.

1. CONCEITUAÇÃO

1.1. Introdução às noções patrimoniais: Integridade e Autenticidade

Os conceitos de Integridade e Autenticidade foram em primeiro plano introduzidas no campo da conservação integrada com a Carta de Veneza (1964) no II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, que também deu origem ao Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) (MENEZES, 2015). Esses conceitos se tornaram centrais no que tange à conservação, no âmbito internacional. Assim, em linhas gerais, cada Nação deveria aplicar, de acordo com sua cultura, em linhas gerais, as formas de intervenção sobre

os bens patrimoniais de modo a garantir sua originalidade e uma destinação útil para a sociedade. A esse respeito, Menezes (2015) afirma:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (Cury 2004, 91).

O conceito de Integridade é encontrado de forma superficial nas cartas patrimoniais, em primeiro momento, e só passou a ser definido, de fato, no Guia Operacional da UNESCO (2019, p. 88 apud. Segundo Tabosa (2021):

“A integridade é uma medida da inteireza e intacticidade do patrimônio natural e/ou cultural e de seus atributos. Examinar as condições de integridade exige, portanto, avaliar até que ponto a propriedade: a) inclui todos os elementos necessários para expressar seu Valor Universal Excepcional; b) possui tamanho adequado para garantir a representação completa dos recursos e processos que transmitem o significado da propriedade; c) sofre de efeitos adversos do desenvolvimento e / ou negligência. Isso deve ser apresentado em uma declaração de integridade” (UNESCO, 2019, p. 88 apud. TABOSA, 2021).

Tabosa (2021) narra que, com base na análise de Stovel (2007) sobre a avaliação da UNESCO, o conceito de inteireza se molda a partir da capacidade do bem de transmitir significados, por meio de esforços comunicativos ou sua realidade física, enquanto intacticidade se refere ao estado do bem frente às ameaças à sua existência e em seu redor.

Segundo Tabosa (2021), Stovel (2007) faz referência às contribuições de Jokilehto (2006), onde esse autor aponta três dimensões do conceito de Integridade. Tais dimensões deverão ser aplicadas aos atributos analisados para a preservação dos bens culturais, tendo em vista sua significância cultural, fundamentadas na representação completa das características que transmitem a sua importância. São as seguintes três dimensões apontadas por Jokilehto:

1. **Integridade Sócio-Funcional:** consiste em avaliar se o bem em questão preservou sua função usual e social. Ou seja, se mantém o uso e apropriação social para os quais foi destinado, a partir do momento de análise, no recorte temporal adotado.

2. **Integridade Estrutural:** consiste tanto em analisar os elementos físico-materiais que sobreviveram no tempo do recorte escolhido, como também em avaliar se o bem atua como elemento urbanístico do processo de consolidação do espaço urbano em questão.
3. **Integridade Visual:** consiste em identificar os aspectos estéticos, no sentido de pontuar as mudanças ou permanências apreendidas com o olhar, e se elas influenciam ou não na relação do bem com o seu entorno. Ou seja, avaliar as características preservadas ou alteradas na paisagem na qual o bem está inserido.

Na Carta de Veneza (1964), o conceito de Autenticidade abordado se detinha a uma definição ainda não detalhada, onde afirmava-se que o processo de restauração "fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos". Posteriormente, em 1977, o termo passou a ser inserido pela UNESCO no debate internacional, quando passou a ser exigido um "Teste de Autenticidade" aos bens para sua incorporação à lista de Patrimônio da Humanidade, se efetivando enquanto parâmetro internacional da conservação, como narra Tabosa (2021).

Em 1977, nas Diretrizes Operacionais da UNESCO, a aplicação do conceito de Autenticidade se encontra voltado para os atributos materiais, onde se buscava avaliar as condições de: "forma e função, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas e localização e sítio" (Tabosa, 2021). Com o advento da Convenção de Nara (1994), os aspectos imateriais se incorporaram à discussão, mesmo que com dificuldades para sua aplicação prática, definidos como "importantes indicadores de caráter e sentido de lugar". (UNESCO, 2019, p. 27 apud. Tabosa 2021)

Assim, por definição de Stovel (2004), no *Operational Guidelines for the implementation of World Heritage Convention* (UNESCO, 2005), ratificado por Jokilehto (2006), a Autenticidade pode ser definida como um conceito relativo, atrelado à capacidade dos atributos de expressarem claramente os valores verdadeiros, genuínos e confiáveis. Desse modo, para a expressão verdadeira dos valores, o bem precisa estar autêntico: "a autenticidade está relacionada à verdade dos atributos, que são de natureza material e imaterial" (SILVA e ZANCHETTI, 2012 p.10 apud. Tabosa, 2021)

No trabalho de Lira (2009), foram definidas e adotadas três dimensões para a análise da autenticidade, que são:

1. **Autenticidade Construtiva:** Segundo LIRA (2009), essa dimensão “está relacionada com os processos de fazer ou refazer dos bens culturais mantidos do passado ou, por alguma razão, retomados no presente” (LIRA, 2009, p.139). É a dimensão que consiste em avaliar se o bem passou por reformas que respeitaram suas técnicas e materiais construtivos de origem.
2. **Autenticidade Objetiva:** é a dimensão que avalia se o bem passou por reformas que introduziram um novo material ou técnica construtiva ao bem cultural.
3. **Autenticidade Expressiva:** consiste na dimensão que avalia a relação do ser humano com o bem em questão. Independente de fatores que podem ter alterado ou preservado o bem, essa dimensão busca entender se ele continua a representar significados culturais para a população.

Os conceitos de Integridade e Autenticidade são aplicados aos atributos de um bem, tido por definição de Tinoco (2020, p.227 apud. Tabosa 2021) como "um predicado, algo da essência, da substância, da natureza de uma coisa, independente da interpretação das pessoas" sendo eles de natureza material ou imaterial. Esse reconhecimento dos atributos para além da natureza físico-material, se deu a partir do Documento de Nara Sobre Autenticidade, elaborado em 1994, que incluía ao Guia Operacional da UNESCO os “atributos intangíveis”, de caráter não-material, bem como sua compreensão, identificação, formas de avaliação quanto à Integridade e Autenticidade e formas de preservação (Tabosa, 2021), destacado em:

O principal fator de atribuição de valores (...) [e] os julgamentos quanto à autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação (...) [que] devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, **espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos**. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas e científicas. (ICOMOS, 1994 apud. Tabosa 2021)

Azevedo (2013) afirma que “a identificação de atributos é uma das formas de objetivar os significados de um bem patrimonial” pois, por meio das análises de

Integridade e Autenticidade, é possível identificar os valores que são expressos pelos atributos e que embasam a noção de significância cultural do bem patrimonial.

Com base nisso, fica clara a interdependência dos atributos, à luz da noção de Valor, que possui um caráter subjetivo, amplo, complexo e de múltiplos significados, “heranças daqueles que nos precederam” (LACERDA, 2012, p. 02). Com base nisso, Tabosa (2021) destaca a etimologia da palavra patrimônio, que por definição refere-se a “bens deixados de pais para filhos”. Portanto, na categoria de heranças, são dotados de significância cultural. Lacerda (2012) disserta sobre a necessidade de salvaguarda desses valores em:

“Não se trata de conservá-los por conservá-los, mas de conservar prevenindo uma possível alteração de seus valores. A tarefa não é simples, uma vez que significa identificar os valores atribuídos a esses bens, não apenas pelas gerações passadas, mas também pela [geração] presente e por aquelas que hão de vir. (...) [E] o grande desafio, quando se trata de valorar esses bens, é como conciliar todos os seus tipos de valores”. (LACERDA, 2012, p.45)

O conceito de Valor é definido por Tabosa (2021) como as qualidades que são conferidas aos atributos, analisados pelos instrumentos de Integridade e Autenticidade, e por possuir um caráter subjetivo, Lacerda (2012) destaca a importância de uma consulta aos atores sociais no processo de valoração, e conforme afirma (LIRA, 2009) não há um conjunto de indicadores definitivos, em face da capacidade desses valores se modificarem com o decorrer do tempo. A noção de Valor recebeu contribuições notáveis de autores como Riegl (1903), Marta de La Torre (2002), Lacerda (2012) e da Carta de Burra (2013).

Esta última foi qualificada pela UNESCO e vem sofrendo atualizações desde 1979, no processo de categorização dos valores, a fim de contemplar todas as percepções do bem. É importante salientar que essas categorias não serão aprofundadas no presente trabalho, em razão de não fazerem parte do objetivo do estudo. Não obstante, destaca-se a importância do conceito de Valor, como base para a compreensão geral da Significância Cultural.

A compreensão de como as noções de Integridade e Autenticidade, no processo de análise do estado de conservação dos atributos, permite reconhecer os valores que lhe são atribuídos, evidenciando a importância dessa ferramenta como chave para atingir a Significância Cultural, que baliza a preservação do patrimônio preconizada pela UNESCO.

De posse dessas informações e reconhecendo a devida importância das noções apresentadas para a Conservação Integrada, importa observar que não serão tratadas aqui em profundidade, por questões metodológicas e operacionais. O presente trabalho irá se ater à avaliação das condições de integridade dos atributos, observado como uma contribuição primeira, capaz de suscitar a necessidade de estudos posteriores.

1.2. Significância cultural como instrumento de gestão

Os conceitos de Integridade, Autenticidade e Valor dão suporte à noção geral de Significância Cultural, que são vistas como uma tríade para a conservação integrada, como colocam Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) em: “A autenticidade, significância cultural e integridade compõem esse grupo de três pilares que apoiam o sistema internacional de salvaguarda dos bens patrimoniais nas últimas décadas”.

O conceito de Significância Cultural foi primeiro apontado como resultado dos valores estético, histórico, científico ou social, para as gerações presentes, passadas e futuras (UNESCO, 1980). Posteriormente, esse conceito foi amadurecido por autores como Zancheti et. al (2009), segundo o qual a significância é definida como o conjunto de valores vinculados ao patrimônio cultural, no passado e no presente, que derivam da intersubjetividade e que necessitam da validação social para sua ampla compreensão. A versão mais recente da Carta da Burra (2013) identifica a significância cultural como:

“O conjunto de valores que podem ser mutáveis ao longo do tempo e com o uso, valores que estão contidos no bem em si, na matéria, configuração, uso, associações, documentações, bem correlatos e objetos correlatos, e que podem abarcar uma variedade de valores diferentes para indivíduos ou grupos”. (UNESCO, 2013)

Segundo a avaliação de Menezes (2015), a Carta da Burra (2013) reitera a importância de salvaguardar os bens onde são reconhecidos valores associados à significância cultural de um conjunto edificado, para além da manutenção da Integridade e da Autenticidade, com intervenções cautelosas. Pois, mesmo que o bem tenha sofrido significativas perdas materiais, outros valores podem passar a ser considerados.

Desse modo, Menezes (2015) afirma que as noções de significância cultural quando aplicadas à gestão do patrimônio, expandem o foco da conservação para além dos objetos em si e passam a considerar os atributos que lhes conferem significados, abarcados pela noção de valor e de função. Assim, as decisões tomadas são baseadas na análise dos valores e significados identificados pelos diferentes atores sociais que os compõem e que permitem um melhor equilíbrio das ações de conservação a serem dialogadas entre as partes interessadas, a fim de dirimir os conflitos que podem ser gerados.

A autora reconhece que a significância cultural é que rege as ações de gestão do patrimônio e que a conservação deve estar baseada na manutenção dos seus significados. Assim, as intervenções a serem realizadas devem mantê-los, mudando o máximo necessário, mas o mínimo possível (ICOMOS AUSTRALIA, 2013 apud. MENEZES, 2015).

1.3. A lei nº 13.957 de 1979: Plano de Preservação dos Sítios Históricos

Os fundamentos propagados pelo Plano de Bolonha influenciaram diretamente a criação de outros planos no campo da Conservação Integrada, a exemplo da Declaração de Amsterdam (1975), que também serviu de base para a criação do PPSH. Dentre suas principais recomendações, para além das trazidas no plano da cidade italiana, se destacam a preocupação de que as intervenções futuras não alterassem a composição social dos habitantes, de modo a beneficiar todas as camadas sociais por meio do financiamento público (IPHAN, 2000).

O presente trabalho busca analisar os fundamentos abarcados pelo PPSH (FIDEM, 1978) que desenvolveu um estudo acerca dos sítios históricos e a realização de um inventário do estado de conservação dos imóveis. Posteriormente, em 1979, foi promulgada a Lei de Preservação dos Sítios Históricos do Recife. Inspirados na Declaração de Amsterdam, de 1975, a lei contempla os seguintes aspectos: (i) a adoção do conceito de sítio histórico, ou seja, onde não apenas os monumentos isolados são valorizados, mas um conjunto urbano; (ii) estabelecimento de regras para futuras intervenções; (iii) atribuição aos municípios da

responsabilidade de criar planos detalhados e específicos para seus sítios históricos. (PONTUAL, 2007).

De acordo com Menezes (2015), o PPSH se baseia nas Normas de Quito (1967), que por sua vez, foi influenciada pela Carta de Veneza (1964), tida como “norma mundial em matéria de preservação de sítios e monumentos históricos e artísticos” (Cury 2004, 118 apud. MENEZES). Desse modo, as Normas de Quito previam que, para efeitos legislativos, fossem definidos três tipos de zonas de proteção, com base nos níveis da necessidade de salvaguarda, sendo elas: (a) zona de proteção rigorosa, que correspondia à de maior densidade monumental ou de ambiente; (b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; e (c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de integrá-la com a natureza circundante.

No PPSH, os polígonos preconizados pela Norma de Quito foram adaptados para a criação de Zonas de Preservação (ZP) em cada sítio histórico, que se subdividem nas seguintes categorias: rigorosa (ZPR) ou ambiental (ZPA). Na ZPR seriam englobadas as edificações sujeitas a intensa proteção, enquanto a ZPA seria uma zona de “amortecimento” entre os objetos de preservação rigorosa e o restante do espaço edificado, além da especificação dos tipos de obras para cada categoria elencada.

Com base no reconhecimento de sítios históricos urbanos e rurais na RMR, caberia a cada município desenvolver seus projetos específicos para cada sítio, de modo a contemplar as zonas identificadas por meio de polígonos precisos e com as formas de intervenção regulamentadas (GOMES, 1995 apud. MENEZES, 2015). Além disso, o inventário dos sítios históricos definiu os parâmetros de ocupação e normas de uso do solo (MENEZES, 2015).

Com base nessas informações, Reynaldo (2017) afirma que o PPSH foi um documento:

“Elaborado com o objetivo principal de inventariar as zonas urbanas de valor notável da Região Metropolitana do Recife, de modo a definir as possibilidades financeiras da intervenção urbanística elencadas pelo programa federal, foi muito além. É um minucioso documento de inventário e classificação dos Sítios Tombados, Conjuntos Antigos, Edifícios Isolados,

Povoados Antigos, Sedes de Engenhos, Ruínas e Vilas Operárias”.
(REYNALDO, 2017)

O documento instituiu 31 Zonas de Preservação (ZP), que seriam classificadas em categorias, como detalhadas por Reynaldo (2017), que delimitam a forma de intervenção específica para cada situação, considerando os bens patrimoniais da área.

Assim, são permitidas obras de conservação, para os edifícios preservados, restauro, para os edifícios modificados, e de reforma, para os edifícios modificados ou recentes. Para os casos de reforma, o Plano prevê a necessidade de integração com o conjunto, com tratamentos nas fachadas e cobertas, de modo a não desviar a apreensão visual do conjunto, atraindo atenção para si. Além disso, as novas construções que viessem a ser realizadas nos terrenos vagos, deveriam ser de caráter moderno, atendendo às exigências das edificações recentes (PPSH).

As Zonas de Preservação (ZP) criadas pelo PPSH foram incorporadas à gestão na Lei de Uso e Ocupação do Solo (1983), onde as Subzonas passaram a ser reconhecidas como Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e Setor de Preservação Ambiental (SPA), ratificada pelo Plano Diretor da Cidade do Recife (1991), e posteriormente pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (1996) onde as ZP foram renomeadas e reconhecidas como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH).

1.4. Ameaça ao Patrimônio: PPSH x Integridade e Autenticidade

Mesmo que os conceitos de Integridade e Autenticidade já tivessem sido abordadas na Carta de Veneza (1964), eles não foram tratadas no PPSH, em razão do não aprofundamento desses conceitos, na época de sua elaboração (MENEZES, 2015). Em razão disso, atualmente, com a difusão internacional desses temas, bem como o reconhecimento do seu papel na salvaguarda dos bens patrimoniais pela UNESCO, é notada a desatualização da Lei nº 13.957/1979, diante desses conceitos, que implicam em uma prática que não considera a significância cultural e

suas complexidades na gestão da conservação urbanas, sendo capazes de ameaçar o patrimônio da Cidade.

Dessa forma, são descortinadas lacunas entre o PPSH e o sistema internacional de conservação vigente, apoiado nos pilares de Integridade e Autenticidade. Menezes (2015) aborda questões como a desconsideração dos valores intangíveis dos lugares e a valorização exclusiva dos aspectos materiais das edificações, como fachadas e volumetrias. Além disso, os sítios históricos são vistos como um somatório de imóveis, onde o tratamento dado a conjuntos históricos é o mesmo das edificações isoladas e a não há preocupação com a manutenção dos seus residentes, diretriz já preconizada na Declaração de Amsterdam (1975).

Outra questão abordada por Menezes (2015) são as formas de intervenção previstas na Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), onde as edificações com perda de sua feição original deverão receber obras de restauro, a fim de “impedir intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas características, nas suas linhas ou na sua integridade, alterando-lhes a feição original” (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE 1981, 14 apud. MENEZES 2015). Entretanto, essa colocação é questionável do ponto de vista da perda da Autenticidade do imóvel, uma vez que exige o restauro da edificação para recuperar sua integridade.

Em sua teoria da conservação, Munõz Vinas (2005) aborda a importância da preservação dos significados de determinado bem e da verdade do objeto. Em linhas gerais, o autor questiona a ação de intervenções de restauro, alicerçada nas teorias clássicas, que buscam restituir a todo custo sua condição original, a mais autêntica. Desse modo, são capazes de interferir na sua integridade e na capacidade de transmitir valores, distanciando-se ainda mais do seu estado verdadeiro. Portanto, o autor ratifica a importância da gestão alicerçada na significância cultural quando coloca que:

“..As sociedades protegem seus objetos não por causa dos objetos em si, mas devido aos efeitos simbólicos e intangíveis que uma alteração indesejada pode acarretar para os sujeitos que compõem tal sociedade (...) Assim sendo, a teoria contemporânea não relaciona a conservação à busca pela verdade, mas à preservação de significados”. (VIÑAS, 2005)

Somadas a essas questões, Menezes (2015) coloca que as dificuldades atuais para a adequação dos conceitos trazidos pela ZEPH às práticas preservacionistas efetivas advêm de diferentes naturezas, como: as deficiências da gestão municipal; a sobreposição dos usos tradicionais dos sítios históricos; a livre atuação do mercado imobiliário; a cultura de realizar obras de maneira informal; a falta de investimentos, são ações que impulsionam a modificação das estruturas urbanas e que são capazes de “desfigurar” os sítios históricos. Desse modo, são percebidas duas questões que são: a discrepância entre a prática e as exigências da lei vigente, e entre a lei e os conceitos de Integridade e Autenticidade, tidos como critérios internacionais adotados para a conservação integrada.

Com base nos argumentos acima, observa-se que os conceitos de uma gestão pautada na significância cultural, na Integridade e na Autenticidade, enfraquecem o instrumento de preservação atual. Esse instrumento teve como base o PPSH, estruturado na delimitação de polígonos (ZEPHs), que criam zoneamentos rígidos onde a não permissão de transformações materiais podem acarretar na perda desses critérios internacionais (MENEZES, 2015).

Zancheti e Loretto (2012) às práticas conservacionistas devem lidar com a complexidade das cidades contemporâneas e manter vivos os seus significados ao longo do tempo. Desse modo, sem a leitura cuidadosa dos seus valores, fica clara a ameaça ao patrimônio cultural da cidade do Recife, acarretados de Integridade e Autenticidade.

O presente trabalho se propõe a realizar uma leitura crítica do Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH), elaborado em 1978, à luz dos conceitos de Integridade, com uma abordagem fenomenológica, por meio do cotejo da situação dos atributos do bairro de Santo Antônio, no início do marco temporal (1979) e nos dias atuais (2022). A finalidade é observar o estado de integridade dos atributos que compõem o bairro, de modo a evidenciar os seus riscos e necessidades, com a integração conceitual dos temas de modo que possam servir de referência para a melhoria das futuras ações de gestão do patrimônio.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: ZEPH 10 - BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO: CONTEXTO HISTÓRICO E IDENTIFICAÇÃO DOS BENS

Com base nas considerações feitas no capítulo anterior, o presente capítulo tem como objeto de estudo a atual Zona Especial de Patrimônio Cultural - ZEPH 10, resultado da delimitação do PPSH/RMR (1978), que classificou os bairros de Santo Antônio e São José enquanto Conjuntos Antigos, pelo Decreto Nº 11.693 de 1980, com base no diagnóstico (FIDEM, 1978, p.185):

“A área apresenta um acervo considerável de edificações antigas do século XVIII, XIX e do início do século XX, constituindo vários conjuntos, onde se observa, em grande parte, o traçado primitivo da trama urbana, sobretudo no Bairro de São José. Essa trama do sistema viário é caracterizada pelas ruas estreitas, becos e vielas tortuosas que se abrem, de vez em quando, em pátios.

Convém observar que, da estrutura original, o que se conserva hoje é uma amostra significativa do traçado urbano dos séculos XVII e XVIII.

O Bairro de Santo Antônio, por sua vez, pouco possui do seu traçado primitivo; conserva alguns conjuntos homogêneos de edificações e vários monumentos isolados. O tráfego intenso de veículos pesados, nas estreitas ruas do bairro é um dos problemas principais, assim como o estacionamento que ocupa a maioria dos pátios das igrejas, em detrimento do valor ambiental e da beleza desses lugares.

Na área do projeto São José/Santo Antônio, estão localizados vinte e quatro edifícios de grande valor histórico/cultural, dos quais dezesseis são construções religiosas, quatro são exemplares da arquitetura civil, três são exemplares da arquitetura oficial e um da arquitetura militar. Dessas edificações isoladas de caráter monumental, quinze já são monumentos tombados pelo IPHAN”. (FIDEM, 1978, p.185)

De acordo com o diagnóstico da DPPC (2020), a criação da ZEPH-10, em 1980, consolidou na área o padrão de ocupação até então. O diagnóstico destacava a evolução urbana dos bairros, que contemplavam “edificações símbolo do esplendor religioso dos séculos XVII e XVIII, os equipamentos do século XIX – segundo a composição do repertório neoclássico –, exemplares de arquitetura eclética – como o edifício do Diário de Pernambuco –, e exemplares da arquitetura moderna”. Segundo o diagnóstico, tais edificações deveriam ser valoradas tanto individualmente quanto como conjunto arquitetônico e de paisagem (DPPC, 2020).



Figura 1: Proposta de preservação do PPSH/RMR para a ZEPH-10.
Fonte: FIDEM, 1978.

No diagnóstico do PPSH (1978), a ZEPH-10 foi enquadrada em diferentes áreas de projeto e setores de preservação ambiental, nos bairros de Santo Antônio e São José, com base no grau de descaracterização, na época de construção e na importância intrínseca do monumento ou conjunto monumental, de acordo com o diagnóstico da DPPC (2020) (Figura 1). Posteriormente, as áreas destacadas foram, posteriormente, englobadas em quatro Zonas de Preservação Rigorosa, a ZPR 1 (Conjunto da Praça da República e Convento de Santo Antônio), ZPR 2 (Rua Nova), a ZPR 3 (Praça do Carmo) e a ZPR 4 (Bairro de São José e trecho de Santo Antônio), como destacado na Figura 2.



Figura 2: Delimitação dos Setores de Proteção Rigorosa dentro da ZEPH-10, no PPSH/RMR.
Fonte: RECIFE, 1979.

O diagnóstico da DPPC (2020) disserta sobre os objetivos da criação de setores dentro das zonas de preservação no sítio histórico de Santo Antônio e São José, destacando que sua subdivisão seria baseada nos critérios de homogeneidade no tocante à descaracterização, época de construção das edificações e sua importância intrínseca para o conjunto:

Importa observar que, uma vez que um dos objetivos do PPSH/RMR era estabelecer critérios de prioridade para a execução de obras preservacionistas, a área global do sítio histórico de Santo Antônio e São José foi dividida em setores de projetos com a finalidade de se estabelecerem prioridades em relação à possível efetivação de obras. O critério adotado para essa subdivisão foi a homogeneidade em relação ao grau de descaracterização, época de construção e a importância intrínseca do monumento ou conjunto monumental (DPPC, 2020).

Posteriormente, em 1992, foram criados dois novos Setores de Preservação Rigorosa no bairro de Santo Antônio: o conjunto modernista da Av. Guararapes (SPR-5) e a Sede do Diário de Pernambuco e Praça da Independência (SPR-6), anteriormente consideradas Setores de Preservação Ambiental, como afirma a DPPC (2020). Desse modo, foi concebida a configuração atual da ZEPH-10, decretada pela LUOS de 1996 (lei nº 16.176/96) (Figura 3) que, para além disso, definiu a atual nomenclatura incorporando o termo “cultural”, que permite atribuir a esses sítios históricos valores provenientes da dimensão imaterial e natural, incluindo a paisagem (DPPC, 2020).

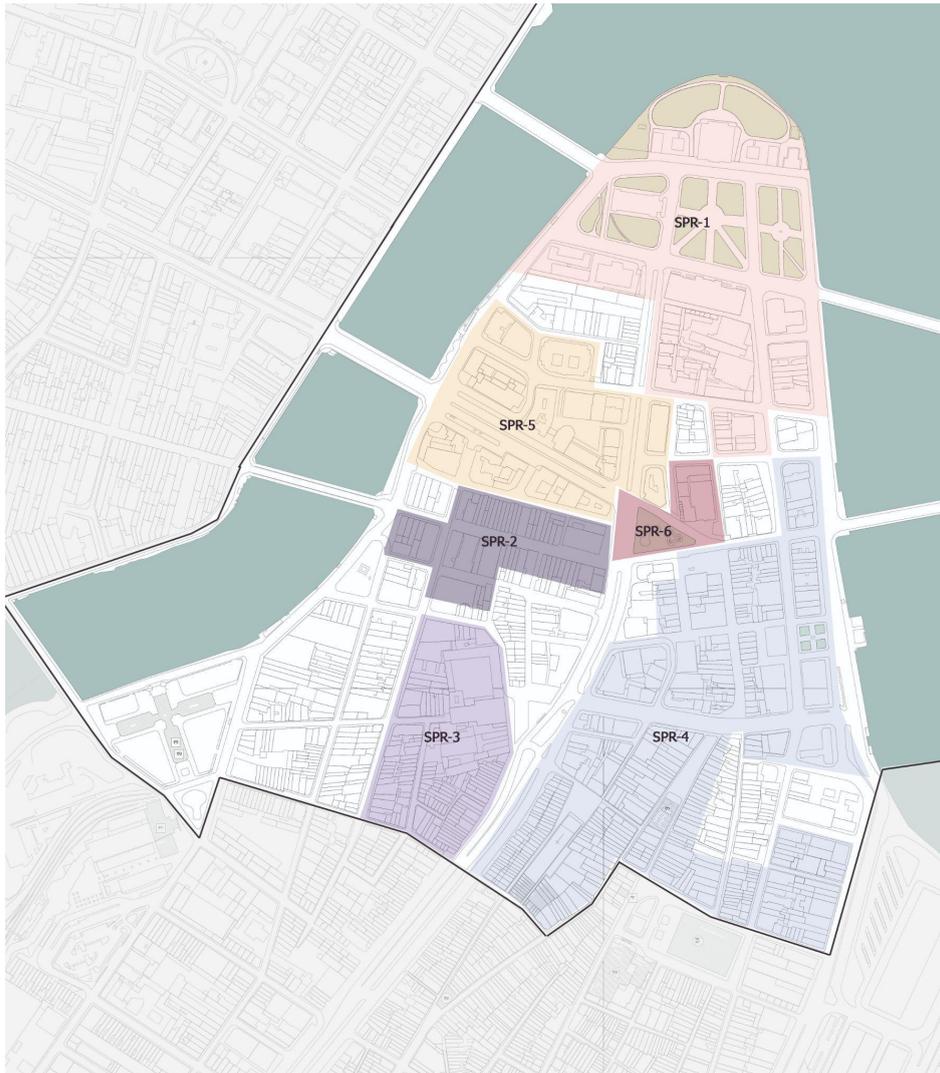


Figura 3: Disposição das SPR na configuração atual da ZEPH-10.
Fonte: Acervo do Autor.

A criação da ZEPH foi de grande valia para a salvaguarda do patrimônio material do Recife. Entretanto, é importante destacar a necessidade de revisar alguns aspectos legais, com intuito de adaptá-los aos conceitos de uma gestão pautada pela significância cultural, como apresenta a UNESCO, adequada à realidade da cidade. Assim, o presente trabalho utilizará o PPSH e o Diagnóstico da DPPC, este último elaborado em 2020, que analisou as características atuais da ZEPH-10 e ZEPH-14 ao longo das últimas quatro décadas.

Assim, o capítulo busca realizar uma leitura crítica da ZEPH-10, por meio da caracterização do objeto de estudo, em seus aspectos gerais, geográficos, históricos, além de uma análise da sua situação atual. Esse levantamento tem o objetivo de conduzir a identificação dos atributos que compõem

a ZEPH-10 a serem avaliados à luz do conceito de Integridade, por meio de um cotejo da sua situação em 1978 em relação aos dias atuais. Para fins metodológicos, reconhecendo a extensa dimensão territorial da ZEPH-10 e sua diversidade de atributos, o presente trabalho se debruça sobre o sítio histórico de Santo Antônio, tanto no levantamento histórico quanto na seleção dos atributos.

2.1. O bairro de Santo Antônio: Análise Histórica - Formação da ZEPH-10

O processo de ocupação do Recife se inicia, efetivamente, no Século XVII, e até a chegada dos holandeses o Recife ainda dependia de Olinda. A ocupação inicial da Ilha de Antônio Vaz se deu a partir da construção do convento de Santo Antônio, em 1606. Em 1630, existiam ainda poucas residências e comércios aos arredores do convento, enquanto o restante da ilha permanecia desocupado. Apesar da ocupação da cidade se concentrar no atual Bairro do Recife, com a chegada dos holandeses houve a intensificação da ocupação na Ilha de Antônio Vaz, com base num sistema de fortificações (Figura 4) que contribuíram para a consolidação dos atuais sítios históricos de Santo Antônio e São José.

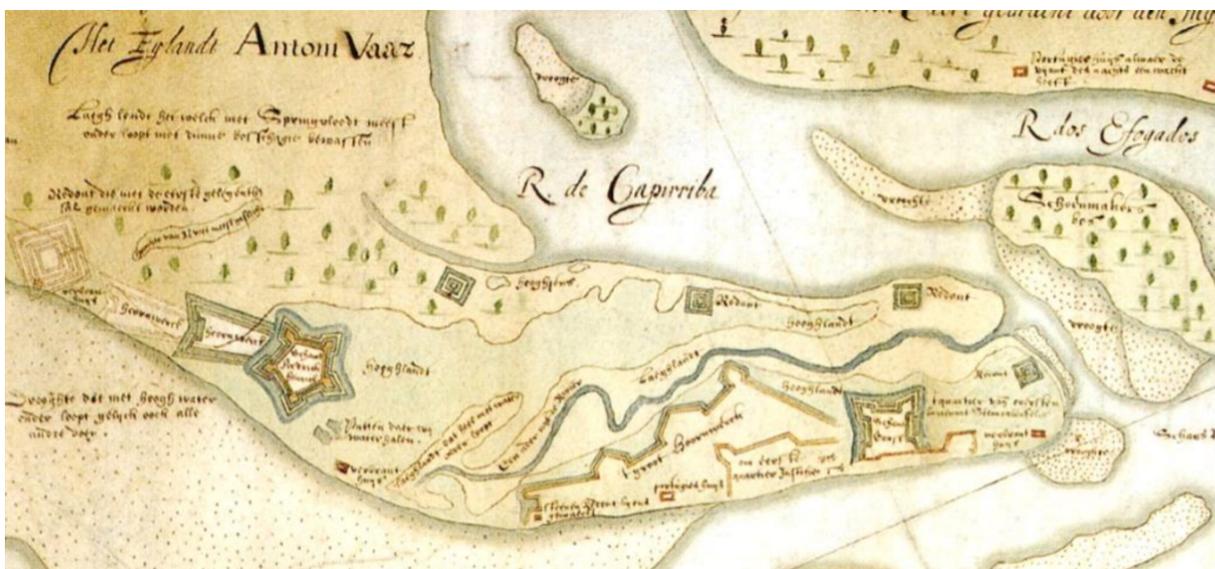


Figura 4: Ocupação Holandesa, 1631.

Fonte: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VASCONCELOS_THATIANA_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf

Em 1637, Maurício de Nassau deu um grande impulso à urbanização da Ilha (Figura 5). Naquele ano, já havia indícios de déficit habitacional, o que levou Nassau a embarcar na construção de uma nova cidade na Ilha de Antônio Vaz. Além do grande adensamento no istmo do Recife, essa decisão pode também ter sido

impulsionada pelos altos preços da habitação ali praticados, acima da capacidade de pagamento do funcionário médio da Companhia das Índias Ocidentais. Em contraposição, a terra em Antônio Vaz era muito mais barata.



Figura 5: Mapa de 1639.

Fonte: <http://maturicomunicacao.com/testes/job/bra-sil-holandes/recife/>

A invasão holandesa foi um aspecto marcante para o direcionamento dos três eixos de urbanização da parte central do Recife, com a construção de fortes e redutos para dificultar os ataques por terra. O primeiro eixo avançou em direção ao norte do bairro do Recife, em sentido Olinda, onde está atualmente o Forte de São João Batista do Brum. O segundo, cruzou o Rio Capibaribe e ocupou a Ilha de Antônio Vaz, em direção aos atuais bairros de Santo Antônio e São José.

Já o terceiro eixo configurou-se na metade do século XVIII, a partir do aterro da Boa Vista, originando a Rua da Imperatriz e, na parte mais rígida, ao bairro da Boa Vista. Os aterros ajudaram de forma direta na expansão, ampliando as áreas construídas nas ilhas do Recife e de Antônio Vaz, bem como nos arredores do Cabanga, da Boa Vista, dos Coelhos, da Ilha do Leite, dos dois lados da bacia do Pina e na área portuária.

A precursora intervenção no Recife corresponde ao Plano de Pieter Post, parcialmente executado no atual bairro de São José. Tal plano urbanístico foi decidido com a chegada de Maurício de Nassau em Pernambuco, que teve como arquiteto projetista Pieter Post, com a intenção de construir a nova Cidade Maurícia e de urbanizar a Ilha de Antônio Vaz (Figura 6).



Figura 6: Vista da Cidade Maurícia, Frans Post, ost, 1657.
Fonte: <http://www.ufrpe.br/br/content/o-recife-holand%C3%AAs>

Desde sua formação, a cidade do Recife teve um caráter comercial e burguês, tendo sido definida por três atores principais: o comerciante burguês, os religiosos e o administrador português. Em Antônio Vaz, percebe-se uma divisão clara dessas atividades principais, como configuradoras do espaço urbano, característica que permaneceu até o Século XX. Residência popular ao sul, atividades comerciais na área mais central e a sede do poder político no extremo norte, estava consolidada. A área comercial manteve o padrão tipológico do núcleo portuário, de sobrados de uso misto, enquanto a área residencial era composta por pequenas construções térreas. Embora essa área residencial tenha sido pensada como uma forma de desafogar a ocupação do Istmo, Antônio Vaz acabou por ser ocupada como moradia da população menos abastada. A construção religiosa apareceu, a partir da metade do século XVII, como elemento relevante da urbanização da área.

O século XVIII foi chamado o Século de Ouro do Recife, pois representou o ápice da cidade, construída segundo princípios artísticos barrocos, na qual a Ilha de Antônio de Vaz era o núcleo da cidade barroca. A herança urbana desse período marcou a imagem da cidade até o início do século XX. Ao final do século XVIII, o

Recife havia ocupado toda a área prevista pelo plano holandês na Ilha de Antônio Vaz e expandido a mancha urbana para a Boa Vista. O sistema urbano ganhou grande complexidade, com três assentamentos interligados por duas pontes, conforme pode ser visto na imagem abaixo (Figura 7) que retrata a cidade, em 1771.

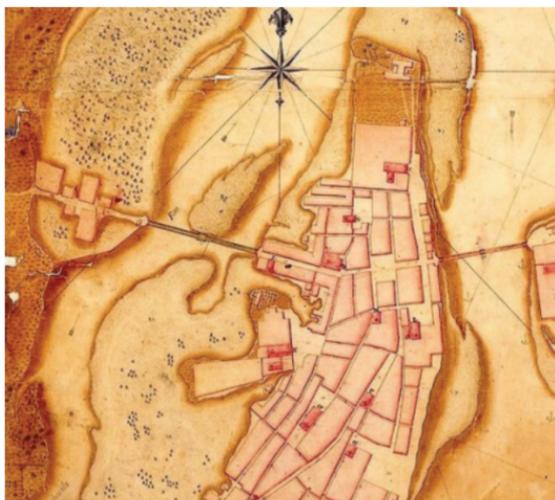


Figura 7: Recife e Cidade Maurícea – 1771.

Fonte: >www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VASCONCELOS_THATIANA_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf<

Durante a primeira metade do século XIX, houve poucas alterações no traçado urbano identificado anteriormente. A partir da segunda metade do século XIX, configurou-se um novo momento da expansão urbana. Com a construção da Matriz de São José entre 1843 e 1864, localizada mais ao sul do Forte das Cinco Pontas, foi adotado um novo limite de mancha urbana. Com isso, verifica-se a primeira referência como São José à área residencial mais ao sul da ilha como São José, indicando a divisão do antigo povoado em dois bairros.

Ainda em meados do século XIX, a Ilha de Antônio Vaz passou pelas primeiras propostas de modernização de seu território. No início do século, com o deslocamento da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos ao livre comércio entre as nações, houve um grande desenvolvimento econômico, que estimulou a proposição de políticas urbanas para a adaptação da cidade às novas demandas geradas por esse crescimento.

A Repartição de Obras Públicas foi criada em 1835, com intuito de modernizar a cidade por meio de um amplo programa de obras. Assim, foram criadas as infraestruturas necessárias à expansão para os arredores, uma vez que a

cidade tinha um grande potencial de urbanização. Durante o governo de Francisco do Rego Barros (1837-1844), a Repartição deu início às obras, com intervenções que propiciaram maior mobilidade e infraestruturas urbanas, como fornecimento de água e luz, enquanto o centro recebeu novos equipamentos culturais e institucionais.

No final do século XIX, devido às melhorias no transporte, a burguesia iniciou um processo de esvaziamento do centro, em favor da moradia nos bairros a oeste que possibilitaram um estilo de vida rural, com chácaras e sítios, bastante diferente daquele da área central, com baixa densidade e casas unifamiliares. Isso gerou um preconceito associado à moradia em casas geminadas de uso misto do centro. Ao longo do tempo, o perfil da população do centro também foi se alterando, tanto pelo aumento da população livre - por causa da Lei Áurea que passou a considerar escravidão crime -, quanto pelo êxodo das classes abastadas para o campo.

Na cidade do Recife, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela criação de normativas urbanísticas que passaram a guiar o processo de ocupação urbana, de modo a contribuir para a configuração atual, no que tange à morfologia, tipologia e especialização funcional (DPPC, 2020). O ponto de partida das normativas se deu em 1919, com a criação da Lei Nº 1.051/1919, que previa um código de posturas e obras municipais, baseadas nos princípios do sanitarista Saturnino de Brito. O primeiro zoneamento da cidade foi realizado com o intuito de definir diferentes tipologias para cada zona, dentre as quais os perímetros principal, urbano, suburbano e rural. Dessa maneira, o bairro de Santo Antônio compreendia duas zonas: perímetro principal, urbano e a área remanescente, predominantemente residencial.

No perímetro principal, destaca-se a normativa que restringiu o uso dos sobrados para o comércio e serviços e previu alturas mínimas das edificações de acordo com a largura das ruas, com no mínimo 3 pavimentos. O trecho que engloba a Rua Nova e a Praça da Independência tornou-se um ponto nodal do bairro, conectando o conjunto urbano verticalizado (DPPC, 2020). O fato é afirmado por Reynaldo (1998) em:

“..uma vez que a reforma do Bairro do Recife ainda seguia, era necessário definir as tipologias a configurarem o novo território, desenhando uma hierarquia espacial através do gabarito dos imóveis. Ainda que o centro do Recife já se caracterizasse por sobrados altos, era necessário garantir uma verticalidade mínima para o caso de substituição das construções existentes... uma perspectiva de características francesas – conjunto homogêneo de edifícios de fachadas ecléticas nas novas avenidas (REYNALDO, 1998)

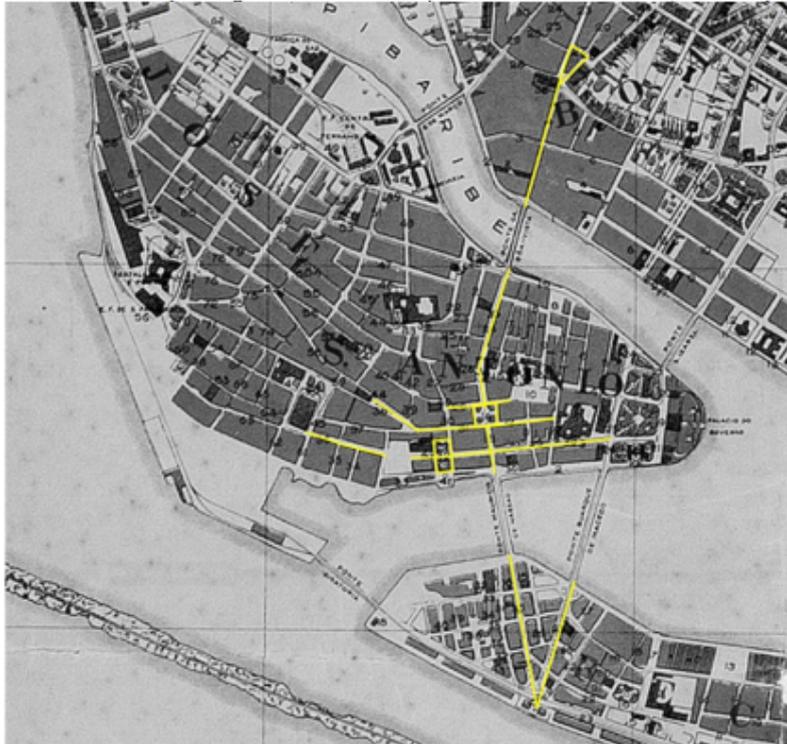


Figura 8: Vias com definição de gabarito mínimo de 3 pavimentos na Lei de 1919, sobre mapa de 1932. Fonte: DPPC (2020).

Desse modo, as implicações diretas da aplicação dessa normativa se deram no campo habitacional. Com a restrição de uso nos sobrados e a proibição de “construções de características rústicas, como casas de taipa e mocambos” (DPPC, 2020), fortemente influenciados pelas questões higienistas da época, o bairro de Santo Antônio foi sofrendo paulatinas reduções no número de habitações. De acordo com a Tabela 1 (DPPC, 2020), onde são analisados os dados populacionais por bairro do Recife, entre 1910 e 1923, o Recife sofreu um incremento populacional de cerca de 150%. Os dados em questão mostram a diminuição de habitações no centro e o crescimento em áreas suburbanas, como nos bairros da Várzea e do Poço da Panela, de modo que esse fato “evidencia a diminuição do papel do centro urbano como lugar privilegiado da moradia” (MENEZES, 2015).

Anos	Freguesias								
	B. do Recife	Santo Antônio	São José	Boa Vista	Graças	Afo-gados	Várzea	Poço da Panela	Recife
1910	13204	19234	21576	22726	13056	19694	4153	10330	123746
1913	5146	14857	32404	22876	11884	15578	13887	23857	217076
1923	3206	20915	31143	50900	59824	69687	29813	47662	313150
1923/ 1910 (%)	-75,7	8,7	44,3	124,0	358,2	253,8	617,9	361,4	153,0

Tabela 1: Evolução Populacional no Recife entre os anos de 1910-1923.
Fonte: DPPC (2020).

No início do século XX, o bairro de Santo Antônio se tornou alvo de grandes planos urbanísticos da cidade, em razão da não compatibilidade com as reformas ocorridas no Bairro do Recife. A partir de então, foi necessário empreender melhorias em Santo Antônio nas questões de salubridade, de acessibilidade e desobstrução das vias para facilitar o tráfego de automóveis, fortemente repercutida nas falas de autoridades (PONTUAL E PICCOLO, 2008).

Guiados pelas correntes do modernismo na arquitetura e no urbanismo, sob influência do “urbanismo francês, principalmente das ideias de Haussmann” (DUTRA, 2018) buscava-se a figura de uma cidade monumental, radiosa e ordenada, em oposição à então “cidade antiga”. Para isso, foram propostos planos urbanísticos para a cidade, entre os anos de 1926 e 1943, de forma não consensuada entre os elaboradores, mas que expressavam a cidade como “artéria de circulação”, onde os bairros centrais eram o ponto de partida, segundo Pontual e Piccolo (2008).

Dentre os planos elaborados, tem-se: o do engenheiro Domingos Ferreira (1926 e 1927), do arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo (1931), o da Comissão do Plano da Cidade (1934 e 1938), o do urbanista Atílio Corrêa Lima (1936), o do engenheiro e urbanista Ulhôa Cintra (Diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo, em 1943), e os pareceres de Prestes Maia e Washington Azevedo.

Observa-se também a criação da Comissão Consultiva do Plano da Cidade, com auxílio de Nestor de Figueiredo, em 1931, integrada pelos membros do Clube de Engenharia; Associação Comercial; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Rotary Club e Ordem dos Advogados. Dentre as subcomissões temáticas criadas, se destaca a de história, tradição e monumentos

da cidade, formada por jornalistas e não por arquitetos e engenheiros, que estabeleceu os bens a serem conservados na cidade do Recife. A classificação dos monumentos da cidade se deu em duas categorias: os rigorosamente preservados e os passíveis de demolição, como afirma Pontual e Piccolo (2008) a exemplo da Igreja Matriz de Santo Antônio.

De acordo com a DPPC (2020), a subcomissão temática do traçado do plano geral de melhoramentos da cidade propôs a adoção de um sistema radial-perimetral e o estabelecimento de um perímetro de irradiação abrangendo os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista. Dada a exiguidade da sua área, o Bairro do Recife foi excluído, adotando-se como núcleo central o bairro de Santo Antônio.

Em 1936, foi assinado o Decreto Nº 374/1936, que mantinha as diretrizes traçadas na Lei de 1919, com relação aos zoneamentos que definiam as tipologias, gabaritos e os usos. No novo decreto, os limites foram alterados, englobando por inteiro o bairro de Santo Antônio dentro do Perímetro Principal. Dentre as principais alterações normativas, se destaca a criação de subzonas funcionais (comercial, residencial, industrial etc.) que permitiam segmentar os usos dentro dos perímetros maiores, criando também zonas comerciais em áreas suburbanas. Dessa maneira, descentralizou-se o comércio do centro do Recife (DPPC, 2020) e criavam-se taxas de ocupação que, de acordo com Medina (1997):

"A proposição de parâmetros mais abstratos como a taxa de ocupação estava associada à necessidade de um planejamento mais global da expansão urbana, pois na impossibilidade de se desenhar toda a cidade, esses índices permitiam esse planejamento, associados ao zoneamento funcional e aos padrões de parcelamento do solo. Caberia, assim, desenhar de forma mais específica as partes da cidade mais significativas, como foi o caso de Santo Antônio".(MEDINA, 1997)

De acordo com o diagnóstico da DPPC (2020), com relação às tipologias das áreas centrais, as construções de "características rústicas" denotavam:

"Nas zonas principal e urbana foram proibidas construção ou reformas de edificações consideradas rústicas – casas de taipa, mocambos e outras construções similares –, que poderiam ser admitidas nas zonas mais distantes do centro, desde que fora dos logradouros servidos por bondes ou com pavimentação moderna. Ficava clara a intenção higienista de afastar das áreas modernas a presença das classes pobres, criando, dessa forma, um zoneamento que separava usos, tipologias e classes sociais". (DPPC)

No governo do prefeito Novaes Filho (1937-1945), foi autorizado o plano urbanístico proposto pela Comissão do Plano da Cidade (1938) ao qual, posteriormente, foram acrescentadas as ideias de Ulhôa Cintra (1943), que, por sua vez, se caracterizava por uma junção dos planos de Nestor de Figueiredo e Atilio Corrêa Lima, de acordo com Pontual e Piccolo (2008).

. Desse modo, a aplicação do plano foi viabilizada pela Lei da desapropriação e por fortes interesses dos governantes, cujas principais alterações no bairro de Santo Antônio foram: a criação das avenidas 10 de Novembro (atual Av. Guararapes) e a norte-sul (atual Av. Dantas Barreto); o redesenho das quadras, com lotes lindeiros, que resultou na modificação de sua morfologia, tornando-as grandes e menos numerosas; a Praça da Independência destacando-se como espaço de convergência, onde deveriam ter início os traçados radiais que iriam guiar a ampliação da cidade e seriam construídas construções monumentais (DPPC, 2020). Assim, desapareceram 10 ruas, 3 travessas e edificações significativas como a Igreja do Paraíso e a Santa Casa de Misericórdia, como afirma Pontual e Piccolo (2008).

Em 1937, foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por iniciativa de um grupo de modernistas, em face da preocupação com tais intervenções propostas no período. Com relação ao centro do Recife, os tradicionalistas se opunham ao processo de remodelação e partiam em defesa das características preexistentes do local, em 1938 foram tombados 15 imóveis na cidade, sendo que, desses, 7 estão localizados em Santo Antônio. Gilberto Freyre defendia tal grupo ao afirmar que “a tortuosidade das ruas antigas resultava encantadora e era absurdo reduzir a cidade a tabuleiros de xadrez, visto que na irregularidade das ruas nada havia de anti-higiênico” (REYNALDO, 2017).

A primeira grande avenida criada foi a 10 de Novembro, atual Av. Guararapes, que se configurou por possuir uma monumentalidade devido à grandiosidade do conjunto e grande efeito perspectivo (AMARAL, 2001), para além da escala das edificações preexistentes. Dentre os recursos urbanos acrescentados a essa avenida, se destacam os pavimentos térreos como galerias abertas ao acesso

público, ampliando a noção de largura da via, e a modificação dos ângulos de esquinas, assumindo um formato côncavo, que abre a perspectiva para a ponte Duarte Coelho (DPPC, 2020). De acordo com Pontual e Piccolo (2008), as transformações são narradas como:

“As quadras e lotes ganharam novo formato e dimensão. Imponentes arranha-céus começam a ser construídos ao longo das avenidas. A cidade antiga foi assim sendo apagada e redesenhada dentro dos ideais do urbanismo moderno”. (PONTUAL e PICCOLO, 2008)



Figura 9: Plano de Santo Antônio aprovado pela Comissão do Plano da Cidade em 1934.
Fonte: Arquivo de Consultas Prévias, DIRCON - URB - Recife.

De acordo com Pontual e Piccolo (2008), acerca das demolições ocorridas na cidade, têm-se:

“As demolições dos bairros do Recife, de Santo Antônio e São José, quebraram a lógica urbanística marcada pela alta compacidade da forma construída, pela densidade das edificações que conformavam quadras maciças e contínuas com sobrados magros e altos, pelo vazio dos pátios e largos que pontuavam o tecido urbano, entre os telhados dos sobrados e as altas torres das igrejas. Pode-se ainda dizer que quebraram a homogeneidade das quadras, das ruas estreitas formadas por segmentos, ora tortuosos, ora retos, com mudanças abruptas de direção e dos becos ainda mais estreitos”. (PONTUAL E PICCOLO, 2008)

A abertura da Avenida Dantas Barreto, que se estendeu entre as décadas de 1940 e 1970, implicou em uma substituição drástica da arquitetura colonial por uma ideia de progresso e modernidade atribuída à construção da avenida. No ano de 1946, foi promulgado o Decreto N° 27/1946 que visava a adensar os bairros centrais e rentabilizar o solo, a exemplo de Santo Antônio, alterando a altura mínima de 3 pavimentos, definida na normativa de 1919, para 8 pavimentos com altura máxima ilimitada nas Rua Siqueira Campos, Avenidas Dantas Barreto e 10 de Novembro (atual Av. Guararapes) e Praças Joaquim Nabuco e da Independência, e 6 pavimentos nas Avenidas Martins de Barros e Rua do Imperador (DPPC, 2020).

De acordo com Reynaldo (1998), tal iniciativa do gabarito livre denota a expectativa de investimentos imobiliários, que exigiam uma verticalidade suficiente para rentabilizar o potencial de solo disponível e atrair as novas tipologias urbanas. Como resultado dessa iniciativa, tem-se o exemplo do trecho da Avenida Dantas Barreto entre a Praça da Independência e o Pátio do Carmo que atraiu a especulação imobiliária, a fim de rentabilizar ao máximo o solo valorizado. Para isso, utilizou o arranha-céu como tipologia. Isto foi ao encontro dos interesses da Prefeitura, de dotar os novos espaços de um aspecto ainda mais moderno (PONTUAL e PEREIRA, 2011).

Nesse período, de acordo com Reynaldo (2017) o bairro de Santo Antônio viveu um momento paradoxal, visto que detinha o maior acervo de monumentos tombados do Recife. Ao mesmo tempo, sofria grande parte das transformações modernas da cidade, do ponto de vista do controle formal do espaço, que visava a utilizar o entorno da Praça da Independência como vitrine do novo centro urbano moderno, e a construção dos novos empreendimentos imobiliários.

Na década de 1950, foi aprovada a construção do Edifício Igarassu que, a princípio, foi pensado com 29 pavimentos, mas, diante dos embates com o DPHAN e a Prefeitura, em razão da perda de visibilidade da Basílica do Carmo, foi reduzido para 16 pavimentos, em um processo de negociação. Após essa aprovação, o DPHAN definiu um gabarito máximo de 15 pavimentos para as futuras edificações e de 4 pavimentos para o entorno da basílica, visando à visibilidade dos monumentos, onde se destacava o então Chefe do 1º Distrito Regional do DPHAN, Ayrton Carvalho, que afirmou:

"Visibilidade não se deve entender, do ponto de vista da legislação defensora dos monumentos nacionais, apenas a possibilidade de avistar esses monumentos, mas, evidentemente, a sua perspectiva, o equilíbrio de volumes e a escala de suas proporções". (CARVALHO, 1953 apud PONTUAL; PEREIRA, 2011)

A Lei Nº 2.590/1953 é considerada de suma importância para a configuração tipológica do Recife atual, visto que viabilizou a verticalização para além das áreas centrais, com destaque para Santo Antônio, incluindo também as zonas que estavam voltadas para usos residenciais. Como exemplo, tem-se a orla marítima, então incluída na dita zona urbana, desenhando a torre verticalizada e isolada que começa a marcar a configuração tipológica do Recife a partir da década de 1950 (REYNALDO, 1998).

Outras mudanças viabilizadas pela normativa, foram: a criação de novas fórmulas de recuos progressivos, que permitiram uma maior densificação da zona urbana e que vigoraram até a assinatura da Lei de Uso e Ocupação do Solo em 1983; a exigência de fachada mínima de 8m nas edificações; uso de galerias para ampliação das vias. Tais iniciativas criaram no bairro de Santo Antônio um novo modelo tipológico, que é descrito pela DPPC (2020), da maneira que segue:

"Assim, no início dos anos 1950, a estrutura tipológica do centro do Recife está regida pela igreja barroca e pela nova ordem resultante da reforma urbana. Pouco a pouco os edifícios verticais foram se acumulando, configurando o traço particular contemporâneo nas novas vias e no entorno dos edifícios protegidos" (DPPC, 2020).

Ao fim da segunda década de construção, as obras foram suspensas em razão da ideia de descentralização do tráfego e do alto custo das desapropriações (PONTUAL e PICCOLO, 2008). No ano de 1961, foi elaborada a Lei Nº 7.427/1961 (Código de Urbanismo e Obras) que agia sobre os usos das edificações, que por sua vez, alterariam a questão urbana (MEDINA, 1997). A Lei foi responsável por elaborar novos zoneamentos, onde os bairros de Santo Antônio e São José foram considerados Zona Comercial Central (ZC1 do setor urbano), ampliando assim as áreas centrais voltadas para o setor de comércio e serviços. Dentre os parâmetros urbanísticos voltados para a ZC1, se destacam os Planos de Quadras que buscavam abrir os miolos de quadras e as vias. De acordo com Medina (1997), existia a intenção de:

"...construir um centro de cidade de dimensão metropolitana nos moldes das tradições urbanísticas que permearam as propostas para o Recife (...). A

“ideologia” de concepção desse centro metropolitano era de uma dimensão pública que abrangia todo o ambiente construído do centro principal”. (MEDINA, 1997)

O decorrer da década de 1960 foi um período de grandes mudanças, pois foram retomadas as obras da Av. Dantas Barreto, no primeiro governo de Augusto Lucena (1964-1968), sob forte influência do contexto nacional da ditadura militar. Durante o período, “a intensificação do número e ritmo das demolições estiveram inseridos em um contexto político marcado por regimes ditatoriais” (PONTUAL e PICCOLO, 2008), foi o período de intensa atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH), responsável por alterar os rumos dos investimentos das classes mais altas.

Dessa maneira, o CHR foi retirado da agenda da promoção imobiliária de imóveis novos, os quais ficaram concentrados na Zona Residencial 1 (DPPC, 2020). Assim, O BNH fortaleceu o setor imobiliário através da produção de novas unidades habitacionais para venda, mudando as tipologias, as formas de morar e as condições de ocupação dos domicílios, que eram, à época, majoritariamente de aluguel (MENEZES, 2015). Tudo isso impactou de forma gradativa em Santo Antônio com o desaquecimento dos investimentos imobiliários.

Em contraponto, em 1965, foi elaborado o Plano de Gabaritos dos bairros de Santo Antônio e São José, em uma articulação do SPHAN com o governo municipal, que estabeleceu zonas de maior ou menor número de pavimentos, em função da proteção da visibilidade dos monumentos. Do ponto de vista do órgão federal, a substituição da trama urbana era possível sempre que respeitasse a visibilidade dos bens protegidos, normalmente através do controle da altura das novas edificações (REYNALDO, 1998).

O Plano tratava da zona entre a Praça da Independência ao Forte das Cinco Pontas, onde as ações se concentraram no bairro de São José, visto que no bairro de Santo Antônio o ambiente construído já havia sofrido muitas modificações, mantendo-se a verticalização na Av. Dantas Barreto e a restrição de gabarito de até 10 pavimentos no entorno da Praça da Independência. Assim, essa iniciativa, de modo geral, rompia com a lógica anterior. Além disso, uma nova categoria de preservação foi criada por meio da delimitação de áreas de conservação do

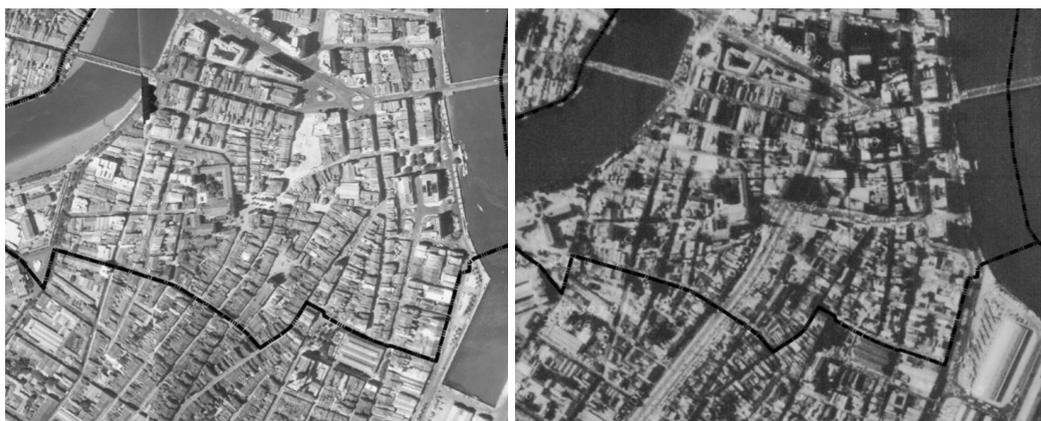
existente. Nelas, seriam permitidas intervenções de restauração e conservação, antecipando a criação de zonas de preservação municipais.

Na década de 1970, durante o segundo mandato do então prefeito Augusto Lucena (1971-1974), as demolições prosseguiram em ritmo intenso, “rompendo a organização urbana existente e rasgando o tecido residencial antigo de São José” (REYNALDO, 1998). Nesse período merece destaque a Igreja dos Martírios (que tinha sido tombada pela DPHAN em 1971 e destombada em 1972 para sua demolição em 1973), além de centenas de edifícios, seis quadras inteiras que foram desfiguradas, junto com o Pátio do Carmo. Esse fato gerou debates na sociedade acerca das práticas protecionistas e das ações governamentais, como evidenciam Pontual e Piccolo (2008):

“..A demolição desse templo religioso, em um tempo em que a prática protecionista estava consolidada, ao ser associada a uma ação de um regime ditatorial, tornou-se uma polêmica não apenas de cunho urbanístico, mas também de cunho político. Neste momento a prática protecionista se desprende da modernista, passando a ser nítida a existência de dois profissionais distintos”. (PONTUAL E PICCOLO, 2008)

Tal descaracterização também é abordada por Reynaldo (2017) em:

“Mais do que a destruição de um edifício relevante, o traçado da via altera radicalmente uma unidade urbana: a escala e a extensão da via provocaram a transformação mais brutal da área jamais identificada em toda a história da renovação urbana desde o início do século XX”. (REYNALDO, 2017, p. 358)



Figuras 10 e 11: Tecido urbano de Santo Antônio em 1951 e 1974.
Fonte: FIDEM.



Figuras 12 e 13: Comparação entre Santo Antônio e São José antes e depois da construção da Av. Dantas Barreto.
 Fonte: DPPC (2020).

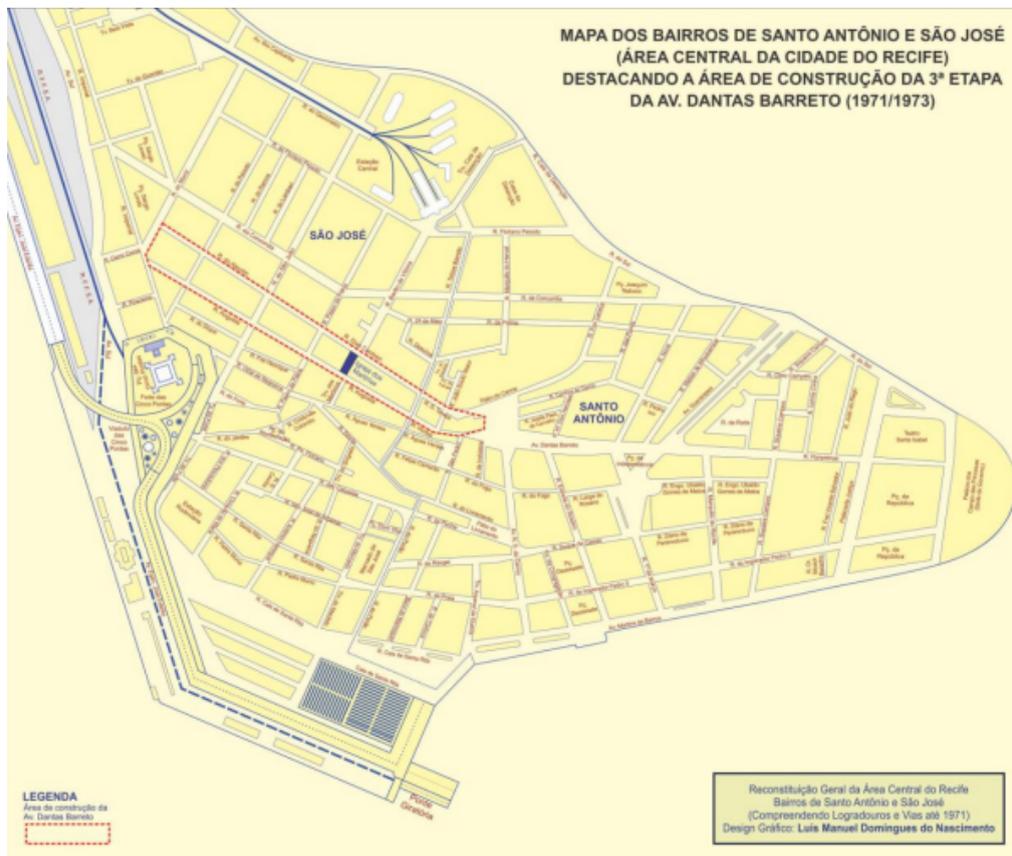


Figura 14: Mapa dos bairros de Santo Antônio e São José com destaque para a área de demolição e construção da 3ª etapa da Av. Dantas Barreto (1971/1973).
 Fonte: Acervo de Luís Manuel Domingues do Nascimento.

As demolições ocorridas para a construção da parte sul da Av. Dantas Barreto sinalizaram para uma nova forma de se intervir no Centro do Recife, em razão da nova visão acerca da preservação do patrimônio em nível internacional – conforme

pode ser verificado na Carta de Veneza (1964), nas Normas de Quito (1967), na Recomendação Paris (1972) e na Declaração de Amsterdã (1975). No decorrer da década, os bairros centrais passaram por um processo de descentralização das atividades, em favor de novas áreas para o setor terciário em zonas periféricas, confirmando a falta de interesse do mercado imobiliário com relação à continuidade no processo de renovação urbana (DPPC, 2020).

Após a construção das grandes avenidas no bairro de Santo Antônio, foram inseridas novas tipologias na área, como grandes edificações verticalizadas, que denotavam o ideal de monumentalidade buscado pelos conceitos modernistas, fortemente influenciados pelas legislações urbanísticas aprovadas no período. Pontual e Piccolo (2008) evidenciam essa contraposição da cidade moderna e do conjunto edificado pré-existente, em:

“A cidade antiga dá lugar às vastas áreas de circulação representadas por largas vias associadas à construção de edifícios verticalizados, conformando uma diferente relação formal entre o casario antigo e os edifícios novos; entre as estreitas ruas transversais e a larga avenida” (PONTUAL e PICCOLO, 2008).

No final da década de 1970 foi elaborado o inventário de zonas urbanas do PPSH/RMR (1978) e a Lei municipal do Recife nº 13.957 (1979) que culminou na criação da ZEPH-10, início do recorte temporal do presente trabalho.

Em 1983, foi elaborada a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), Lei nº 14.511/1983, que incorporou as Zonas Especiais de Preservação (ZEP). A LUOS propôs um zoneamento baseado nas especializações funcionais da cidade, onde o bairro de Santo Antônio foi colocado como zona de atividades múltiplas, concentrando usos de comércio e serviços. Além disso, a Lei permitiu a implantação do uso habitacional, apesar de que não houve grandes mudanças no processo de especialização funcional em andamento no centro (BARRETO, 2012).

No decorrer da década, os bairros de Santo Antônio e São José continuaram passando pelo processo de especialização funcional, com destaque para o comércio que, neste período, sofreu um processo de popularização, passando a atrair pessoas de menor renda e o comércio informal (ARAÚJO, 2014) ao longo dos anos 1980 e 1990. Em 1991, o Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife

(Lei no 15.547/1991) teve como diretriz principal o Programa de Reestruturação e Renovação Urbana para a área central. Dentre seus objetivos, buscava desenvolver o turismo nos bairros centrais e, para isso, seriam realizadas ações de revitalização nos espaços públicos, restaurações de edificações de valor histórico, o incentivo ao uso habitacional e o ordenamento do comércio informal.

Para esse último caso, com o aumento do número de ambulantes, a Prefeitura do Recife anunciou medidas para a retirada do comércio informal visando ao reordenamento dos espaços públicos. Para isso, foram criadas iniciativas como a “Operação Camelô”, o Shopping popular de Santa Rita, o Mercado das Flores e, por fim, o Calçadão dos Mascates, que passou a ser conhecido como Camelódromo, construído no canteiro central da Av. Dantas Barreto (DPPC, 2020).

Em 1996, foi elaborada a nova LUOS (lei nº 16.176/96) que alterou a nomenclatura de Zona Especial de Preservação (ZEP) para Zona Especial de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPH). Nessa alteração, foi incorporado o termo “cultural” que atribuíria aos sítios históricos valores imateriais e naturais, incluindo a paisagem (DPPC, 2020). As ZEPH's foram subdivididas em 2 tipos: o Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e o de Preservação Ambiental (SPA), que englobam o território de Santo Antônio.

Posteriormente foram corroboradas no Plano Diretor (Lei Nº 17.511/2008), definidas pelos seguintes aspectos: (i) referência histórico-cultural; (ii) importância para a preservação da paisagem e da memória urbana; (iii) importância para a manutenção da identidade do bairro; (iv) valor estético formal ou de uso social, relacionado com a significação para a coletividade; (v) representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX; (vi) tombamento pelo Estado de Pernambuco; e (vii) tombamento pela União.

No início dos anos 2000, o bairro de Santo Antônio continuou a receber ações que se voltavam ao incentivo da habitação no centro, como foi o caso do Programa Morar no Centro, desenvolvido pela Prefeitura do Recife, entre os anos de 2002 e 2005. O Programa tinha como diretriz principal articular as políticas de habitação às

de preservação dos sítios históricos, adequando o uso às edificações existentes, porém não obteve êxito. Embora as ações de requalificação urbana, como as realizadas na Praça da Independência e na Rua Duque de Caxias, tenham sido desenvolvidas nos referidos sítios históricos, não tiveram relação com objetivos de preservação patrimonial ou de melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais (VIEIRA, 2007). Além disso, Araújo (2014) aponta que, ao longo da década de 2000, houve uma redução nas ações de controle do comércio informal.

2.2. Situação Atual do conjunto edificado e novas dinâmicas espaciais de Santo Antônio

Com base na análise da evolução histórica narrada no subcapítulo anterior, neste capítulo, será abordada a situação atual da ZEPH-10, com ênfase no sítio histórico de Santo Antônio, referenciado pelo Diagnóstico da DPPC (2020). O estudo será realizado a partir de uma avaliação morfológica, por meio de mapas temáticos, e de uma leitura das novas dinâmicas espaciais do bairro, bem como a ação dos novos atores sociais que se apresentam na área, a fim de compreender a situação atual dos atributos que compõem o bairro e suas iminentes ameaças à conservação integrada.

A ZEPH-10 sempre foi marcada pela forte presença do comércio e dos serviços, porém, após a elaboração do PPSH, o bairro de Santo Antônio assistiu a um quase desaparecimento do uso habitacional, com cerca de 0,38% de habitações apenas em 2017, e uma hegemonia do comércio em aproximadamente 61,53% das edificações e crescimento do uso misto, educacional e de estacionamentos. (DPPC, 2020). Além disso, dentro do recorte temporal analisado, em 1979, apenas 3% das edificações se encontravam sem uso. Atualmente, esse percentual subiu para cerca de 14% das edificações de Santo Antônio não abrigam nenhum uso, com destaque principalmente para a SPR-1 (Praça da República), com cerca de 30%, e a SPR-6 (Praça da Independência), que atinge 50% do total dos seus imóveis vazios.

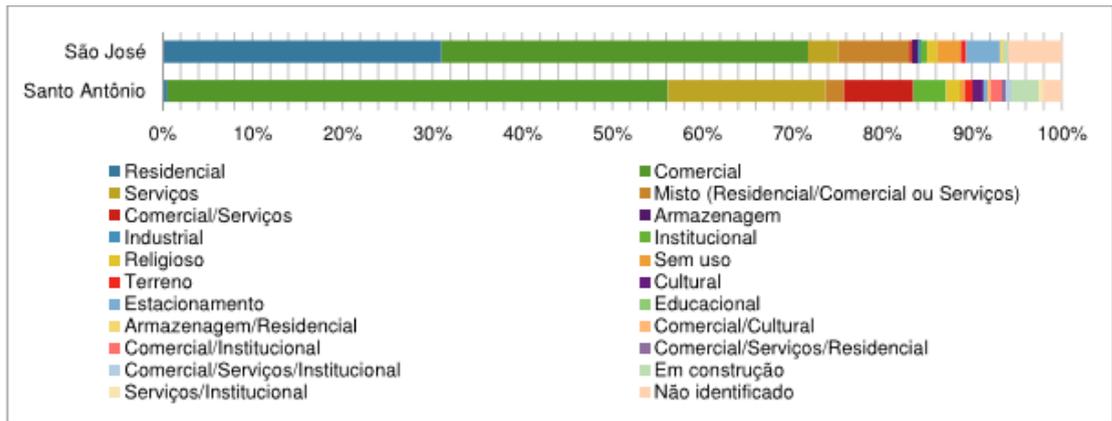


Tabela 2: Percentual dos usos nos imóveis analisados na ZEPH-10, em 1979.
Fonte: DPPC (2020).

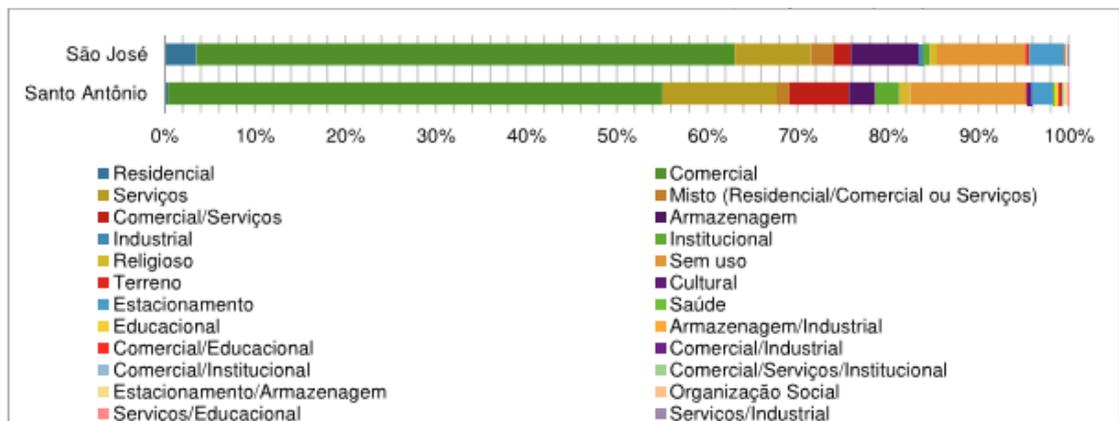


Tabela 3: Percentual dos usos nos imóveis da ZEPH-10, em 2017.
Fonte: DPPC (2020).

Aliado a isso, quando analisados os usos por pavimentos das edificações do sítio histórico de Santo Antônio, observa-se que o térreo é, majoritariamente, ocupado pelo comércio (60,68%), e seguido por imóveis sem uso (13,38%), serviços (12,44%) e o uso de estacionamentos com (3,04%). De posse desses dados, fica clara a ociosidade nos pavimentos térreos subutilizados, que se repete nos pavimentos superiores, majoritariamente ocupados por depósitos e sem uso, atingindo cerca de 70% das edificações. (DPPC, 2020)

Uso	Térreo		2º pav.		3º pav.		4º pav. e acima	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Armazenagem	30	2,85	340	40,24	112	23,58	39	16,46
Comercial	639	60,68	61	7,22	21	4,42	4	1,69
Comercial/Estacionamento	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Comercial/Serviços	17	1,61	7	0,83	7	1,47	6	2,53
Cultural	5	0,47	1	0,12	0	0,00	0	0,00
Educacional	4	0,38	8	0,95	7	1,47	7	2,95
Estacionamento	32	3,04	4	0,47	3	0,63	2	0,84
Industrial	0	0,00	1	0,12	0	0,00	0	0,00
Institucional	28	2,66	22	2,60	18	3,79	15	6,33
Misto	1	0,09	5	0,59	4	0,84	4	1,69
Não identificado	0	0,00	5	0,59	2	0,42	1	0,42
Organização social	2	0,19	1	0,12	0	0,00	0	0,00
Religioso	12	1,14	11	1,30	2	0,42	0	0,00
Residencial	2	0,19	8	0,95	11	2,32	5	2,11
Saúde	1	0,09	1	0,12	1	0,21	1	0,42
Sem uso	146	13,87	250	29,59	219	46,11	117	49,37
Serviços	131	12,44	120	14,20	68	14,32	35	14,77
Serviços/Armazenagem	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,42
Terreno	2	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total imóveis	1053	100,00	845	100,00	475	100,00	237	100,00

Tabela 4: Usos em Santo Antônio, por pavimento (2017).
Fonte: DPPC (2020).

A forte presença de imóveis sem uso e com usos secundários, como estacionamentos e armazenagem, em detrimento de usos capazes de gerar dinâmicas urbanas como cultural, educacional e residencial (DPPC, 2020) é observada por Menezes (2015), como sinais de degradação do sítio histórico. Esse fato se traduz pelo grande número de imóveis inutilizados, distribuídos em vias de grande porte e áreas centrais, como o entorno da Av. Guararapes, Praça da Independência, Av. Dantas Barreto e Av. Nossa Senhora do Carmo, além de vias históricas de comércio como a Rua Nova e a Rua Duque de Caxias e seus respectivos entornos.

Menezes (2015) afirma que, em geral, as alterações observadas nos usos implicam em alterações no grau de preservação das edificações, pois, a depender do novo uso abrigado, serão demandadas modificações nas edificações. No caso de Santo Antônio, a reafirmação do uso comercial, o surgimento do uso educacional e a presença de usos secundários como estacionamentos e depósitos, além dos sem uso, foram as grandes alterações percebidas no Diagnóstico da DPPC (2020).

Na análise do estado de preservação das edificações de Santo Antônio, foram observadas seis categorias de imóveis (preservado, modificado, descaracterizado, substituído, imóvel novo e demolição) de acordo com o Diagnóstico da DPPC (2020). No bairro, na SPR-1 (Praça da República) e na SPR-5

(Av. Guararapes), são observados elevados índices de imóveis preservados, em razão da grande quantidade de imóveis monumentais e pela permanência de usos. No segundo caso, mesmo com o surgimento de novos usos, a preservação pode ser considerada em razão de adaptações menos abruptas.



Figura 15: Estado de Preservação dos imóveis de Santo Antônio.
Fonte: DPPC (2020).

Na SPR-2 (Rua Nova), cerca de 41,67% dos imóveis sofreram com a descaracterização ou substituição de usos. Ao mesmo tempo, aproximadamente, 52,78% dos imóveis foram considerados preservados ou modificados, o que implica concluir que quase metade das edificações sofreu no que tange à sua integridade, em razão das transformações de uso ocorridas no recorte temporal analisado (DPPC, 2020).

Da mesma forma, quando observadas a SPR-3 e a SPR-4 (esta última compreende trechos em Santo Antônio e São José), nota-se que, na primeira, 64,80% dos imóveis foram descaracterizados ou substituídos, principalmente dentre os que são subutilizados nos pavimentos superiores. Na segunda zona, aproximadamente 186 imóveis sofreram perdas em sua integridade, por substituição, descaracterização, demolição ou construções de novos imóveis (DPPC, 2020). Com base nisso, Menezes (2015) afirma que, com exceção dos

casos de preservação e modificação, os edifícios que passarem pelos processos de descaracterização, substituição e demolição, apresentam perdas irreversíveis em suas condições de Autenticidade e Integridade.

De acordo com o Diagnóstico da DPPC, a análise do estado de conservação buscou observar o aspecto geral externo das edificações, classificadas entre: bom, regular, precário e em ruínas, com a finalidade de avaliar o estado de integridade estrutural das edificações do bairro. Assim, em Santo Antônio, o índice de imóveis em estado de precarização ou arruinados mal chega aos 10%, denotando certa concentração de imóveis em estado bom ou regular. (DPPC, 2020)



Figura 16: Estado de Conservação dos imóveis no bairro de Santo Antônio.
Fonte: DPPC (2020).

Os melhores resultados foram obtidos na SPR-1 (Praça da República) e na SPR-5 (Av. Guararapes), com predomínio de boas condições de conservação, em razão do seu caráter monumental. Nas SPR-2 (Rua Nova), SPR-6 (Praça da Independência), SPR-3 e SPR-4, na porção de Santo Antônio, em todas, predomina o estado regular de conservação, enquanto na SPR-3 se destaca o maior número de edificações em estado precário.

Pode-se concluir que, mesmo que o bairro de Santo Antônio não apresente grande concentração de edificações em estado precário, a predominância de edificações em estado regular é preocupante, no tangente à integridade dos imóveis, pois sinaliza a necessidade de manutenções de suas estruturas. De acordo com Menezes (2015), essa realidade ilustra a falta de incentivos e de investimentos na manutenção do estoque imobiliário de um dos sítios históricos de maior relevância na cidade do Recife. Em conjunto com o estado de preservação, isso reflete a pouca eficácia da legislação preservacionista municipal, sobretudo por não considerar a importância do equilíbrio das atividades outrora existentes.

Nos últimos anos, foram verificadas novas dinâmicas espaciais na área, onde os cenários apontam para novas tendências. Porém, podem apresentar também riscos para a preservação do bairro de Santo Antônio, com a presença de novos atores sociais que moldam o espaço. Dentre esses novos cenários, se destaca a expansão do Porto Digital, o parque tecnológico criado desde 2000 no bairro do Recife, com ações de criar políticas públicas para o setor de Tecnologia da Informação e Criação (TIC) conectando os diferentes atores, empresas e organizações (DPPC, 2020).

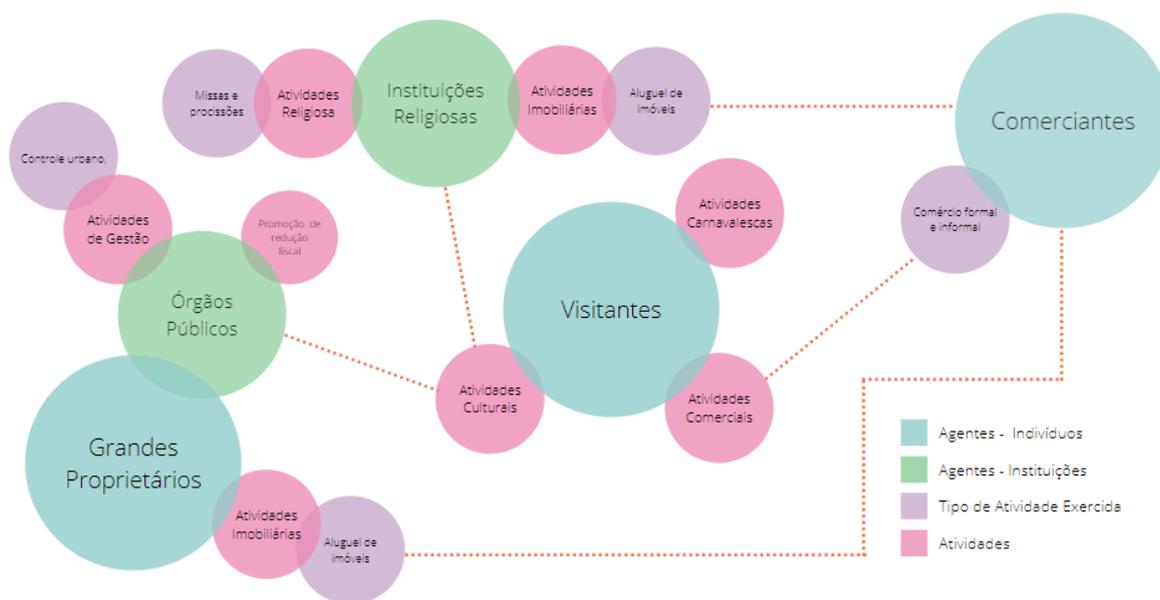


Figura 17: Fluxograma de agentes e atividades.
Fonte: Acervo do Autor.

De acordo com o Diagnóstico da DPPC (2020), desde 2015, o Porto Digital ampliou sua atuação para o bairro de Santo Antônio. Com o intuito de estimular as

ações de TIC e Economia Criativa (EC), foram criados incentivos fiscais, a exemplo de descontos de 60% no ISS, cuja alíquota passaria de 5% para 2%, além da incorporação de alguns edifícios, a exemplo da Antiga Sede do Diário de Pernambuco. Esses movimentos foram responsáveis por estimular a educação à distância, que incentivou o crescimento do uso educacional no bairro, fortemente impulsionado pelas políticas públicas como o ProUni e o FIES.

A questão habitacional é tratada pela ação do Porto Digital com a intenção de acrescentar Santo Antônio ao mercado imobiliário, com a criação de moradias que atendam a seus funcionários (DPPC, 2020). Entretanto, a questão é mais profunda, pois visto a grande quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social no bairro, desponta a necessidade de englobar a habitação para essas classes, a exemplo dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).



Figura 18: Ocupação Marielle Franco em edifício na Praça da Independência.
Fonte: Maria Duda.

Recentemente, um dos episódios que marcaram o bairro recentemente, foi a Ocupação Marielle Franco, realizada pela liderança feminina do MTST, que escancarou a necessidade do uso habitacional na área central do Recife, sobretudo o de interesse social. A ação foi deflagrada, tendo em vista o déficit habitacional na cidade, o estoque edificado ocioso nas áreas centrais e as elevadas dívidas de IPTU relacionadas com as edificações (DPPC, 2020).

De conformidade com o Plano de Mobilidade do Recife, a mobilidade urbana está associada à discussão sobre a questão habitacional, visto que, para deslocar-se às áreas centrais, a população utiliza o Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP). Em contrapartida, as áreas centrais apresentam as menores densidades populacionais, concluindo-se que as pessoas moram longe de seus locais de trabalho, lazer e serviços (DPPC, 2020).



Figura 19: Av. Guararapes com a presença da Estação de BRT.
Fonte: Diário de Pernambuco.

Assim, na ZEPH-10, não existem dispositivos legais que assegurem o direito à moradia por parte das populações de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. Com a valorização imobiliária, estimulada pelo Porto Digital, será difícil evitar a gentrificação, que pode resultar numa ameaça para o bairro (BERNARDINO, 2022).



Figura 20: Presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social nas ruas de Santo Antônio.
Fonte: Marco Zero Conteúdo.

Em 2021, foi lançado o programa Recentro, com o intuito de reforçar o turismo, a moradia e a inserção de novos empreendimentos imobiliários de construção, além de estimular o *retrofit*, por meio de incentivos fiscais, concedidos pela Secretaria de Gestão do Centro. Dentre os benefícios fiscais, se destacam a isenção de IPTU por oito anos, a redução do pagamento do ISS para 2%, restituição do ITBI aos atores que objetivam construir habitações, recuperar ou renovar os imóveis (CAMPOS, 2021), transformando a área num “paraíso fiscal” (BERNARDINO, 2022).

Segundo Bernardino (2022), a redução fiscal, cujas regras ainda não foram disponibilizadas ao público, poderá agir sobre a reabilitação das construções, sendo capaz de anunciar um possível novo ciclo produtivo de imóveis novos. Em outras palavras, a utilização dos terrenos ociosos e da substituição de imóveis não protegidos pela atual legislação preservacionista pode implicar na perda de Autenticidade e Integridade dos bens patrimoniais.

2.3. Identificação dos Atributos

De posse do levantamento histórico e da análise da situação atual da ZEPH-10, será possível realizar a análise das condições de integridade do sítio histórico de Santo Antônio. Para isso, foram identificados os atributos patrimoniais que compõem o conjunto urbano a ser submetido à avaliação, segundo a metodologia proposta por Lira (2009). Dentre os atributos identificados, foram escolhidos os que compõem a base da formação do sítio histórico de Santo Antônio e que mais fortemente caracterizam a área referenciada nas práticas sociais ao longo do tempo, de conformidade com os seguintes critérios:

Inicialmente, foram observados os atributos reconhecidos no diagnóstico do PPSH/1978, marco temporal inicial da análise, compreendidos como bens patrimoniais da zona de preservação, inseridos no sítio histórico de Santo Antônio. Para além disso, foram observados também os atributos inseridos nas Zonas de Proteção Rigorosa, posteriormente à criação do PPSH, tendo em vista seus importantes significados, a exemplo do conjunto moderno da Av. Guararapes. Em seguida, com base em Lira (2009), foram pesquisados os atributos acautelados institucionalmente, que passaram pelo processo de tombamento, de conformidade com os respectivos dossiês, que apontam os principais significados atribuídos ao bem.

Foi considerada também a contribuição de Alcântara (2015), que realizou um trabalho acerca dos atributos de natureza imaterial na ZEPH-10, até então não considerados pelo PPSH/1978. No trabalho da autora, foram elencadas diversas manifestações culturais da área, que compõem a paisagem da ZEPH-10. Grande parte não são protegidas por instrumentos específicos de preservação, mesmo que inseridas nos polígonos da ZEPH, dentre as quais se destacam: atividades econômicas relacionadas às águas, marcos da paisagem, pontes, espaços públicos livres, festejos culturais e históricos, expressões artísticas e o comércio.

Desse modo, os bens culturais escolhidos da ZEPH-10, com foco no sítio histórico de Santo Antônio, foram analisados à luz da noção de Integridade, por meio

de um cotejo da situação presente em 1978, ano de criação do PPSH, com a situação atual em 2022, cujo objetivo foi observar seu estado de inteireza. Dentre os bens de caráter material, estão os seguintes: a *Igreja Matriz de Santo Antônio*, o *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República*, o *Conjunto Moderno da Av. Guararapes*, a *Antiga Sede do Diário de Pernambuco*, a *Praça da Independência*, a *Ponte Maurício de Nassau*, enquanto, de natureza imaterial estão os seguintes: o *Galo da Madrugada*, a *Diversidade do Comércio* e a *Procissão do Carmo*.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

No presente capítulo, serão operacionalizados os processos de análise das condições de integridade dos bens culturais elencados na ZEPH-10, dentro do recorte temporal especificado. Em face disso, será revisitado o conceito de Integridade, em suas distintas dimensões (Sócio-funcional, estrutural e visual), abordados no primeiro capítulo, que serão aplicados a cada bem cultural selecionado.

O processo de análise da Integridade será norteado pela metodologia de Lira (2009), que pressupõe a adoção de uma mensuração desse conceito, como um “indicador do nível de perda sofrido pelo bem”. Em suma, configura-se por meio da atribuição de uma nota que indica se houve perda total, perda parcial ou conservação das dimensões avaliadas, através do estudo dos atributos. Para mensuração da Integridade dos bens culturais, Lira (2009) estabelece a seguinte escala de 0 a 3:

- 0** – A integridade do atributo se perdeu;
- 1** – A integridade do atributo mudou e ocorreram perdas significativas;
- 2** – A integridade do atributo mudou, mas não ocorreram perdas significativas;
- 3** – A integridade do atributo não mudou.

Portanto, serão analisados cada atributo individualmente, visando a apresentar um breve histórico de cada, com foco nas transformações ocorridas dentro do recorte temporal avaliado, entre a criação do PPSH (1978) e os dias atuais (2022). O cotejo se deu pela análise da situação em 1978 realizada por intermédio dos levantamentos históricos e fotográficos, produzidos também como base para a elaboração do PPSH, em relação aos dias atuais, por meio de uma investigação documental e fenomenológica.

Em seguida, os bens culturais serão submetidos à avaliação das dimensões da integridade, definidas por Jokilehto (2006), isoladamente. Por fim, as mensurações realizadas serão listadas em uma tabela-síntese, de modo a que se possa apreender melhor os resultados das análises. Por fim, os resultados serão

observados em conjunto, como parte da ZEPH-10, sendo tecidas considerações acerca das condições de integridade gerais do recorte. É importante ressaltar que esse processo é dinâmico, devendo ser refeito periodicamente, com a finalidade de apreender as transformações sofridas e a percepção dos significados incorporados pelo bem analisado.

3.1. Igreja Matriz de Santo Antônio

A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio e a casa paroquial anexa têm sua construção datada no início de 1753 e finalizada em 1790. O conjunto foi idealizado e financiado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Corpo, que adquiriu o terreno, onde anteriormente estavam situadas as trincheiras dos invasores holandeses e a Casa de Pólvora, tendo sido ali realizada a construção (VAINSENER, 2009).

O Conjunto foi construído seguindo os conceitos da arquitetura barroca, expoente na época, observados na rica ornamentação da sua fachada principal, composta por: volutas e conchas nos portais, confeccionadas por arenito dos arrecifes, e um ostensório no frontão, com o emblema da Ordem Terceira e junto a ela se encontram enormes tochas e uma cruz no centro, esculpida em pedra. As torres do evangelho e da epístola são compostas por torçais na base e revestidas com azulejo, com um relógio alemão na face norte. A Matriz conta também com molduras nas portas e janelas, folhas de acanto, arcos romanos e esculturas gerais em pedra lavrada (VAINSENER, 2009).



Figura 21: Fachada da Igreja Matriz de Santo Antônio.
Fonte: Dantas (2008).

Na fachada da Igreja, os trabalhos de cantaria foram realizados por Felipe Alexandre da Silva (1799-1808), destacando a sua riqueza estética Silva (2002):

“Os notáveis trabalhos de cantaria do frontispício da igreja são de autoria do mestre-entalhador Felipe Alexandre da Silva (1799-1808). Nele foi colocado um notável conjunto de portadas, acrescido de elementos decorativos, dominados por folhas de acanto, a formar volutas e contravolutas, bem como de esculturas em pedra, nas torres e na própria fachada, que tornaram esta igreja possuidora de um dos mais belos frontispícios do Brasil” (SILVA, 2002).

No interior da Matriz, próximo à entrada, encontram-se a Capela da Pietá (Nossa Senhora da Piedade) e a Capela de Batismo (batistério) à esquerda. Nesta última, existe um quadro do início do século XIX, chamado o Batismo de Jesus, obra do pintor José Elói (1815) (Figura 22).



Figura 22: Capela de Batismo da Igreja.
Fonte: Dantas (2008).

A nave da Igreja Matriz de Santo Antônio é composta por oito altares, sendo eles: o de São Miguel, o dos Três Reis Magos, o de Nossa Senhora dos Prazeres, o do Senhor Bom Jesus da Boa Sentença, o de Nossa Senhora de Santana e o de Santo Andreino (Figura 23), bem como uma dupla fila de tribunas e o coro (VAINSENER, 2009). No forro da nave central, existe uma decoração com painéis de Sebastião da Silva Tavares, pintor sacro renomado do século XIX, além da presença de um lustre de cristal e de dois leões chineses, acima do átrio (VAINSENER, 2009).

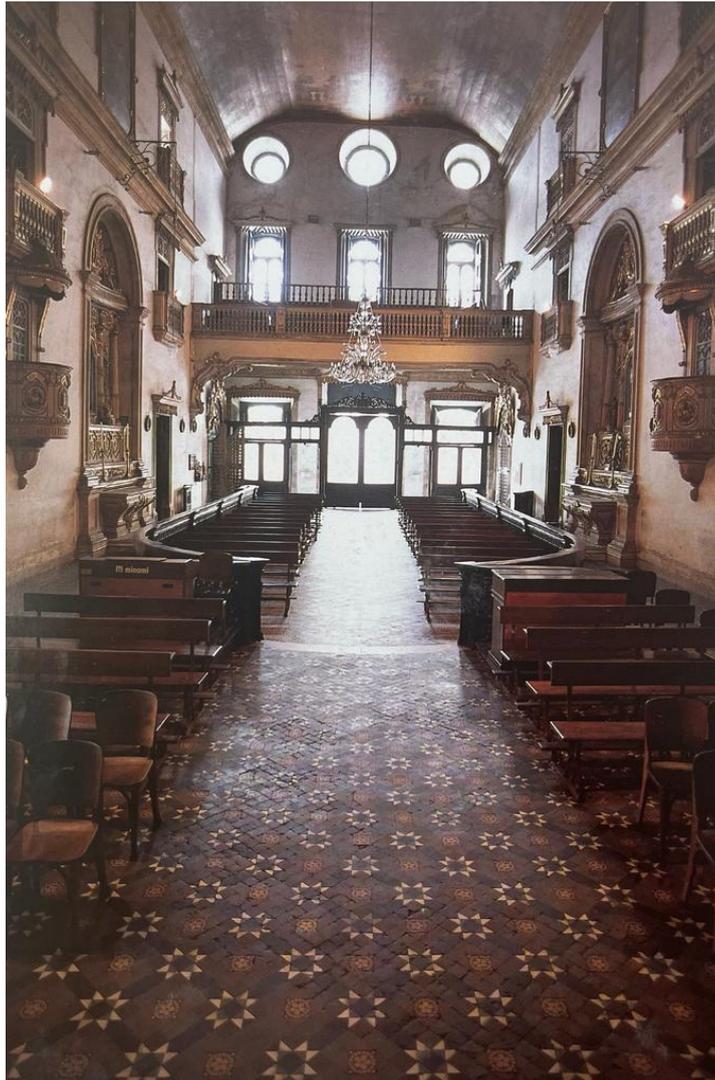


Figura 23: Nave principal da Igreja.
Fonte: Dantas (2008).

A capela-mor é delimitada a partir de um arco-cruzeiro e tem uma área de, aproximadamente 55m², onde consta o altar-mor, “com um trono para o crucifixo ladeado por nichos contendo as imagens do padroeiro Santo Antônio e do mártir São Sebastião, assim como o sacrário que abriga o Santíssimo Sacramento” (VAINSENER, 2009). O altar toma proporções monumentais e é composto por talhas douradas que remetem ao estilo rococó, concebido por Felipe Alexandre da Silva, com um crucificado em marfim e imagem de Santo Antônio (SILVA, 2002).

Nas laterais da Capela-mor se encontram as galerias, o vestíbulo, o Salão de São Jorge e a Sacristia, que possui um lavabo composto de mármore do piso ao teto, que se destaca, além do repositório, de painéis e de uma cômoda, com quatro

gavetas e desenhos em rococó, que data de 1794, e foi doada por Feliciano José Dornelas (Figura 24). Segundo Silva (2002):

“Ainda na Sacristia uma magnífica cômoda, dividida em quatro seções de gavetas, com a frente abaulada e ilhargas com desenhos em rococó, chama a atenção do visitante. Trata-se de uma enorme peça, doada pelo primeiro vigário, padre Feliciano José Dornelas, ali assentada em 1794 juntamente com os painéis, ficando a irmandade responsável pelos puxadores e demais ferragens. Observa Robert Smith que "o entalhe das molduras das gavetas e das divisões verticais é mais leve e menos caprichoso do que o das cômodas de S. Pedro dos Clérigos no Recife e de S. Bento em Olinda, suas contemporâneas". (SILVA, 2002)



Figura 24: Dependências internas da Igreja Matriz de Santo Antônio.
Fonte: Dantas (2008).

Nos pavimentos superiores, se encontram as galerias laterais, o acesso às torres e os Consistórios, compostos por altares onde, no principal, se encontra o painel do Espírito Santo, obra de Manuel de Jesus Pinto (1790-1805), despertando a curiosidade dos visitantes pela presença de anjos negros (Figura 25), como destaca Smith (1979):

"Um grupo de anjos, notáveis pelos cabelos e peles extremamente pretos, dois representados de corpo inteiro, voa ao redor da Pomba Sagrada, que pousa sobre um triângulo irradiante representando a Santíssima Trindade. A composição parece ter sido desenhada em função do sacrário do altar. O estilo da talha do altar-mor é aparentado ao da talha da sacristia". (SMITH, 1979)



Figura 25: Painel do Espírito Santo.
Fonte: Dantas (2008).

Toda a pintura e douração das talhas e frisos da Igreja foram realizadas por esse mesmo autor. Para além disso, é importante ressaltar a observação de Smith (1979) com relação à conservação da estrutura e das obras presentes na Matriz de Santo Antônio:

"a igreja do século XVIII mantém tanto no interior, como no exterior, com raras exceções, seu aspecto primitivo. Apenas a pintura original foi inteiramente sacrificada. Na capela-mor toda a talha foi conservada, menos a mesa do altar e o frontal, substituídos por uma composição de mármore policromos. Oito altares, as duas capelas da nave, a dupla fila de tribunas e o coro, as duas sacristias de cada lado da capela-mor, e o velho consistório no andar superior, permaneceram exatamente como eram no início do século XIX". (SMITH, 1979)

No conjunto edificado, existe também um cemitério, localizado na porção direita da Igreja, com área para o claustro, ossuário e a presença do Altar do Cristo Crucificado. Nesse cemitério, foram enterrados os corpos dos que lutaram na Revolução Pernambucana, em 1817, e importantes nomes da época no Recife, de políticos a artistas (VAINSENER, 2009).

Com base nos ideais de preservação do patrimônio histórico brasileiro, emergente na década de 1920, em 1937, durante o Estado Novo, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN), segundo o anteprojeto de Mário de Andrade, sob a gestão do Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema. Em 30 de novembro de 1937, foi editado o Decreto-lei nº25, que visava a organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, tornando-se um instrumento legal para a proteção do patrimônio cultural, popularmente conhecida como "lei do tombamento".

Com base no contexto de transformações sofridas pelo bairro de Santo Antônio no período, elucidadas no capítulo anterior, a Igreja Matriz de Santo Antônio foi contemplada por este decreto, sendo tombada em nível nacional (processo nº 105-T-38, insc. nº 208, livro de Belas Artes, folha 36, data 13/08/1938). O tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio salvaguardou o bem de possíveis intervenções que ameaçavam o patrimônio no período, em face das grandes demolições ocorridas. Assim, com base na lei, a Igreja passou a ser da responsabilidade do SPHAN, no que tange a quaisquer intervenções realizadas no bem, contando com recursos federais, repassados para a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio.

Nas décadas que se sucederam, a Igreja assistiu às intensas transformações ocorridas ao redor da Praça da Independência, então centro desse "urbanismo moderno", e a construção de edificações cada vez mais verticalizadas que interferiam diretamente em sua visualização, em meio a paisagem. Esse ponto foi

relevante para a criação do Plano de Gabaritos de 1965, que antecedeu o PPSH, que restringiu o gabarito a ao máximo 10 pavimentos, no entorno da Praça da Independência.

No ano de 1968, foi enviado ao diretor geral do DPHAN, um ofício escrito por Ayrton Carvalho, que solicitava o tombamento da Casa Paroquial anexa à Igreja Matriz de Santo Antônio, em virtude de que os edifícios contíguos compunham um conjunto “com linhas que se casam perfeitamente às do templo” (IPHAN, 1979). O tombamento seria justificado pelo fato da Irmandade proprietária do bem ter pretendido pôr à venda a casa, e que a sua venda viria a prejudicar a Igreja por ter grandes chances de ser demolida, dando lugar a um edifício verticalizado, seguindo a lógica da época, em suas palavras, um “edifício de linhas atuais”. (IPHAN, 1979)

Apenas no ano de 1979, a Casa Paroquial foi tombada pelo IPHAN por sua importância histórica e arquitetônica (processo nº 996-T-1978, insc. nº 437 livro Histórico; insc. nº 537, livro Belas Artes; data 28/04/1980). Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, com base no PPSH (1978), início do marco temporal do trabalho, que inseriu a Igreja na ZEPH 10, no projeto Rua Nova, na categoria de Conjuntos Antigos, sendo citada no documento por “se encontrar com sua ambiência bastante comprometida”. Dentre as propostas, estava a preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala e materiais de vedação e revestimento (PPSH, 1978).



Figura 26, 27, 28 e 29: Elevações da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 1979.
 Fonte: Acervo do Autor.

Nos anos seguintes, o Conjunto passou por processos pontuais de requalificação, como pintura de fachadas, por solicitação da Irmandade proprietária. No ano de 2010, a Igreja Matriz de Santo Antônio iniciou um processo de restauro, comandado pelo IPHAN, em parceria com o GRAU (Grupo de Arquitetura e Urbanismo), a pedido da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Na ocasião, foi levantada toda a estrutura do bem (plantas, cortes, fachadas e detalhamento de esquadrias), além de elaborar uma análise tipológica, mapa de danos e a descrição do então estado de conservação. O serviço foi financiado por meio do PAC Cidades Históricas, programa do Governo Federal conduzido pelo IPHAN, onde foram investidos, aproximadamente, R\$4,5 milhões.

Dentre os principais danos notados, destaca-se na fachada: presença de manchas por umidade ascendente e descendente; mofo/lodo nos ornamentos, sobretudo na parte superior da Matriz, nas torres e no frontispício; vegetação, sujidades e grafismo; desgaste na cantaria dos ornamentos e dos revestimentos;

presença de elementos espúrios e intervenções inadequadas, como observadas nas figuras X Y e Z a seguir do mapa de danos. A cobertura apresentava danos causados por fungos e líquens, nas telhas cerâmicas, no madeiramento da estrutura. No interior da Igreja, destacavam-se os danos nos ladrilhos hidráulicos e nos revestimentos em geral, a cantaria desgastada e manchada, paredes manchadas por umidade, perda de ornamentos, fiação exposta e presença de vegetação e cupim (Figura 30, 31 e 32).

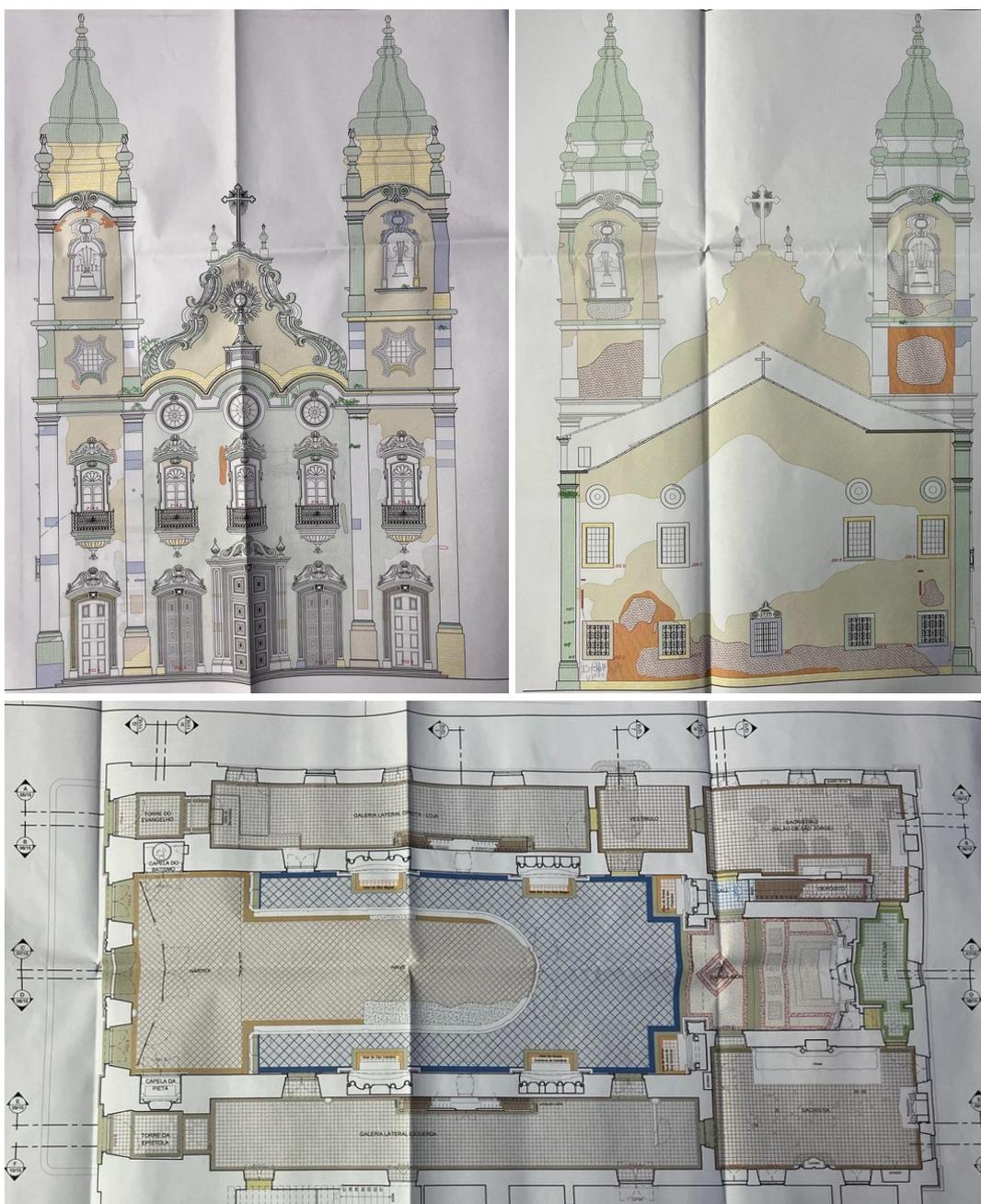


Figura 30, 31 e 32: Mapa de Danos com elevação e planta baixa da Igreja Matriz de Santo Antônio, em 2010.
Fonte: Acervo do Autor.

As obras do restauro da Igreja Matriz de Santo Antônio foram iniciadas em 2014 e concluídas em 2019, mantendo-se a Igreja fechada para eventos/missas regulares (Figura 33). Atualmente, a Matriz é aberta todos os dias para visitação e mantém as atividades religiosas, com missas semanais nas terças, quintas, sextas e domingos, além de procissões em datas comemorativas. O conjunto conta também com o uso comercial nas galerias da Matriz e na Casa Paroquial anexa.



Figura 33: Situação atual da Igreja Matriz de Santo Antônio e a Casa Paroquial anexa (2022).
Fonte: Acervo do Autor.

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional

O bem cultural **conserva** o seu caráter sócio-funcional, pelo fato da Igreja Matriz de Santo Antônio manter seu uso religioso, com a realização de missas, festejos e procissões religiosas. Acrescido a esse fato, na Casa Paroquial anexa e nas galerias da Matriz são realizadas atividades comerciais de artefatos religiosos.

Integridade Estrutural

O Conjunto formado pela Igreja Matriz de Santo Antônio e Casa Paroquial anexa **conservam-se**, no tangente à integridade estrutural, pelo fato de se manterem como elementos estruturadores da edificação, com sua identificação espacial preservada em face das grandes transformações urbanas ocorridas no bairro, desde os tombamentos de 1937 e 1980.

Integridade Visual

O conjunto formado pela Igreja Matriz de Santo Antônio e a Casa Paroquial anexa **conservam** o seu atributo visual, em razão de serem mantidas suas características formais nas fachadas, auxiliadas pelas ações de restauro às quais os bens foram submetidos, destacando-se na paisagem do bairro de Santo Antônio por sua arquitetura monumental.

3.2. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República

O polígono delimitado pelo Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República compreende o Palácio do Campo das Princesas, o Teatro de Santa Isabel, o Liceu de Artes e Ofícios e o Palácio da Justiça, englobados na SPR-1 na ZEPH-10, no extremo norte do bairro de Santo Antônio.

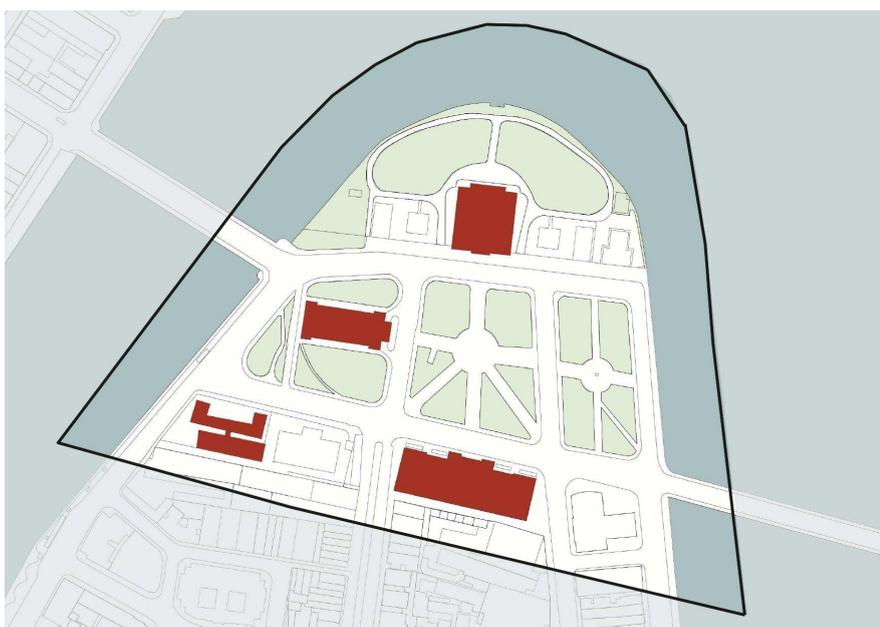


Figura 34: Polígono de estudo do conjunto.
Fonte: Acervo do Autor.

O conjunto teve sua origem no período de governo holandês, mais precisamente em 1639, onde estava situado o Palácio Friburgo, moradia do então Conde Maurício de Nassau, e dos futuros gestores até o ano de 1769. Em seu entorno, foi iniciada a implantação de um parque, correspondendo à atual Praça da República. De acordo com Carneiro e Mesquita (2000), o parque foi, provavelmente, o primeiro jardim renascentista das Américas e a primeira área verde do Recife. De acordo com o excerto abaixo, o espaço se configurou como um incipiente centro político-cultural da cidade:

Nassau abrigou uma equipe de artistas e homens de ciência, de humanistas, criando ao redor de si um verdadeiro campo de experimentação e lazer, a que não faltou um jardim zoobotânico, hortas e pomares, jardins de flores e plantas medicinais, um campo de jogos de bocha, recantos para encontros galantes e devaneio, grandes espelhos de água onde criava peixes. Alamedas de coqueiros - que Nassau transplantou adultos para o seu parque e no ano seguinte safrejaram - marcavam-lhe os diferentes usos, limitando aquele espaço que veio a ser a primeira área verde do Recife - uma área com inequívoca vocação para praça e centro cívico que se confirma até hoje (RECIFE, GESTÃO AMBIENTAL).

Nos anos seguintes, a praça foi destruída, tornando-se um completo descampado, que recebeu novas denominações, a exemplo de: Praça do Palácio Velho, Campo do Erário, Campo de Honra e, por fim, Campo dos Mártires, por ter sido sede do enforcamento dos líderes da Revolução de 1817 (DPPC, 2020). Durante o século XIX, com as importantes intervenções do programa da Repartição de Obras Públicas, sob o governo do Conde da Boa Vista e forte influência de Louis L. Vauthier, o conjunto foi alvo de grandes transformações, com a construção do então Palácio do Campo das Princesas, em 1841, e seu ajardinamento em 1860 por Willian Martineau; o Teatro Santa Isabel, em 1850; o Liceu de Artes e Ofícios e a Biblioteca Pública (DPPC, 2020).



Figura 35: Praça da República descampada e a presença dos equipamentos públicos, em 1850.
Fonte: Menezes, 1985.

Em 1875, a Praça da República, como ficou conhecida após a Proclamação da República, em 1889, foi concebida com projeto dos engenheiros Émile Beringer e Victor Fournié, com forte influência do paisagismo inglês, com canteiros irregulares, a presença de um coreto de ferro no centro e cercado por um gradil (DPPC, 2020). Na década de 1920, a praça se configurava com eixos e passeios curvilíneos, bancos de cimento armado, vegetações de pequeno porte e palmeiras imperiais.

No ano de 1937, no entorno da praça foi construído o Palácio da Justiça e empreendida uma reforma na praça, com projeto de Burle Marx, que introduziu novas espécies ao espaço, como coqueiros, cajueiros, mangabeiras e um baobá. Além disso, manteve os dois eixos ortogonais da praça, as palmeiras e as esculturas clássicas, substituindo o coreto por uma fonte monumental, em referência às águas do seu entorno, além de novos eixos que conectam os marcos arquitetônicos (DPPC, 2020).

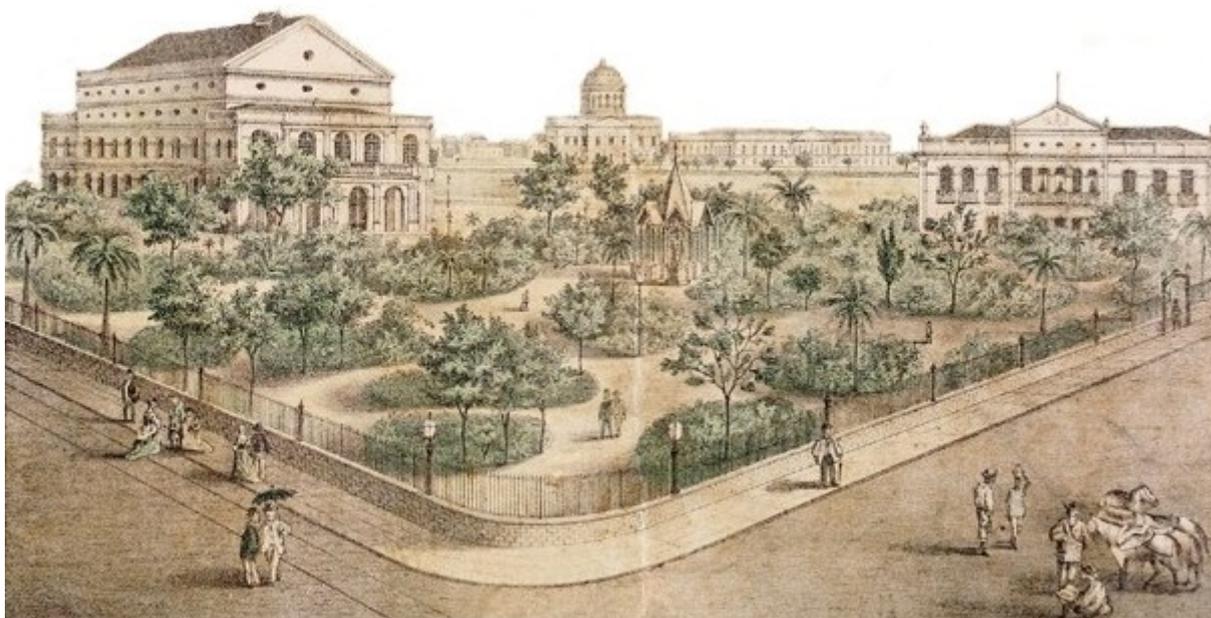


Figura 36: Praça da República, Palácio do Campo das Princesas e Teatro Santa Isabel em 1880.
Fonte: Menezes, 1985.

Em sua última reforma, no ano de 1999, com o intuito de reforçar o caráter contemplativo do lugar, o jardim foi organizado em três lances que se desenvolvem para o rio, com vista para o antigo casario do bairro do Recife (CARNEIRO e MESQUITA, 2000). O conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da República

conta com edifícios simbólicos para a história do Recife, como o Palácio do Campo das Princesas, o Palácio da Justiça, o Teatro Santa Isabel e o Liceu de Artes e Ofícios (DPPC, 2020).

As edificações do conjunto apresentam um uso predominantemente institucional, com a tipologia de palacetes e gabarito em torno de quatro pavimentos (DPPC, 2020). Os edifícios apresentam bom estado de conservação, em razão dos tombamentos realizados pelo IPHAN (Teatro Santa Isabel e Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República) e FUNDARPE (Liceu de Artes e Ofícios, Palácio da Justiça, Palácio do Campo das Princesas e todo perímetro da Praça da República).



Figura 37: Perspectiva do Conjunto da Praça da República e sua relação com o Rio Capibaribe.
Fonte: Governo Eduardo Campos.

Atualmente, de acordo com o Diagnóstico da DPPC (2020), o espaço público se configura como de baixo fluxo de transeuntes, a despeito de sua vocação como centro cívico e de articulação do bairro de Santo Antônio. As razões disso estão nos usos atribuídos às edificações que compõem o espaço, que não demandam usuários para a sua movimentação. Além disso, as vias que delimitam a praça apresentam alto fluxo de veículos, o que dificulta o acesso dos pedestres.

Teatro Santa Isabel:

O Teatro Santa Isabel, tombado pelo IPHAN em 1949, é considerado um dos 14 teatros-patrimônios do Brasil, elaborado segundo o projeto do engenheiro Louis Léger Vauthier, durante o governo de Francisco Rego Barros, o Conde da Boa Vista. “Construído pelo trabalho não-escravo, uma inovação na época, e com recursos financeiros provenientes de loterias, da companhia de acionistas e do tesouro provincial” (RECIFE, s.d.), o teatro foi inaugurado em 1850. Trata-se de um exemplar da arquitetura neoclássica no Recife, tendo sido palco de diversos acontecimentos da história da cidade e recebido importantes personagens, como: Dom Pedro II, Castro Alves, Tobias Barreto, Carlos Gomes, Ana Pavllowa, Procópio Ferreira:

“Sua história tem páginas repletas de óperas, dramas, concertos, comédias, torneios de oratórias, solenidades cívicas e políticas, bailes, festas e jantares. O Santa Isabel foi durante muito tempo o palco do Recife, em todos os aspectos: políticos, sociais e culturais”. (RECIFE, s.d.)



Figura 38: Teatro Santa Isabel, em 1880.
Fonte: Mozitz Lamberg/ Acervo IMS.

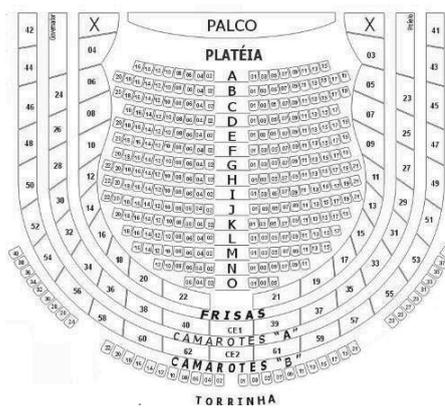


Figura 39: Planta baixa da edificação.
 Fonte: RECIFE, s.d.

No decorrer da sua história, foram realizadas algumas formas estruturais. Atualmente, o teatro permanece aberto para o seu uso, com a realização de espetáculos de dança, música, teatro, além de receber visitas guiadas durante a semana, visando a educar a população, no tocante ao seu valor como patrimônio cultural.



Figura 40: Situação atual do Teatro Santa Isabel (2022).
 Fonte: Acervo do Autor.

Palácio do Campo das Princesas:

O Palácio do Campo das Princesas, construído em 1841, a mando do Conde da Boa Vista, segundo projeto do engenheiro Firmino Herculano de Moraes Âncora. Após a Proclamação da República, o antigo palácio provincial passou a ser a sede do Governo do Estado. Ao longo de sua história, o edifício sofreu algumas reformas, como a de 1959, com adaptações realizadas para receber D. Pedro II e sua família. Em 1873, o palácio passou a abrigar a residência do Governador e, em 1920, foram construídos um novo pavimento e um parque ao redor do edifício. (GASPAR, 2004)



Figura 41: Cartão Postal centrado no Palácio do Campo das Princesas, em 1920.
Fonte: Menezes (1985).

O edifício é um exemplar arquitetônico que une os estilos neoclássico e eclético, com diversos símbolos que remontam à história de Pernambuco, nos vitrais e quadros. No mobiliário e no piso, o palácio tem referências francesas que remontam aos seus antigos palácios. Atualmente, o Palácio permanece sendo a sede administrativa do Governo do Estado e aberto ao grande público para visitas guiadas.



Figura 42: Situação atual do Palácio do Campo das Princesas (2022).
Fonte: Acervo do Autor.

Palácio da Justiça:

O Palácio da Justiça teve sua pedra fundamental lançada em 1924, no governo de Sérgio Loreto, em comemoração à Confederação do Equador. A obra teve projeto do arquiteto italiano Giacomo Palumbo, com colaboração de Evaristo de Sá e durou cerca de seis anos, sendo concluída em 7 de setembro de 1930 (TJPE, s.d.). Nos dias atuais, o edifício abriga a sede do poder judiciário do Estado de Pernambuco e as instalações do Tribunal de Justiça (TJ-PE), sendo tombado desde 1994 pela FUNDARPE.

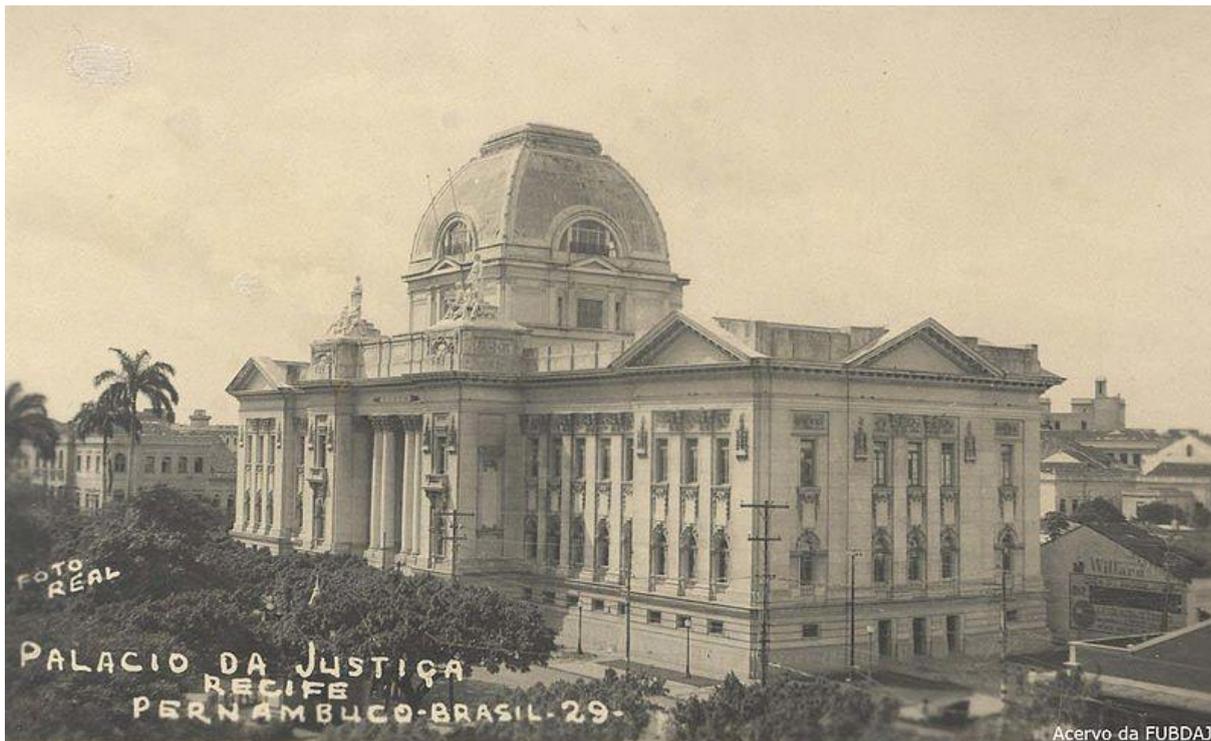


Figura 43: Palácio da Justiça, no ano de 1929.
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

O local escolhido para a implantação do edifício levou em conta a história da área, onde se encontram edificações de uso institucional, com caráter de centro-cívico, que emolduram o conjunto arquitetônico e paisagístico da porção norte do bairro de Santo Antônio. O Palácio, de estilo eclético, conta com cinco pavimentos e abriga obras de artistas como as do alemão Heinrich Moser, que compôs os vitrais e alguns quadros do edifício que remontam à história do Estado, além do luxuoso mobiliário elaborado pelo arquiteto M. Nozières. Sob a supervisão de Freyhoffer, o escultor pernambucano Bibiano executou na fachada, em frente à cúpula, dois grupos monumentais de esculturas alegóricas à Justiça e à Lei, enquanto na chamada Sala dos Passos Perdidos, esculpiu os bustos de Paula Batista e de Gervásio Pires, dois grandes nomes da história jurídica pernambucana. (TJPE, s.d.)



Figura 44: Situação atual do Palácio da Justiça (2022).
Fonte: Acervo do Autor.

Liceu de Artes e Ofícios:

O edifício que abrigou o antigo Liceu de Artes e Ofícios foi construído em 1880, com doação da Associação Comercial Beneficente e do Barão do Livramento, dotado de uma arquitetura com estilo eclético e neoclássica francesa. O autor do projeto do edifício foi o engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães, cujo intuito foi abrigar a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, regida pela lógica de estabelecer as escolas de instrução para adultos da classe operária. Desse modo, nos anos seguintes, passou a oferecer aulas de geometria, desenho, arquitetura e letras para o público geral (FUNDARPE, s.d.).



Figura 45: Liceu de Artes e Ofícios, em 1905.
Fonte: Revista Renascença/BN.

A edificação possui dois pavimentos com planta em forma de “U”, simétrica ao eixo transversal. Sua fachada conta com linhas básicas de composição e pilastras que marcam o ritmo e acompanham a platibanda, arrematadas por pináculos de cimento. Além disso, há uma escadaria externa que dá acesso aos salões dos pavimentos superiores (FUNDARPE, s.d.). No exame técnico do Liceu, nas fls. 26/27, do Processo de Tombamento nº 2.202/1991, consta:

O Liceu possui dois pavimentos. O térreo apresenta um pé direito muito baixo em relação ao pavimento superior e suas janelas, protegidas por grades de ferro trabalhado, aparecem em dimensões reduzidas, tomando a forma de elipse na fachada principal, enquanto nas outras fachadas são retangulares. As portas de acesso possuem verga reta e todos os vaos neste pavimento estão alinhados abaixo dos janelões do primeiro andar. Quem observa externamente o andar térreo do edifício, acredita tratar-se de um porão, por esse apresentar tratamento similar às construções cujo primeiro piso está abaixo do solo, revelando-se também nas fachadas por pequenas aberturas.

O antigo prédio do Liceu de Artes e Ofícios foi tombado pela FUNDARPE em 1991, pois trata-se de um dos representantes da arquitetura pública, testemunho do estilo clássico imperial no Recife. Atualmente, pertence à Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, e se encontra em estado de conservação regular, em razão do seu abandono e da ausência de usos. (Figura 45).



Figura 46: Situação atual do antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios.
Fonte: Acervo do Autor.

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional

Analisando o conjunto com os bens especificados, verifica-se que foi **conservado parcialmente** seu caráter sócio-funcional. Embora o Palácio do Campo das Princesas, o Teatro Santa Isabel e o Palácio da Justiça conservem seus usos, dentro do recorte físico especificado, o Liceu de Artes e Ofícios se encontra atualmente sem uso. Além de sua notória subutilização, configura-se enquanto espaço público com baixo fluxo de visitantes, a despeito da vocação de centro cívico e de articulação do bairro de Santo Antônio, desempenhado pela Praça da República.

Integridade Estrutural

Do ponto de vista da integridade estrutural, o conjunto **conserva** seus elementos estruturadores para o sítio, no que tange ao padrão de ocupação, à forma e à sua identificação espacial que se mantém, a mesma dentro do recorte temporal analisado.

Integridade Visual

O conjunto **conserva** o seu atributo visual, pois foi mantida a apreensão visual da paisagem, em relação às edificações entre si e com o Rio Capibaribe, configurando-se como uma das principais vistas do bairro de Santo Antônio.

3.3. Conjunto Moderno da Av. Guararapes

O conjunto de bens culturais é compreendido pelo polígono delimitado pela ZPR-5 (Av. Guararapes), estabelecido em 1992 pelo DPSH, onde, no centro, está a Avenida Guararapes e o seu entorno, limitado por trecho da Rua do Sol/trecho da Avenida Dantas Barreto/Av. Siqueira Campos e Rua Matias de Albuquerque. O conjunto engloba nove vias, ou trechos de vias, delimitadas por sete quadras que compõem o espaço, com edificações que formam um conjunto monumental, com tipologias modernas e verticalizadas.

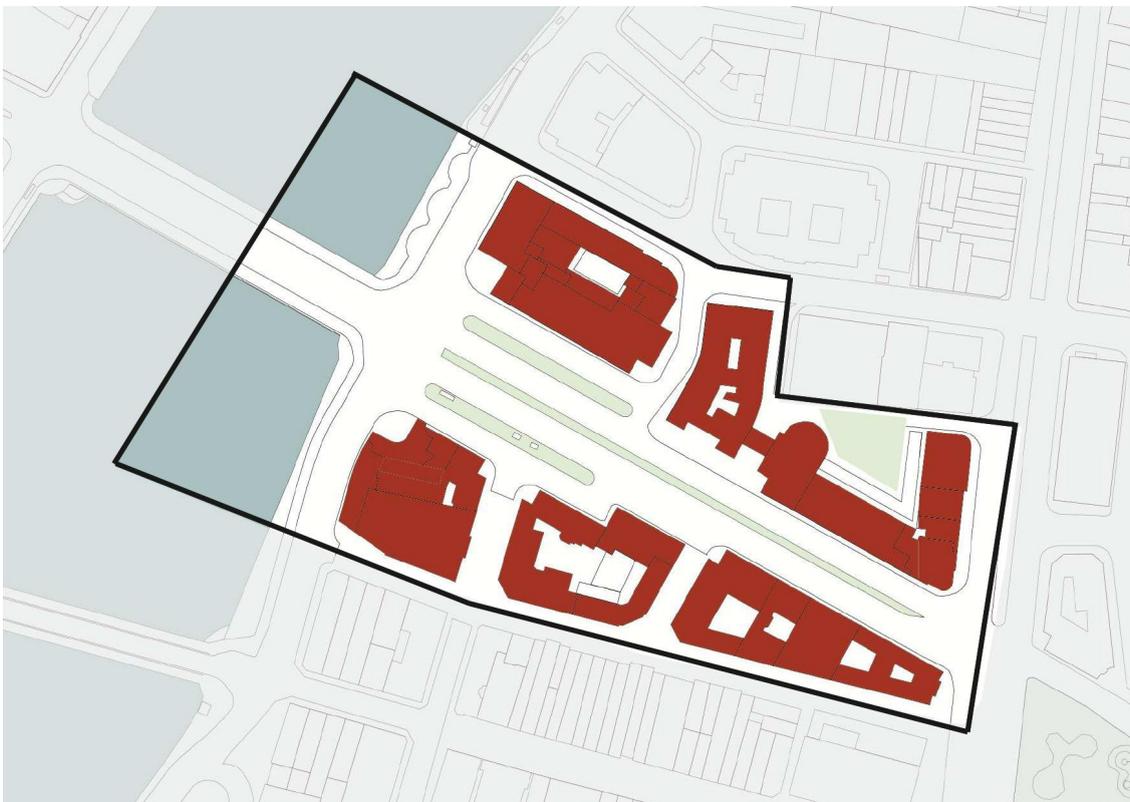


Figura 47: Polígono delimitado para estudo do conjunto.
Fonte: Acervo do Autor.

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Moderno da Avenida Guararapes, antiga 10 de Novembro, foi projetado no final da década de 1920, pelos planos de

remodelação do bairro de Santo Antônio (Figura 46), do arquiteto Nestor de Figueiredo e dos engenheiros José Estelita e Domingos Ferreira, com o objetivo primeiro de facilitar o trânsito e ordenar o comércio do bairro. Sua construção foi realizada na gestão do prefeito Novaes Filho, em 1937, contando com o envolvimento pessoal e decisivo de Getúlio Vargas, presidente da República na época (DINIZ, 2014). Onde destaca que o conjunto:

"Representa o esforço de conjugar desenho urbano e arquitetura para criar uma cidade moderna e foi fruto do esforço da Prefeitura, do Governo do Estado, do Governo Federal e até mesmo da iniciativa privada, que respeitou rigorosamente os padrões pré-estabelecidos". (DINIZ, 2014)

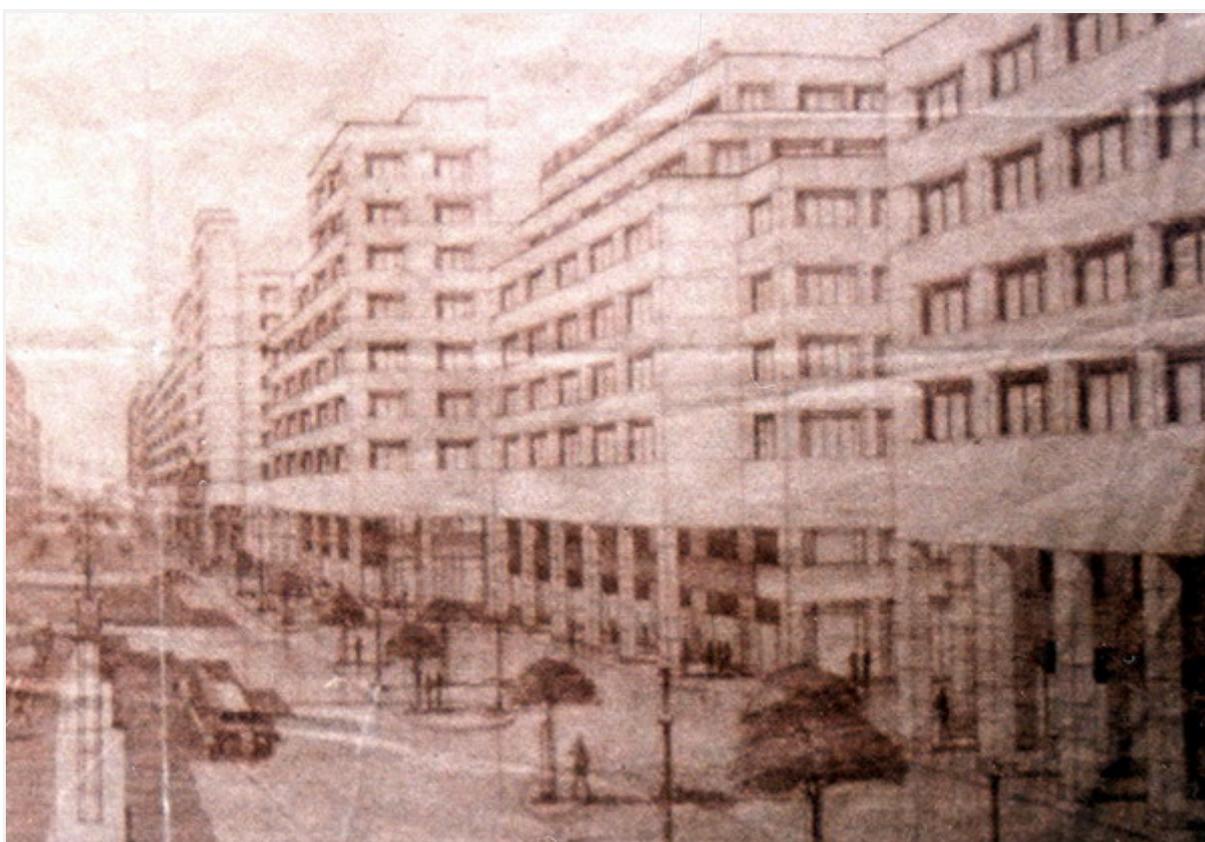


Figura 48: Perspectiva do projeto do conjunto da Av. Guararapes.
Fonte: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).

Os edifícios do conjunto começaram a ser construídos durante a década de 1930, projetados por engenheiros e arquitetos locais como Heitor Maia Filho e Hugo Marques que, apesar de não serem conhecidos nacionalmente, projetaram exemplares significativos da chamada Arquitetura Moderna Pernambucana (DPPC, 2020). A maior parte dos arquitetos e engenheiros responsáveis pelas obras foram alunos da Escola de Belas Artes, onde tradicionalmente os prédios eram resultados da junção das estéticas modernas com o classicismo, se destacando por serem os

mais verticalizados e com a presença do concreto em sua estrutura. (DINIZ, 2004 apud. DPPC, 2020)



Figura 49: Perspectiva do conjunto da Av. Guararapes.
Fonte: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).

O conjunto se destaca pela arquitetura influenciada pelo Art Deco, com o design que destaca a verticalização, presença de formas geométricas e a simplicidade das fachadas, como observado na Figura 47. Do ponto de vista morfológico, podemos descrever a presença de grandes edifícios, que formam pátios internos, e edifícios em barra, articulados ao seu traçado, com escalonamento repetido no plano vertical. Amaral (2001) afirma que o conjunto é formado majoritariamente por cinco agregados de edifícios, separados em torno das sete quadras que o compõem, podendo ser classificados em quatro principais tipos: os edifícios-pátio, os edifícios-barra, as torres e os edifícios de um pavimento. Todos apresentam recuos em relação à avenida, que propiciou a formação de galerias contínuas ao longo da via, conferindo destaque ao passeio, no conjunto, observados na Figura 48.

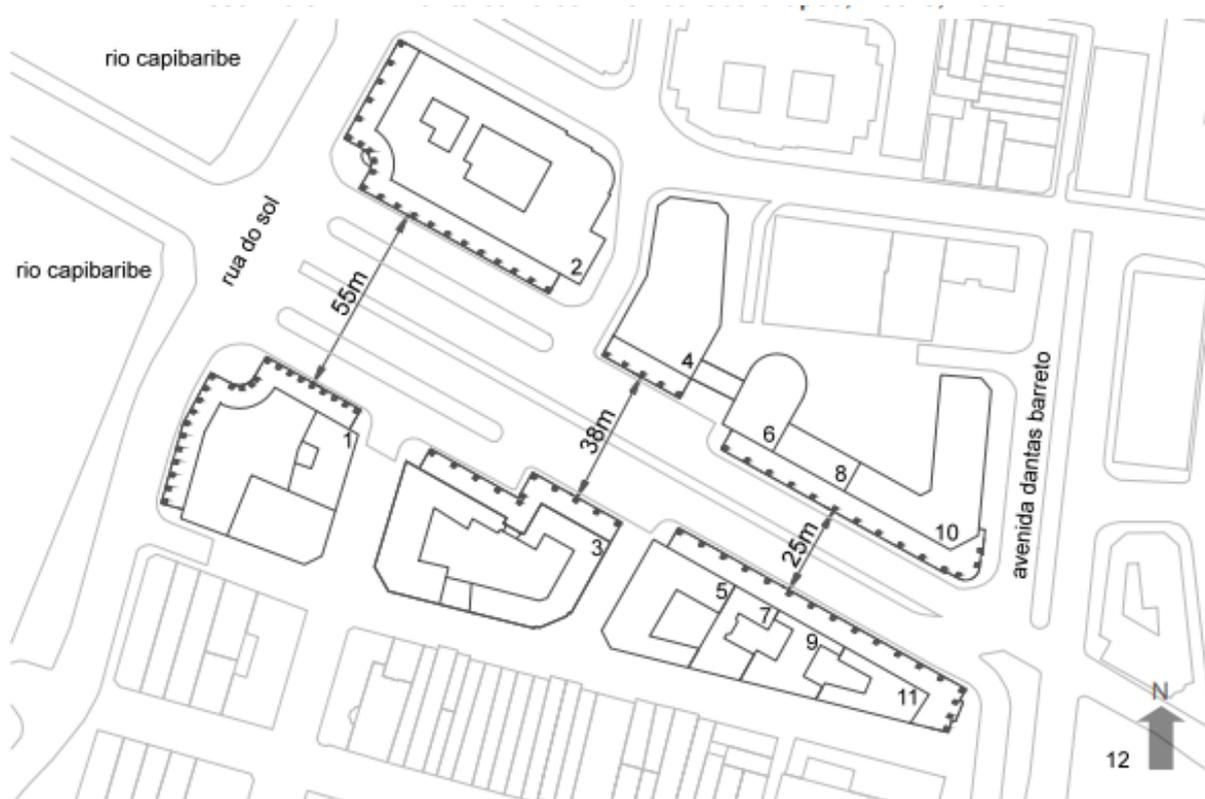
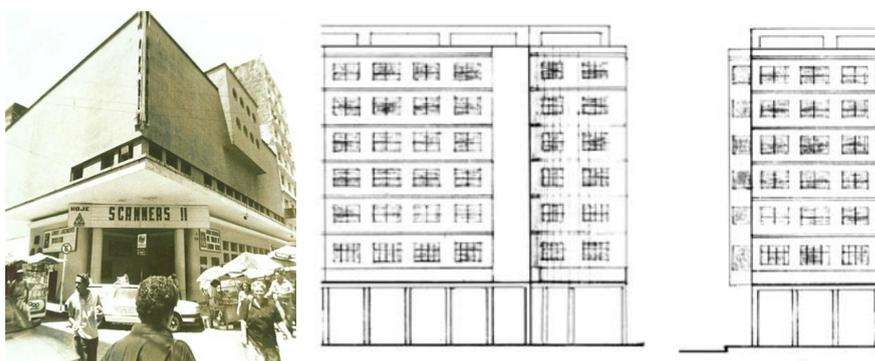


Figura 50: Planta baixa do conjunto da Av. Guararapes.
 Fonte: Amaral (2001).

A primeira quadra é composta pelos edifícios Trianon, Sertã e o antigo cinema Art-Palácio, projetado pelo arquiteto Rino Levi, com gabaritos e volumes diferentes que se abrem à vista em perspectiva da Av. Guararapes, com modificação do ângulo de esquina, que confere uma forma côncava ao edifício (AMARAL, 2001).



Figuras 51, 52 e 53: Fachada do Cinema Art-Palácio, Edf. Trianon e Edf. Sertã, respectivamente.
 Fonte: Recife de Antigamente e Amaral (2001).

O mesmo artifício e esquema volumétrico é aplicado à quadra que lhe fica em frente, onde se encontra o edifício dos Correios e Telégrafo, uma construção

monumental que ocupa a quadra em sua quase totalidade, com apenas uma edificação.

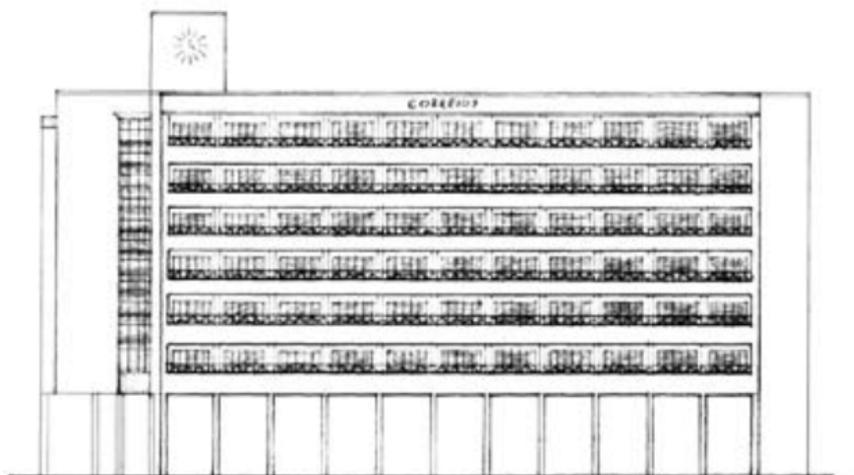


Figura 54: Fachada do edifício dos Correios e Telégrafo.
Fonte: Amaral (2001)

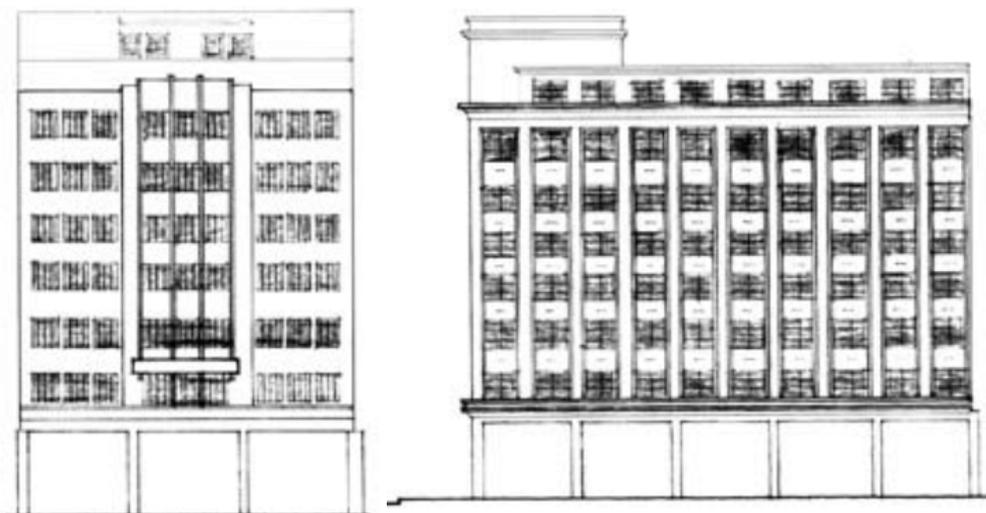
Em sequência às edificações da primeira quadra, aparece a quadra formada pelo edifício Ednaldo Reinado e o do Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAPC), que são justapostas e formam um pátio compartilhado, sobretudo com abertura para a via (SILVA, 2001).



Figura 55: Fachada do edifício Ednaldo Reinado e o do Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAPC),
respectivamente.
Fonte: Amaral (2001)

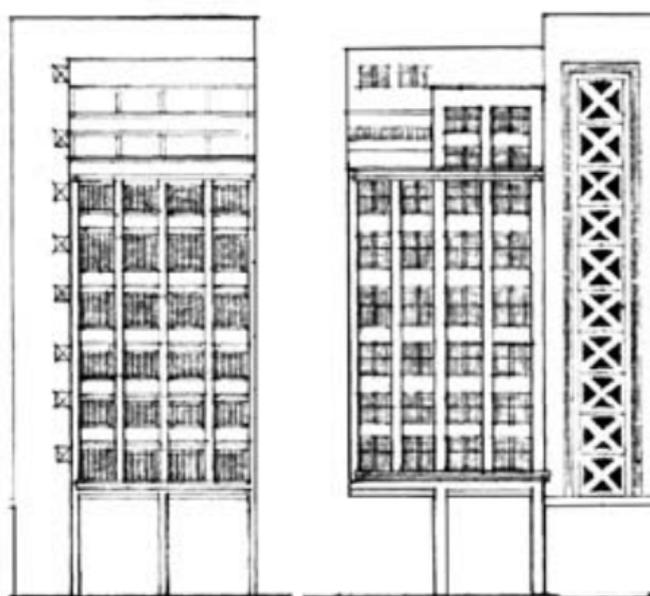
Na quarta quadra, encontram-se os edifícios da Caixa Econômica, Sigismundo Cabral (IAPTEC), Bancários (BANDEPE) e por último o Sulacap, que

possui planta trapezoidal alongada, se destacando na quadra. Todos apresentam a mesma volumetria e gabarito, com os pátios internos sem continuidade e separados da via (SILVA, 2001).



Figuras 56 e 57: Fachada do edifício BANDEPE e o Sulacap, respectivamente.
Fonte: Amaral (2001).

O agregado diametralmente oposto é formado pelos edifícios Arnaldo Bastos, que se conecta ao edifício Almare, projeto do arquiteto Hugo Marques de planta basilical e uma notável articulação com seu anexo, por meio de uma passarela, de modo a unir as quadras (Figura 56).



Figuras 58 e 59: Fachada do edifício Almare e o seu anexo, respectivamente.
Fonte: Amaral (2001).

Complementam-se a eles os edifícios Conde da Boa Vista e o Santo Albino, um dos mais verticalizados da avenida, com volumetria complexa, que se destaca pelo formato em “V”, que resulta num grande pátio público, a Praça do Sebo, criada em 1981. Esse agregado é complementado por outra quadra composta de edifícios-barra, que circundam a praça e configuram as dimensões e acessibilidade de um espaço público (AMARAL, 2001).

De acordo com o Diagnóstico da DPPC (2020), após a criação do Plano de Gabaritos (1965) e, posteriormente, a elaboração do PPSH (1978). O conjunto da Av. Guararapes passou a sofrer sucessivas perdas do uso habitacional, acarretando desvalorização imobiliária. De acordo com Lacerda e Anjos (2014), as limitações impostas pelos novos parâmetros urbanísticos desviaram a atenção dos grandes empreendedores da área, até ser redescoberta nas últimas décadas.

A Av. Guararapes recebe diariamente um intenso movimento de transeuntes e pessoas que utilizam o transporte público e privado, sobretudo em horário comercial, em razão da forte presença dos usos de comércio e serviços na área. O diagnóstico da DPPC (2020) destaca que a Av. Guararapes é tida como um dos principais corredores de ônibus/BRT da cidade concentrando grande parte do fluxo dentro do conjunto, além do fluxo nas galerias dos edifícios, que se dá tanto pela presença de paradas de ônibus quanto pelos serviços e comércio de rua, como engraxates, venda de flores, venda de livros usados, dentre outros tipos de comércio.



Figura 60: Conjunto da Av. Guararapes com a presença das estações de BRT.
Fonte: Daniel Tavares/PCR.

Atualmente, de acordo com o diagnóstico da DPPC, no tocante aos usos dos edifícios da SPR-5 (entorno da Avenida Guararapes), a distribuição é mais equitativa entre serviços, comércio/serviços, institucional, sem uso, estacionamento, educacional e comercial/educacional. Neste trecho, pode-se identificar a presença de novas faculdades, que chegam a configurar um incipiente polo educacional no centro (LACERDA e ANJOS, 2014 apud. DPPC, 2020). Mesmo assim, o conjunto se destaca pelo bom estado de conservação, evidenciado no diagnóstico da ZEPH-10.

Durante a última década, foram percebidas novas dinâmicas ocorridas no Conjunto, no tocante ao mercado imobiliário que, desde 2015, é tido como uma área de expansão do Porto Digital (DPPC, 2020). Em 2021, com o lançamento do programa Recentro, plano que visa a revitalizar as áreas centrais do Recife, o conjunto da Av. Guararapes se tornou alvo de ações de lazer e cultura, com o intuito de atrair empreendimentos e investimentos, com o projeto “Viva Guararapes”. Com o auxílio de secretarias municipais, a avenida é tomada por pólos temáticos, com uma

série de atrativos culturais, esportivos, gastronômicos, literários e de economia criativa.



Figura 61: Evento “Viva Guararapes”, criado pelo Recenteo, em 2022.
Fonte: Diário de Pernambuco.

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional

O Conjunto Moderno da Av. Guararapes **conserva parcialmente** sua dimensão sócio-funcional, tendo em vista a existência de edificações sem uso e de pavimentos subutilizados, além de novos usos nos edifícios que compõem o conjunto, a exemplo do uso educacional, denotando a substituição dos usos tradicionais de comércio/serviços, ainda que se façam presentes em alguns dos edifícios. Além disso, observa-se o acréscimo de novas estruturas, como as atuais estações de BRT, que ratificou sua importância enquanto corredor de transportes públicos e intensificou a presença de pedestres e comerciantes de rua nas galerias dos edifícios.

Integridade Estrutural

O Conjunto Moderno da Av. Guararapes **conserva** seu caráter estrutural marcado pela monumentalidade, visto que dentro do recorte temporal analisado, mesmo com o surgimento de novas estruturas como o BRT e o redesenho dos canteiros, o conjunto mantém suas volumetrias preservadas e em bom estado de conservação (DPPC, 2020).

Integridade Visual

A integridade visual foi **conservada parcialmente**, pelo fato de que a apreensão visual do conjunto, sobretudo quando observado sob a ótica do pedestre, foi prejudicada após a inserção da estação de BRT. Este elemento se configura como uma barreira visual para o conjunto edificado moderno, acrescido de um redesenho dos canteiros e a criação de novos espaços públicos como a Praça do Sebo (1981).

3.4. Antiga Sede do Diário de Pernambuco

O edifício que abrigou a Antiga Sede do Diário de Pernambuco, também conhecido como Palacete da Praça do Diário, foi construído no ano de 1903, aos moldes ecléticos, a mando do conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, conhecido por Conselheiro Rosa e Silva, nome de forte influência política e então proprietário, para abrir o importante e mais antigo jornal em circulação da América Latina (PASSOS, s.d.) (Figura 60).



Figura 62: Prédio do Diário de Pernambuco no início do século XX.
Fonte: Acervo Josias Barreto.

Entre os anos de 1918 e 1921, o prédio passou a ser administrado por Carlos Benigno Pereira de Lira e seu filho Carlos Lira, ao qual foram acrescentados mais um pavimento e a torre do carrilhão, que abriga o relógio com música, instalado acima da cúpula, como afirma Passos (s.d.). Assim, o edifício se destacou como grande pólo intelectual da cidade, onde figuras públicas importantes nacionais e internacionais circulavam, a exemplo de chefes de Estado e grandes pensadores. Além disso, foi palco de importantes eventos históricos da cidade, em defesa da democracia e das liberdades constitucionais, como afirma o relator, conselheiro e ex-jornalista do Diário de Pernambuco (1964 a 1985), Marcus Prado, em:

“o que acontecia nesta capital, ao longo de mais de um século, as grandes campanhas em defesa da democracia e das liberdades constitucionais, tinham início nas sacadas desse edifício ou nos coretos armados na pracinha” (PERNAMBUCO, 2019).



Figuras 63 e 64: Edifício do Diário de Pernambuco em 1942 e na década de 1960, respectivamente.
Fonte: Ribeiro (2014) e Recife de Antigamente.

O processo de tombamento da Antiga Sede do Diário de Pernambuco foi aberto em 2003, por solicitação do então conselheiro da Cultura Orley Mesquita, e relatado por Marcus Prado, que destacou: “Foi a partir do lado de fora desse bem histórico, de sua calçada que me posicionei e me inspirei para elaborar o parecer, comparando a cena vista por Camilo José Cela, Albert Camus e a Rainha da Inglaterra, entre outros, com a sua realidade de hoje”. (PERNAMBUCO, 2019) O tombamento pela FUNDARPE foi aprovado com unanimidade, pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico de Pernambuco, apesar de sua inserção no livro do Tombo ter sido realizada apenas em 2020 (LIVRO II, FL. 19, Nº 136).



Figura 65: Fachada do Edifício no início do século XXI.

Fonte: >www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2014/11/antigo-diario-vira-porto-digital.html<

Em 2004, após 101 anos de existência, a Sede do Diário de Pernambuco foi transferida do antigo palacete da Praça da Independência após 101 anos para o bairro de Santo Amaro, tendo sido adquirida pelo governo do Estado. Em 2014, a Antiga Sede do Diário de Pernambuco foi cedida ao Porto Digital, por meio de um projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Assim, no ano de 2016, o parque tecnológico lançou um concurso para requalificar o imóvel e, em 2017, a proposta vencedora foi do escritório Estevan Barin Moreira-ME, do Rio Grande do Sul (Figura 64). O investimento previsto foi de cerca de R\$420 mil para a execução dos projetos executivos, de arquitetura e complementares, cujo projeto seria submetido a FUNDARPE para a aprovação.



Figura 66: Proposta de intervenção do Escritório Barin Moreira-ME para a Antiga Sede do Diário de Pernambuco.
Fonte:><https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/12/14919906-historia-em-ruinas-predio-do-diario-de-pernambuco-no-recife-e-memoria-indo-pelo-ralo.html><

Atualmente, de acordo com matéria do Diário de Pernambuco (2019), o edifício vive em um “limbo” administrativo entre a Secretaria de Administração de Pernambuco e o Porto Digital, cuja concessão do imóvel não foi concluída por parte do Governo, se encontrando em completo estado de abandono. Em 2020, o palacete sofreu um princípio de incêndio nas dependências internas, o que escancara a sua situação de deterioração e a falta de gestão, acumulando lixos, excrementos e entulhos ao seu redor, denotando seu futuro incerto e a forte ameaça ao patrimônio.

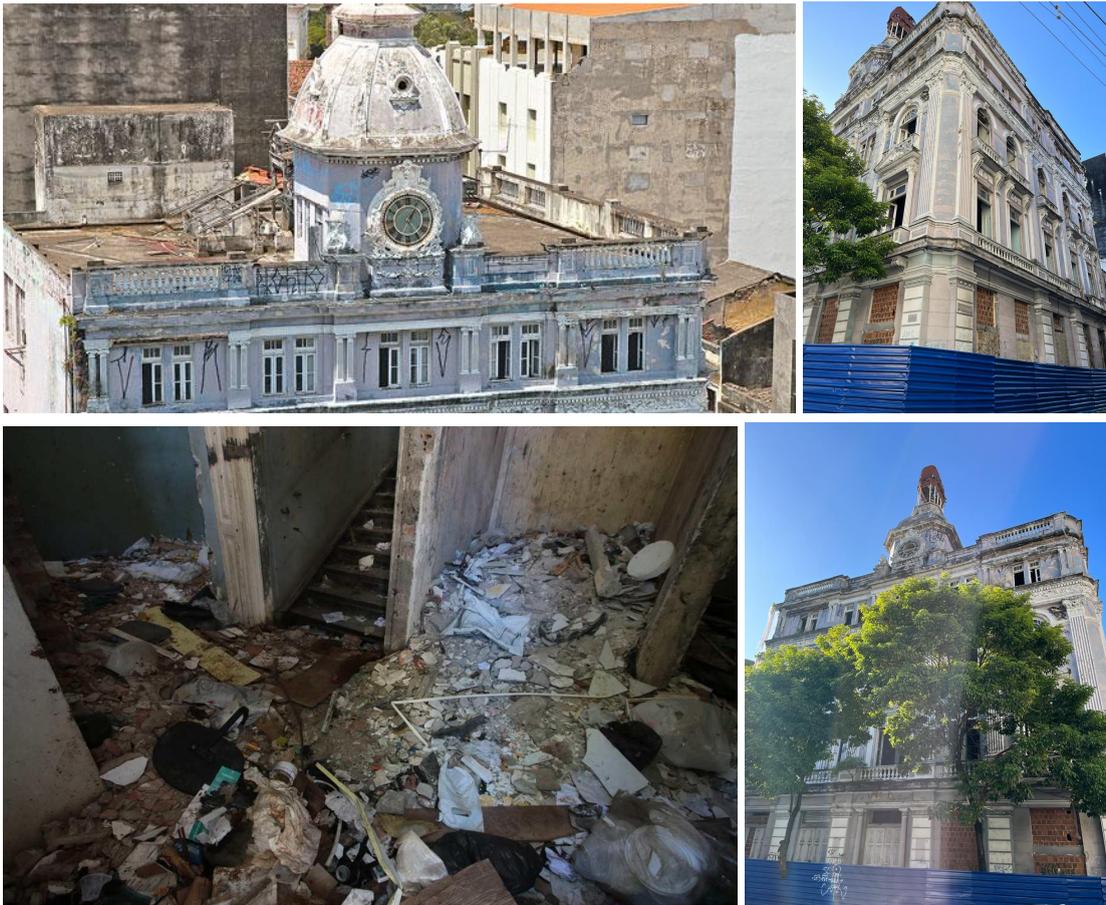


Figura 67, 68, 69 e 70: Situação atual de abandono da Antiga Sede do Diário de Pernambuco.
Fonte: Jornal do Comércio e Acervo do Autor.

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional:

A antiga sede do Diário de Pernambuco teve **perda** do seu caráter sócio-funcional, visto que, desde 2003, se encontra desapropriado e sem uso, evidenciando a sua falta de gestão e incertezas para o seu futuro.

Integridade Estrutural:

O edifício sofreu **perda** da sua dimensão estrutural, após o abandono de, aproximadamente, 19 anos, o edifício se encontra deteriorado em seu interior, com recentes iminências de incêndio. Além disso, suas fachadas estão em estado de degradação e o entorno com acúmulo de lixos e entulhos, resultado de ações de vandalismo e falta de manutenção por parte da sua gestão.

Integridade Visual:

O bem teve uma **perda parcial** na sua integridade visual, visto que após a inatividade de aproximadamente duas décadas, o edifício sofreu fortes alterações na fachada, com a deterioração de ornamentos, perda de elementos significativos e a colocação de tapumes e vegetações que dificultam sua apreensão visual. Não obstante, a monumentalidade de sua volumetria, de influência eclética, permanece sendo percebida, pois, mesmo diante dos problemas, continua se destacando frente à Praça da Independência.

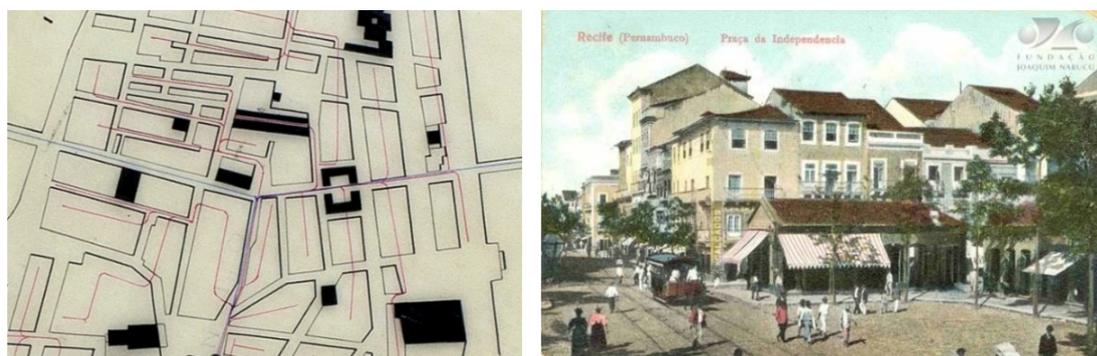
3.5. Praça da Independência/Praça do Diário e Largo Assis Chateaubriand

A atual Praça da Independência se localiza na SPR-6 da ZEPH-10 e é a mais antiga do bairro de Santo Antônio (Figura 71), com origem datada do período do governo Holandês. Na época, conhecida como Grote Markt ou Praça dos Coqueiros, constituía-se como centro do traçado urbano, responsável pela articulação das partes da ilha (CARNEIRO e MESQUITA, 2000 apud. DPPC, 2020). Em 1711, o espaço público passou a ser conhecido como Praça da Polé, abrigando o instrumento de tortura para os condenados por crimes, que consistia em suspender, por cordas, o acusado com as mãos atadas às costas, torturando-os em praça pública.



Figura 71: Localização da Praça da Independência.
Fonte: Acervo do Autor.

Em 1757, no governo de Luís Diogo Lobo da Silva, foi instalado um mercado em meio período, que deu margem para à presença do comércio de rua com os ambulantes. Após sucessivas reformas e seu reconhecimento enquanto centro comercial, no ano de 1788, foram construídas 62 pequenas lojas para a venda de frutas e verduras, na face norte e sul da praça, reduzindo o espaço público destinado à circulação (DPPC, 2020). As reformas ocorridas na praça foram responsáveis por alterar seu traçado urbano, com a criação de novas ramificações, a exemplo do Beco do Peixe e da Travessa da Cruz (Figura 69 e 70).



Figuras 72 e 73: Planta de 1865 mostrando as lojas na Praça e sua situação no início do século XX, respectivamente.

Fonte: Museu da Cidade do Recife e Villa Digital.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o comércio na praça foi novamente ampliado nos sentidos leste e oeste, além de ser renomeada para Praça da União, em razão da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal (DPPC, 2020) e, no ano de 1833, passou a ser conhecida com o seu nome atual de Praça da Independência. No começo do século XX, com a presença do Diário de Pernambuco, também passou a ser chamada, popularmente, de Praça do Diário. Nesse período, foram retiradas as lojas do largo com a finalidade de ampliá-la, já não sendo observadas na Planta da Cidade de 1906 (VAINSENER, 2003). As edificações do entorno da praça sofreram algumas alterações estilísticas, adotando uma postura eclética, observadas em registros fotográficos do ano de 1910 (Figura 71), segundo o Diagnóstico da DPPC (2020).



Figura 74: Praça da Independência por volta de 1910.
Fonte: Villa Digital.

Algumas décadas depois, com o plano de remodelação do bairro de Santo Antônio, a Praça da Independência se consagrou enquanto ponto de convergência do recorte, onde as novas vias seriam irradiadas, confirmando o seu caráter articulador. A praça sofreu um novo incremento na sua dimensão, em razão da demolição de quarteirões no entorno, que se aproximou do seu tamanho atual, além da substituição de antigos sobrados por edificações verticalizadas ao redor da Praça. (DPPC, 2020) (Figura 72)



Figura 75: Praça da Independência em meio às demolições para a abertura da Av. Dantas Barreto.
Fonte: Recife de Antigamente.

No ano de 1954, a praça recebeu esculturas em gesso, em comemoração à Restauração Pernambucana, que simbolizavam "as três raças unidas contra o invasor" -, bem como um arco de triunfo, ambos criados pelo notável escultor Abelardo da Hora (VAINSENER, 2003). Em 1975, algumas reformas foram realizadas com relação ao seu traçado (Figura 73), agora com formas curvas acentuadas, ajardinamento, uma fonte e novos mobiliários urbanos, além do busto de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1891-1968), com uma caneta em punho a escrever, esculpido também por Abelardo da Hora, de acordo com Vainsencher (2003) com as seguintes inscrições:

“Ao eminente jornalista Assis Chateaubriand, homenagem da cidade do Recife (...) A Prefeitura do Recife entrega ao Povo a nova Praça da Independência, marco de nossa tradição libertária, homenageando o Diário de Pernambuco nos 150 anos de sua ação civilizadora. Recife, 31-1-75. Prefeito.” (VAINSENER, 2003)



Figura 76: Praça da Independência em fase de reforma, no ano de 1974.
Fonte: Arquivo/DP/D.A Press.

Esse espaço que homenageia o jornalista, passou a ser conhecido como Largo Assis Chateaubriand, porém, frequentemente é confundida com a Praça da Independência (DPPC, 2020). Na realidade, esse Largo conecta a Rua Nova à Rua Duque de Caxias, por meio de um calçadão com barracas para o comércio, além da exposição dos seus antigos traçados. Em 1992, a praça e seu entorno foram classificados como SPR-6, por determinação do DPSH.

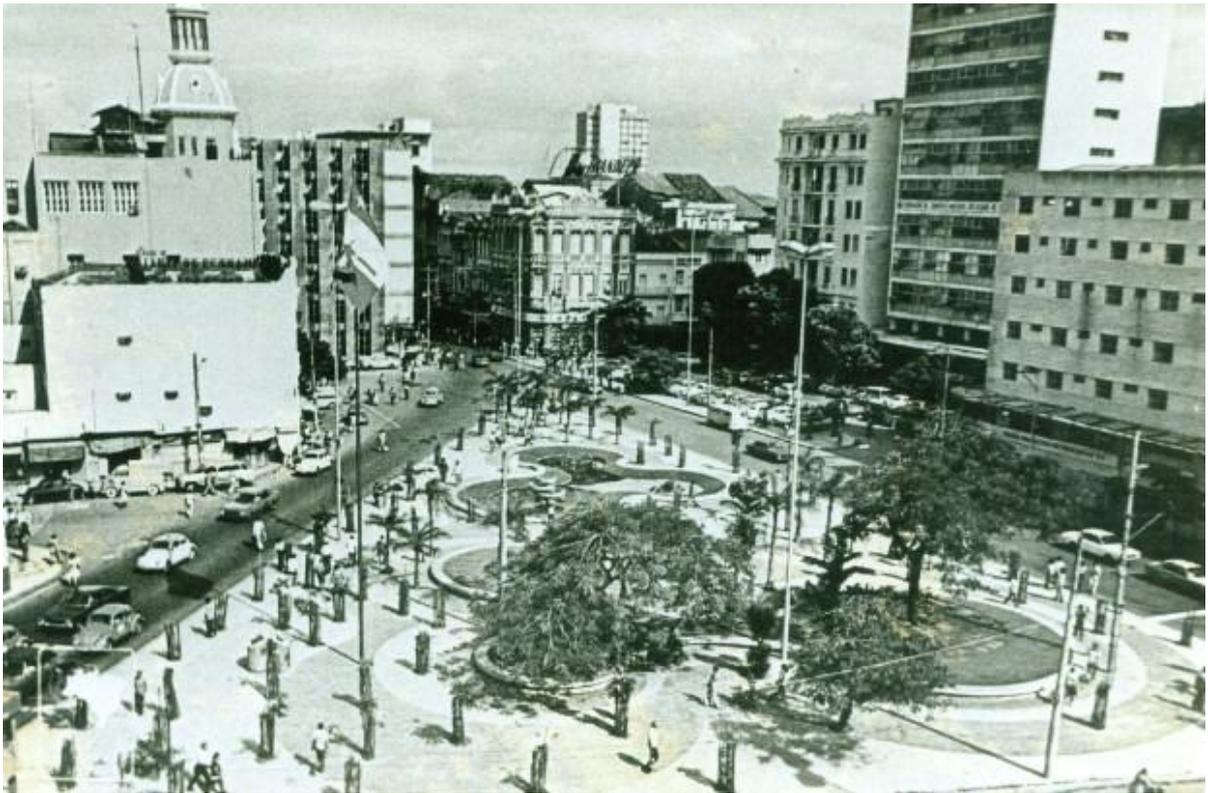


Figura 77: Praça da Independência em 1992.

Fonte: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/06/19/a-praca-da-tortura-no-recife-colonial/>

Atualmente, a praça se destaca como coração do bairro de Santo Antônio, congregando o maior número de transeuntes e estabelecendo o elo de conexão de importantes avenidas para o comércio/serviços da cidade “como a rua Duque de Caxias, a rua 1º de Março, a avenida Dantas Barreto, a rua Nova, a avenida Guararapes, o Largo do Rosário, a rua Matias de Albuquerque e a rua Engenheiro Ubaldo Gomes de Matos” (VAINSENER, 2003). Além disso, a Praça da Independência mantém seu caráter cultural em razão de centralizar as manifestações populares de diferentes naturezas, pois recebe comícios e passeatas, procissões, cortejos cívicos e blocos de carnaval (VAINSENER, 2003).

No tocante aos problemas, a Praça da Independência apresenta estado regular de conservação, em razão da degradação, sujeira, mau uso e sensação de insegurança, caracterizando-se como espaço de passagem e não de permanência (DPPC, 2020). Outra questão refere-se à população em situação de vulnerabilidade social, que utiliza o espaço público como abrigo, tendo em paralelo a presença de edificações sem uso que, em sua maioria, se encontram num estado de conservação precário.



Figuras 78, 79, 80 e 81: Situação atual da Praça da Independência (2022).
Fonte: Acervo de Thaís Santos.

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional

A Praça da Independência e o Largo Assis Chateaubriand **conservam parcialmente** sua dimensão sócio-funcional, levando em conta que o conjunto se configura como centralidade do bairro de Santo Antônio. Ali, circula elevada quantidade de transeuntes que se distribuem pelas principais avenidas da área, além de seu caráter cultural que se caracteriza como ponto de convergência de manifestações populares de diversas naturezas. O fato de não ser utilizado como local de permanência para o qual foi designada e sim como local de passagem, a Praça denota sua subutilização frente às suas possibilidades.

Integridade Estrutural

Os problemas estruturais que afligem a Praça da Independência, a exemplo da má conservação da sua estrutura e mobiliários públicos, a grande quantidade de edificações subutilizadas e em estado de degradação, acrescido à sujeira e forte presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social, quando somados, denota a **perda parcial** do caráter estrutural do bem.

Integridade Visual

O bem cultural apresenta **conservação parcial** no que tange à apreensão visual, visto que foram realizadas reformas dentro do recorte analisado, em relação ao seu traçado. Em geral, houve acréscimo de novas estruturas de mobiliários públicos e de ajardinamento, foram responsáveis por alterar a percepção da paisagem da Praça da Independência

3.6. Ponte Maurício de Nassau

A construção da primeira ponte data do ano de 1644, então conhecida como Ponte do Recife, sendo um projeto do arquiteto Baltazar de Affonseca com o intuito de conectar as atuais Ilha do Recife à Ilha de Antônio Vaz. A ponte tinha sua estrutura composta por alvenaria e madeira e, aproximadamente, o dobro de sua extensão atual (CAVALCANTI, 1977, p. 128 apud. SILVA, 2019). Dentre os fatos culturais marcantes que acompanharam essa construção, destaca-se o episódio conhecido como “A festa do boi voador”, onde o então conde Maurício de Nassau, a fim de arrecadar recursos para o pedágio e obras da ponte, empalhou um boi e, suspenso por cordas, fez com que fosse de uma margem a outra da ponte, aparentando voar (BUENO, 2004, p.40 apud. ESTER, 2007) (Figura 79).



Figura 82: Obra denominada “o boi voador”.
Fonte: Rezende (2005, p.152).

Nos anos de 1742 e 1743, a então Ponte do Recife passou por uma grande reforma, no governo de Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746), quando sua largura foi ampliada e foram instaladas duas fileiras de pequenas lojas, de taipa, em toda sua extensão. Nessas lojas eram comercializados diversos produtos os quais louçarias, joias, acessórios, quinquilharias e ferragens (CAVALCANTI, 1977, p.130

apud. SILVA, 2019). Desse modo, a Ponte do Recife se apresentava como um elemento de referência na paisagem entre a Ilha de Antônio Vaz e a Ilha do Recife, pois, de acordo com Tollenare e Graham, a ponte seria interpretada como um “lugar de devaneio”, de contemplação da paisagem, como afirma no trecho:

“Não pode haver nada mais belo no gênero do que o rico panorama verde, com o largo rio sinuoso através dele, e que se avista de cada lado da ponte, e as construções brancas do tesouro e casa da moeda, os conventos e as casas particulares, a maioria das quais com seu jardim. A vegetação é deliciosa para os olhos ingleses (...)” (GRAHAM apud MAIOR e SILVA, 1992, p.126).

Em 1813, o engenheiro Antônio Bernardino Pereira Lago foi contratado para reparar a Ponte, que se encontrava em estado de ruínas. Entretanto, no ano de 1815, foi documentado o desabamento dos pilares mais antigos, construídos no período holandês, que ocasionou o despencamento da ponte durante a reforma (CAVALCANTI, 1977, p. 131 apud. ESTER, 2007). Para solucionar o problema, foi erguida outra ponte de madeira (Figura 80), durante o governo de Luís do Rego Barreto, porém se manteve em estado condenável até o ano de 1862, cujo fato é destacado no seguinte trecho:

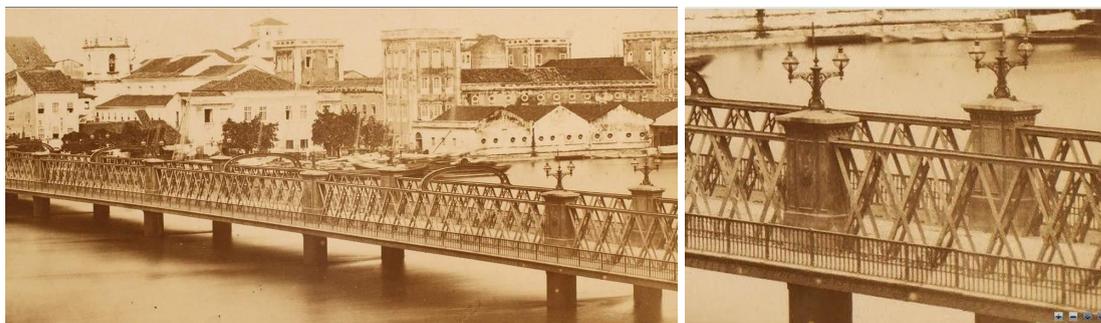
“Quando chegamos à ponte de madeira, com 350 passos de comprimento, que a liga a Santo Antônio, vimos que havia sido cortada pelo meio e que agora só podia ser atravessada por meio de duas tábuas facilmente retiráveis”. (GRAHAM apud MAIOR e SILVA, 1992, p.126)



Figura 83: Ponte do Recife, em 1855.
Fonte: Augusto Stahal.

Desse modo, entendendo a importância das pontes para a cidade e seu então estado decadente, acompanhado dos conceitos modernos trazidos pelo governo de Francisco do Rego Barros, a Ponte do Recife foi substituída por uma de ferro em 1865 (Figura 81 e 82), moldada na Inglaterra, com cerca de 180 metros de comprimento total, que passou a ser chamada de Ponte Sete de Setembro (ESTER, 2007). A então Ponte Sete de Setembro muito se assemelhava à atual Ponte da Boa Vista, com passeios de pedestres nas laterais e circulação de veículos na parte central. Por ela, circulava a “Maxabomba”, sobre a “Estrada de Ferro de Trilhos Urbanos”, com iluminação pública a gás carbônico em toda a ponte, tendo sido o comércio foi realocado para a Praça da Independência (REYNALDO, 2017).

“A ponte nova de ferro feita segundo os planos do Sr. William Martineau, quando a serviço do governo desta Província, é do sistema trave-grade. Sistema econômico e um dos mais duráveis, oferecendo além dessas a grande vantagem de não embarçar a navegação do rio sobre o qual está construída, por deixar inteiramente desembaraçado o espaço inferior a superestrutura da ponte. A ponte mede 819 palmos de comprimento, sobre 57 de largura, neste sentido é dividida em 3 partes: uma estrada com 30 palmos de largura e 2 passeios com 10¹² palmos de largura total ocupados pelas traves-grades. A estrada da ponte é calçada com paralelepípedos de ótimo granito e os passeios com tijolos de louça.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/03/1865)



Figuras 84 e 85: Ponte Sete de Setembro e seus detalhes, em 1880.
Fonte: >http://bairrodo Recife.blogspot.com/2014/01/ponte-mauricio-de-nassau_4353.html<

O início do século XX foi marcado pelas inovações no sistema de transportes urbanos, nos sistemas de iluminação pública e pelas remodelações acontecidas na cabeceira da Ponte, com a abertura de avenidas e criação de novos equipamentos (REYNALDO, 2017). Desse modo, no ano de 1917, a ponte de ferro foi substituída pela atual de concreto armado e assumiu o nome de Ponte Maurício de Nassau. Destaca-se também a implantação de quatro grandes estátuas de bronze, uma em

cada extremidade da ponte, feitas na França, que representam quatro alegorias femininas: Minerva e Lavoura (do lado do Bairro do Recife) e Caduceu de Mercúrio e a da Justiça (do lado do bairro de Santo Antônio) (REYNALDO, 2017).



Figura 86: Recife-Ponte Maurício de Nassau, Sec. XX.
Fonte: Guia do Recife, 1935.

Sendo palco de uma devida cerimônia de reabertura, o jornal Diário de Pernambuco publicou matérias em 3 dias, especificando o ato de abertura e as características estruturais da construção, bem como o objetivo do Governo com essa reforma, em:

“Inaugura-se hoje, às 15 horas, a ponte "Maurício de Nassau", situada no local em que o antigo fundador do Recife lançou, no século XVII a primitiva e que, depois de várias reformas e reconstruções, ficou sendo conhecida como "Sete de Setembro"; devido ao dia em que foi entregue ao público. Não se prestando mais ao trânsito devido às ameaças de desabamento, o dr. Manoel Borba, governador do Estado mandou torna-la interdita e imediatamente cogitou da construção dessa grande obra d'arte que hoje será entregue ao público.

O serviço foi iniciado a 1º de março último. O prazo para a construção era, de acordo com o contrato celebrado entre o governo e L. Riedlinger, de um ano, realizando-se assim a entrega ao público com uma antecedência de dois meses e meio. A ponte tem 180 metros de comprimento por 16 de largura, aumento, pois, de 4 metros sobre a largura da ponte antiga dividida em 7 vãos, em arco de parábola, sendo 5 de 30 metros e 40 centímetros e 2. de 13 e 80, cada um.

Repousa sobre as fundações da antiga ponte, reforçadas por 109 estacas de cimento armado. Cada pregão tem resistência calculada para suportar uma carga de 720 toneladas. Os passeios têm 2 metros e meio de largura e a parte central, a "rodagem", com 11 metros, dará passagem às duas linhas da Tramways e a duas viaturas, em ambas as direções. O calçamento dos passeios é em cimento e o da "rodagem", em paralelepípedos de amarelo, achando-se este ainda em via de conclusão. Marginam a ponte, de um e

outro lado, guarda corpos de cimento armado, intervalados na parte correspondente aos pegões, por varandins gradeados de ferro. Sob a ponte, no respectivo estrado, passam as canalizações de gás, água e saneamento.

As obras custaram ao Estado 910 contos de réis e foram terminadas pela Companhia Construtora em Cimento Armado, sucessora e cessionária do contratante L. Riedlinger. Por não estar concluído o calçamento de madeira, somente será permitido, por ora, o trânsito de pessoas. O de carroças e automóveis será inaugurado nos primeiros dias de janeiro. Ainda não está resolvida a época em que poderão transitar os carros elétricos não só pelo grande peso dos mesmos antes de perfeita segurança e solidez do cimento, como por haver divergências com a empresa da "Tramways" sobre a colocação dos postes da rede aérea (A PONTE.... 18 dez. 1917, p. 3).

As obras das quatro estátuas de bronze de mulheres, fabricadas na Val d'Osne, Paris, que representam quatro alegorias, são descritas como:

Minerva e Ceres; no lado leste, bairro do Recife, à esquerda (cais da Alfândega). a Cultura, uma mulher-símbolo da sabedoria e da inteligência, usando capacete à maneira de Minerva, e em atitude de quem discursa.

A placa fala sobre o Arco da Conceição:

A poucos metros deste local existia o Arco da Conceição, edificado em 1643 como uma das Portas que fechava a Ponte, acabada naquele ano por Maurício de Nassau e arrasado em 1913 por necessidade do tráfego. Memória do Inst. Arch. E Geogr. Pernambuco em 1918

À direita, cais do Apolo, temos a Lavoura. isto é a deusa Demeter-Ceres. padroeira dos campos cultivados, com espigas de trigo na cabeça e na mão direita.

A placa diz que a ponte foi obra do governo Manuel Borba:

Ponte Maurício de Nassau construída em 1917 a mandado do exmo. sr. dr. Manuel Antonio Pereira Borba, governador do Estado, sendo diretor das obras públicas o eng. Civil José Apolinário de Oliveira. Execução do eng. civil Lamber Riedlinger. Inaugurada em 18-12.1917.



Figuras 87 e 88: Estátuas de Minerva e Ceres, na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau.
Fonte: <http://litteraturamundi.blogspot.com/2013/03/as-quatro-estatuas-da-ponte-mauricio-de.html>.

Na cabeceira voltada para a Avenida Martins de Barros encontram-se as outras duas estátuas. À esquerda, uma estátua alegórica de mulher com torre na cabeça e coroa de louros: na mão direita, o caduceu de Mercúrio; canhão e sacos de mercadorias, aos pés. A placa tem os mesmos dizeres da pilastra que tem a estátua da deusa da Agricultura. À direita, temos a Justiça, com espada e balança. A placa lembra a ponte erguida por Nassau e o Arco de Santo Antônio:

Na entrada desta ponte, a primeira feita no Brasil e levantada neste local por Maurício de Nassau, o fundador da Cidade, existia o Arco de Santo Antônio como uma das Portas que a fechava, edificado em 1645 e demolido em 1917 por exigência do trânsito. Memória do Inst. Arch. e Geogr. Pernambucano em 1918 (FRANCA, 1977, p. 47-48).



Figuras 89 e 90: Estátuas de mulher com Cadeceu de Hermes e Justiça, na cabeceira da Ponte Maurício de Nassau.

Fonte: <http://litteraturamundi.blogspot.com/2013/03/as-quatro-estatuas-da-ponte-mauricio-de.html>.

Atualmente, a ponte Maurício de Nassau tem sofrido com ações de vandalismo, como: pichações, deterioração dos adornos, holofotes e postes danificados, além das placas enferrujadas com as informações turísticas da ponte enferrujada (PERNAMBUCO, 2018). Em 2022, a prefeitura do Recife junto à EMLURB, lançaram um investimento para reparar os danos causados na ponte, dentre os quais a recuperação de partes quebradas e uma nova pintura, em tons de marrom claro, framboesa, amarelo e cinza escuro (RECIFE, 2022) (Figura 88).

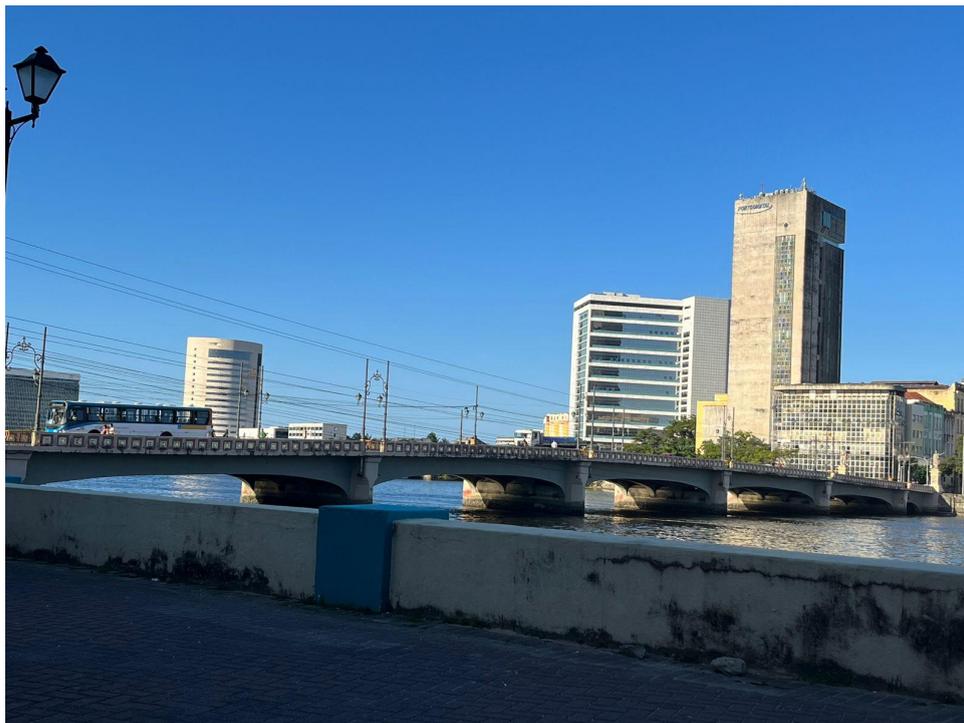


Figura 91: Ponte Maurício de Nassau, em 2022.
Fonte: Acervo do Autor.

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional

A ponte **conserva** sua integridade sócio-funcional, em razão de manter o seu uso enquanto via de conexão entre o bairro do Recife e o bairro de Santo Antônio, com o tráfego diário de ônibus, automóveis e pedestres, além da inserção recente de uma ciclofaixa para acolher os ciclistas.

Integridade Estrutural

A Ponte Maurício de Nassau **conserva** o seu caráter estrutural, por manter suas formas originais e seus ornamentos, mesmo que tenha sofrido pequenas alterações realizadas no tráfego de veículos, devido às ações de reparação, durante o recorte temporal analisado.

Integridade Visual

O bem cultural **conserva** sua integridade visual, pois mantém a sua apreensão junto ao Rio Capibaribe e às suas cabeceiras, conectando os sítios históricos do Recife.

3.7. Galo da Madrugada

A agremiação carnavalesca, inicialmente conhecida como Clube de Máscaras O Galo da Madrugada, foi fundada em 23 de janeiro de 1978, sob a tutela de Enéas Alves Freire, com participação de sua família e amigos, em sua residência no bairro de São José, no centro do Recife (Figura 89 e 90).



Figuras 92 e 93: Primeiro desfile do O Bloco de Máscaras O Galo da Madrugada.

Fonte: <https://revista.algomas.com/cultura/pernambuco-antigamente/5-fotos-do-galo-da-madrugada-antigamente>.

Dentre seus principais objetivos, desde a fundação do bloco, se destaca a busca por reviver as tradições dos antigos carnavais de rua do Recife, descritas por Mário Sette (1981: 47-49) no relato “Carnaval do meu tempo”. No documento, o autor dissertou acerca da folia de Momo, que enchia as ruas do Recife, entre o final do século XIX e início do século XX. Desse modo, o Clube de Máscaras O Galo da Madrugada surgiu por meio de manifestações espontâneas e populares, unindo a musicalidade do frevo e grupo de mascarados (SOARES, 1992: 24).

Desde seu surgimento, o bloco recebeu a adesão de uma multidão de foliões, ano a ano, que foi capaz de reativar o carnaval de rua do Recife, com destaque para o ano de 1994, quando recebeu mais de um milhão de pessoas no seu desfile (Figura 91). Com isso, foi intitulado como o maior bloco de carnaval do Brasil, pelo Livro dos Recordes. Em 2009, o Galo da Madrugada recebeu o título de Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado, pela Lei Nº 13.712/2009, sancionada pelo então Governador Eduardo Campos, que retificou a importância do tombamento para a garantia da permanência dessa manifestação, por trazer consigo a identidade e a

memória de diferentes grupos formadores da sociedade pernambucana. (IANINO, 2012).

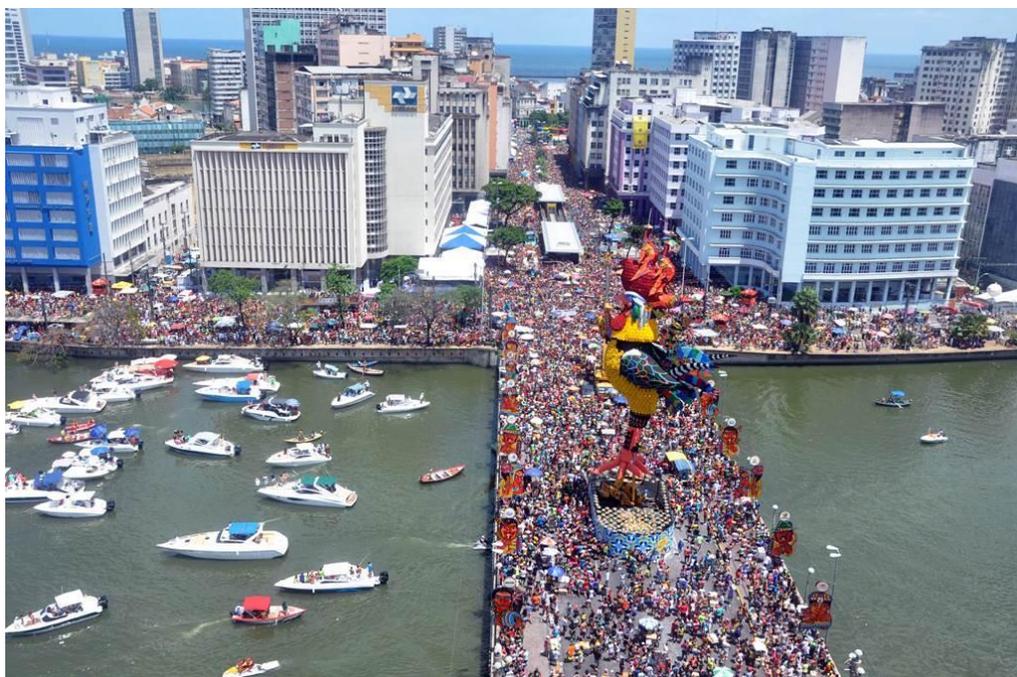


Figura 94: Imagem aérea da Ponte Duarte Coelho com a estátua do Galo em meio ao desfile
Fonte: <http://www.galodamadrugada.com.br/>

Acrescido a isso, tem-se a geração de renda impulsionada pelo desfile do Bloco nos diversos setores da economia, com destaque para os atuais camarotes, o comércio popular de rua, os restaurantes e os ambulantes, que aproveitam toda a duração do desfile, alavancando suas vendas (Figuras 92 e 93). Outro setor que se destaca é o do turismo, pois o bloco é capaz de atrair milhares de visitantes para o Estado, todos os anos, colocando Pernambuco na rota turística no Carnaval. Em razão disso, são impulsionados os investimentos, feitos por parte dos patrocinadores, emissoras de televisão e sites da internet, que transmitem o desfile para diversos países, e assim propagando assim a cultura pernambucana (IANINO, 2012).

A geração de emprego se destaca no setor têxtil, na produção de fantasias e peças para as alegorias, bem como toda a produção do desfile, que engloba cenógrafos, pintores, estilistas e artesãos, que concentram as atenções para a realização do desfile, cerca de seis meses antes do período carnavalesco, assim descrito:

“Além disso, as produções para a realização do desfile do Galo da Madrugada criam oportunidade de geração de renda para milhares de pessoas em diversos setores. Na concepção e realização das alegorias são 31 profissionais, entre cenógrafos, pintores e artesãos, que trabalham desde o mês de setembro de 2016 até o dia do desfile. Na produção das fantasias para o Galo (cerca de 300), desde novembro de 2016, em média 36 profissionais, entre costureiras, bordadeira e estilistas, se mobilizam para a criação das peças. Além das fantasias confeccionadas diretamente para o Galo da Madrugada, milhares de outras roupas festivas são produzidas por pessoas, famílias e lojas comerciais de diferentes marcas, a fim de atender aos foliões que tradicionalmente brincam fantasiados no Galo, gerando renda para o estado de Pernambuco.” (IANINO, 2012)



Figuras 95 e 96: A *camarotização* do desfile e o histórico comércio popular de rua, respectivamente
Fonte: <http://www.galodamadrugada.com.br/>

O desfile reúne expressões populares que traduzem a identidade cultural do Estado e se refletem nos ritmos e nas danças, a exemplo dos reis e rainhas, afoxés, troças, caboclinhos, maracatus, com destaque para o Frevo. Seu fortalecimento e difusão é tido como um dos objetivos principais do Galo da Madrugada, cuja singularidade foi reconhecida pelo IPHAN em 2007, recebendo o título de Patrimônio Cultural, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão. Em 2012, O Frevo recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a titulação de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Figura 94).



Figura 97: A presença de ritmos e danças locais, a exemplo do Frevo
Fonte: <https://jornalzonasul.com.br/vila-mariana-tera-galo-da-madrugada/>

Em detrimento das transformações sofridas no decorrer do tempo, as práticas realizadas no desfile permaneceram, perpetuando-se como uma festa, majoritariamente, de rua, com desfile democrático. O desfile do bloco carnavalesco é realizado no sábado de Zé Pereira, com a imponente presença da estátua do galo, montada sobre a Ponte Duarte Coelho (Figura 95 e 96). Os carros alegóricos seguem o mesmo percurso dos primeiros desfiles pelas ruas dos bairros de Santo Antônio e São José, acompanhados por uma multidão de foliões fantasiados durante a festa.



Figuras 98 e 99: Desfile do Galo da Madrugada na tradicional Rua da Concórdia
Fonte: <http://www.galodamadrugada.com.br/>

Desde seu início, o Galo da Madrugada foi capaz de alterar profundamente o perfil do carnaval da cidade, gerando um sentimento de identidade do povo pernambucano e de continuidade, por ser algo transmitido de geração em geração, fazendo parte da história do Recife. Apesar das transformações ao longo do tempo, como o surgimento de novas estruturas, camarotes e trios elétricos, são acrescentadas novas tecnologias, que permitem a participação de foliões virtualmente, via TV/Internet.



Figuras 100 e 101: Escultura do Galo na Ponte Duarte Coelho, nos anos de 2003 e 2006, respectivamente
Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/jc-na-fofia/noticia/2017/02/22/veja-como-ja-foi-o-galo-da-madrugad-a-gigante-ao-longo-de-15-anos-271859.php>

Avaliação de Integridade:

Integridade Sócio-funcional

A manifestação **conserva** seu atributo sócio-funcional, pois o desfile do Galo da Madrugada permanece atraindo milhares de pessoas às ruas, em escala internacional, que usufruem dos shows, apresentações, ritmos e danças, a exemplo dos reis e rainhas, afoxés, troças, caboclinhos, maracatus, com destaque para o Frevo. Dessa maneira, configura-se como um festejo, majoritariamente, de rua, com desfile democrático.

Integridade Estrutural

A manifestação cultural **conserva parcialmente** sua dimensão estrutural, isto é, desde seu primeiro desfile (1978), até os dias atuais (2022), algumas alterações foram percebidas, tais como: a) participação governamental na organização do desfile; b) o surgimento de polos carnavalescos descentralizados com a criação de

novas estruturas, tais como camarotes e trios elétricos, além de c) novas tecnologias de transmissão do desfile. Entretanto, são observadas também suas permanências, enquanto desfile democrático, predominantemente de rua, com práticas consolidadas, como a presença da estátua do galo, sobre a Ponte Duarte Coelho, o roteiro do desfile e a utilização de fantasias por parte dos foliões, que refletem o sentimento de identidade dos pernambucanos.

Integridade Visual

A manifestação cultural **conserva parcialmente** seu atributo visual, visto que, durante o sábado de Zé Pereira, dia do desfile do bloco, a apreensão visual da sua paisagem é baseada na presença de milhares de pessoas nas ruas de Santo Antônio e São José, com decorações carnavalescas e ruas mais coloridas. Não obstante, o surgimento das novas estruturas que acompanham os desfiles contribui para alterar a percepção visual do desfile, visto que elas modelam a paisagem das ruas e podem até se tornar barreiras para os espectadores.

3.8. Diversidade do Comércio da Rua Nova

A Rua Nova, inserida na SPR-2, é historicamente um importante eixo comercial do bairro de Santo Antônio, composta por sobrados de diferentes volumetrias que remontam ao século XVII, cuja formação está intrinsecamente ligada à expansão urbana da cidade, como afirma Andrade (1979):

A origem da atual rua Nova (que já tenta-se batizar sem êxito como rua Barão da Vitória e rua João Pessoa) prende-se com a construção da primitiva ponte da Boa Vista durante o governo (1737-1746) de Henrique Luís Pereira Freire. Dessa construção, aliás, é graças aos aterros de acesso à ponte feitos a partir de ambas as margens do rio, não só resultou a rua Nova como também a da Imperatriz (ANDRADE, 1979, p. 3 apud. FELIX NETO, 2022)

As atividades comerciais na Rua Nova se desenvolveram fortemente desde o século XVIII, no comércio de rua e nas lojas situadas nos térreos dos sobrados (NÓBREGA, 2008). A princípio, buscava atender apenas às necessidades básicas dos moradores do bairro, mas, posteriormente, com o advento da revolução industrial, foram acrescentadas novas dinâmicas ao mercado de consumo, resultando na especialização do comércio (FELIX NETO, 2022).

No final do século XIX e começo do século XX, a Rua Nova se postula como principal eixo comercial, sobretudo de artigos de luxo, que atendiam à aristocracia recifense, além de pontos de serviços, lazer e de conveniência (NÓBREGA, 2008):

Na rua Nova localizavam-se cinemas, casas de chá, lojas de roupas (com os últimos modelos de Paris), sapatarias, lojas de chapéu, perfumes, confeitarias etc. Estabelecimentos voltados para consumidores de classes média e alta do Recife, que praticavam nesta rua o que vários autores e cronistas da época denominavam de: o footing da Rua Nova (NÓBREGA, 2008, p. 109).



Figura 102: Comércio da Rua Nova na década de 1970.
Fonte: Acervo da Prefeitura do Recife.

A partir da década de 1960, com a diminuição do uso habitacional, em razão das políticas higienistas do século XX e das remodelações sofridas em Santo Antônio, a Rua Nova passou a ser predominantemente ocupada por uso de comércio e serviços. Acrescido a isso, na década de 1980, após a construção dos shoppings centers e sua relevância como novas centralidades no Recife, as ações governamentais voltadas para o comércio no histórico polo comercial se tornaram mais escassas. Não obstante, em 1978, foram implementadas medidas como a colocação de mobiliários públicos e a pedestrianização da rua (NÓBREGA, 2008).

Desse modo, os antigos comércios de luxo da Rua Nova foram transferidos para os novos centros comerciais, acrescido do fato dos comerciantes de rua serem em sua maioria retirados da via e realocados no “camelódromo”, construído na década de 1990, que reduziu drasticamente a demanda comercial, de serviços e lazer na área (FELIX NETO, 2022).

A fim de reativar o centro comercial, os comerciantes passaram a vender produtos de primeira necessidade, de consumo imediato e que se voltassem para as camadas mais populares, como vestuário e acessórios (Zanchetti; Marinho; Lacerda. 1998). Segundo Costa (2003), este tipo de artigo foi adotado pelas “particularidades de mercado regional, representado pelas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, e do mercado global, pelos países dos tigres asiáticos.” Segundo a autora, no ano de 1999, na Rua Nova, havia aproximadamente 47 lojas, dentre as quais 32 (68,08%) estavam no ramo de vestuário enquanto os 31,94% restantes se dividiam entre artigos para o lar, alimentação e produtos diversos (COSTA, 2003 apud. FELIX NETO, 2022).

Atualmente, de acordo com o Diagnóstico da DPPC (2020), o eixo da Rua Nova conta com aproximadamente 75% das edificações de uso comercial, enquanto o restante se distribui entre serviços e armazenagem. Em face disso, a recente lei do Recentro (2021) promoveu uma gama de incentivos fiscais para incentivar o uso habitacional e a diversificação dos serviços ofertados na ZEPH-10.

“As isenções de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), de Imposto sobre Serviços (ISS) e de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incidirão sobre atuações de construção ou de recuperação e intervenção para renovação de imóveis, na intenção de transformar território do Recentro em um “paraíso fiscal”, como reafirmou Campos (2021) (BERNARDINO, 2022, p.25).



Figura 103: Esvaziamento do comércio na Rua Nova, atualmente.
Fonte: Diego Nigro/JC Imagem.

Integridade Sócio-funcional

A diversidade do Rua Nova só **conserva parcialmente** o seu caráter sócio-funcional, mesmo levando em conta sua atual relevância enquanto eixo comercial. A criação dos shoppings centers e de novos polos comerciais distribuídos pelo Recife, além da retirada dos comerciantes de rua que compunham o espaço, reduziu a diversidade do comércio da Rua Nova, outrora baseado em artigos de luxo, restaurantes, escritórios e serviços de lazer. Por outro lado, a situação se agrava, tendo em vista a grande quantidade de pavimentos e imóveis inteiros subutilizados, servindo unicamente como local de estoque e armazenamento do comércio.

Integridade Estrutural

A diversidade do comércio da Rua Nova **conserva apenas parcialmente** seu atributo estrutural, pelo fato de, dentro do recorte temporal analisado, o bem ter sofrido alterações com relação à sua estrutura. Dentre as alterações, destacam-se: a) a retirada de grande parte dos comerciantes de rua, b) a subutilização de grande

parte dos imóveis, com alto nível de desmembramentos, das substituições e modificações que ocasionam perdas edílicas e c) o fato do comércio ter sofrido um processo de popularização, com a comercialização de produtos de primeiro consumo, como vestuário e acessórios.

Integridade Visual

Com relação à integridade visual, o comércio da Rua Nova **conserva apenas parcialmente** este atributo, a despeito do comércio ainda se destacar na paisagem do espaço. Além disso, a forte presença de *banners* e letreiros nas lojas, acrescida ao estado de conservação dos imóveis, interferem na apreensão visual do atributo.

3.9. Procissão do Carmo

A história do festejo religioso se encontra diretamente ligada à Basílica do Carmo, à ordem carmelita e ao próprio povo pernambucano. Em Pernambuco, a devoção à Nossa Senhora do Carmo remonta à chegada dos Carmelitas, em torno de 1580, estimulada pelas autoridades governamentais que, por sua vez, exerciam influências sobre a comunidade, como afirma o professor Severino Vicente da Silva (2019). A ordem carmelita se fixou no Recife, onde anteriormente estava localizado o Palácio da Boa Vista, do Conde Maurício de Nassau. A construção da Basílica durou cerca de cem anos, iniciada em 1685 e finalizada em 1767:

Esta construção trouxe grande significado a cidade do Recife, que já fazia referência à citada Senhora do Carmo com muito fervor e adoração. A construção da igreja e do convento a imagem da excelsa tornou-se uma representação de fé para a cidade e a sua sociedade católica proporcionando um maior elo com a virgem do Carmelo. (SILVA e PACHECO, 2013)

As festividades religiosas para Nossa Senhora do Carmo foram surgindo naturalmente por iniciativa do próprio povo e incorporadas à cultura como uma forma de extensão da vida religiosa. A liturgia deveria ser acompanhada de festejos para as divindades protetoras, apresentando-se para a sociedade como um momento de congelamento da cultura no tempo (PEREZ, 2002, apud SANTANA, 2011). A princípio, a festividade era realizada em frente à basílica, com a veneração da imagem da padroeira; Posteriormente, com a adesão popular das diversas camadas da sociedade Recifense, a festividade foi adquirindo projeção a ponto de os frades construírem a novena de Nossa Senhora do Carmo (SILVA e PACHECO, 2013)

Em 1909, com a participação de muitos fiéis, foi elaborada a proposta do povo de transformá-la em padroeira do Recife e, no ano de 1919, a padroeira recebeu a coroação canônica, sendo reconhecida pela Santa Sé a representatividade da imagem para a sociedade, concedida pelo então Papa Bento XV. Com esses feitos, as festividades foram ganhando ainda mais repercussão no calendário religioso do Estado. Os trabalhos foram impulsionados por frei André Maria Prat (1872-1944), espanhol da ordem carmelita, enviado ao Brasil para fazer a restauração física e espiritual da ordem religiosa, com a promoção de missas, novenas e procissões para a santa (SILVA e PACHECO, 2013):

“Os festejos à Virgem do Carmo nos 1920 ganhavam mais força dentro do meio social, comercial e político. Transformando o novenário de fé e devoção em uma data cada vez mais importante no calendário religioso e anual da cidade”. (SILVA e PACHECO, 2013)



Figura 104 e 105: Procissão de Nossa Senhora do Carmo, em 1979.

Fonte:><https://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/07/15/com-as-bencao-da-dona-do-carmo/><

A repercussão do festejo era tanta que, durante o governo de Augusto Lucena, o dia 16 de julho entrou como data oficial no calendário dos feriados da cidade do Recife, sendo considerado feriado municipal. Atualmente, a festividade é realizada entre os dias 6 e 16 de julho, anualmente, com mais de cem missas em homenagem à padroeira, dentro da Basílica do Carmo e no claustro do convento. No último dia (16), é celebrada a procissão acompanhada de milhares de pessoas, onde a imagem de Nossa Senhora do Carmo desfila pelas ruas do bairro de Santo Antônio, incluindo passagens pelas Avenidas Nossa Senhora do Carmo e Martins de Barros, Praça da República, Rua do Sol e Avenidas Guararapes e Dantas Barreto.



Figura 106: Festa de Nossa Senhora do Carmo.
Fonte: Alexandre Aroeira/Folha de Pernambuco.

Integridade Sócio-funcional:

A manifestação religiosa **conserva** o seu caráter sócio-funcional, pois a festividade mantém suas atividades até os dias atuais, com a realização de missas e a famosa procissão, que perpetua os processos sociais ligados à festividade, levando milhares de pessoas às ruas para usufruírem da comemoração.

Integridade Estrutural:

A manifestação religiosa **conserva** o seu atributo estrutural, uma vez que mantém em sua essência o modelo da estrutura da festividade no decorrer dos dez dias de realização, no recorte temporal especificado. Acrescente-se a isso as missas realizadas na Basílica do Carmo, abertas ao público e a procissão que percorre as ruas do bairro de Santo Antônio.

Integridade Visual

A manifestação religiosa **conserva** seu atributo visual em razão de, principalmente no dia da procissão, receber milhares de pessoas no percurso entre as ruas do bairro, que modelam a paisagem de Santo Antônio, mantendo a apreensão visual da festa, em toda sua vitalidade, cores e iluminação, responsáveis por transmitir seus significados.

3.10. Mensuração

A avaliação das dimensões de Integridade, definidas por Jokilehto (2006), dos nove bens culturais elencados que compõem a ZEPH-10, dentro do recorte temporal estipulado, entre a elaboração do PPSH (1978) e os dias atuais (2022), permite afirmar que, no sítio histórico, de modo geral, observa-se certo equilíbrio na conservação da integridade de parte dos atributos, ao mesmo tempo em que ocorreram significativas perdas dessas dimensões, a partir da Tabela 5:

LISTA DE BENS	INTEGRIDADE		
	Sócio-Funcional	Estrutural	Visual
Igreja Matriz de Santo Antônio			
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República			
Conjunto Moderno da Av. Guararapes			
Antiga Sede do Diário de Pernambuco			
Praça da Independência			
Ponte Maurício de Nassau			
Galo da Madrugada			
Diversidade do Comércio da Rua Nova			
Procissão de Nossa Senhora do Carmo			

Tabela 5: Tabela síntese das análises de Integridade, com base em Jokilehto (2006).
Fonte: Acervo do Autor

Na imagem X, os símbolos utilizados significam, respectivamente:



: Quando houve conservação integral do atributo



: Quando houve conservação parcial do atributo



: Quando houve perda do atributo

Confrontados os resultados da análise da dimensão sócio-funcional dos atributos dos bens culturais analisados em Santo Antônio, observou-se certo equilíbrio entre a conservação total e as perdas parciais sofridas, em quatro casos, além de um caso de perda total, resultando num maior número de perdas do que os casos de conservação. A partir dessa avaliação, pode-se concluir que a mudança e a ausência de usos dos bens analisados, ocasionadas pelas novas dinâmicas urbanas em Santo Antônio, interferiram diretamente na manutenção de sua dimensão sócio-funcional.

Os resultados das análises da dimensão estrutural mostraram que a maior parte dos atributos foram conservados, mesmo que se destaquem casos de perda parcial ou total da integridade. No tocante à integridade visual, na maioria dos casos, houve modificações parciais dessa dimensão, em comparação aos casos de conservação.

Pode-se afirmar que a conservação das dimensões analisadas se deu, em parte, pelo tombamento dos bens analisados, ao mesmo tempo que as perdas, parciais ou totais, foram causadas principalmente por alterações físicas às quais os bens foram submetidos. Tais alterações explicam-se pelo propósito de adaptar os bens a novos usos e necessidades contemporâneas, assim como a introdução de novas estruturas que interferem na paisagem do bairro.

Com base na metodologia de mensuração das dimensões de Integridade proposta por Lira (2009), que busca indicar o nível de perda sofrido pelo bem, de modo geral, foi elaborada uma tabela-síntese para melhor evidenciar os dados obtidos. Com base nos resultados da Tabela 6, pode-se afirmar que a ZEPH-10, com foco no sítio histórico de Santo Antônio, se mantém **parcialmente íntegra**, com mensuração geral de **01/03**, resultado de mudanças que ocasionaram perdas significativas para os bens analisados, no período compreendido entre 1979 e 2022.

LISTA DE BENS	MENSURAÇÃO DA INTEGRIDADE			
	0	1	2	3
Igreja Matriz de Santo Antônio				
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da República				
Conjunto Moderno da Av. Guararapes				
Antiga Sede do Diário de Pernambuco				
Praça da Independência				
Ponte Maurício de Nassau				
Galo da Madrugada				
Diversidade do Comércio da Rua Nova				
Procissão de Nossa Senhora do Carmo				

Tabela 6: Tabela síntese da mensuração da integridade.
Fonte: Acervo do Autor

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo a avaliação do conceito de integridade aplicada à ZEPH-10, com foco no sítio histórico de Santo Antônio, fundamentada na necessidade da revisão do funcionamento do instrumento de preservação atual, isto é, a Lei de Preservação dos Sítios Históricos do Recife (nº 13.957/1979), por meio do cotejo entre a situação em 1979 e nos dias atuais (2022).

As reflexões teórico-conceituais acerca das noções patrimoniais conduziram as etapas posteriores de análise dos bens, que consistiu, primeiramente, em apresentar suas conceituações. O debate buscou identificar as lacunas observadas entre o modelo internacional e o proposto pelo PPSH (1978) de modo a evidenciar como o desalinhamento é capaz de ameaçar a salvaguarda do patrimônio. Portanto, ao avaliar a integridade dos atributos da ZEPH-10, a contribuição do presente trabalho foi reunir em uma tabela-síntese o grau de inteireza dos bens culturais, responsáveis pela atribuição de significados ao sítio histórico de Santo Antônio, para auxiliar no desenvolvimento de um sistema de gestão que garanta a preservação dos valores associados, como aponta Menezes (2015).

No capítulo que trata sobre a contextualização do objeto de estudo, sua elaboração se mostrou essencial para o entendimento sistemático da área, por meio de um levantamento histórico-cultural e de sua situação atual, e do reconhecimento dos atributos dos bens estudados, informação necessária para a aplicação eficaz da metodologia.

Para a operacionalização do trabalho, a lógica utilizada por Valentim (2016) foi adotada, com a apresentação dos atributos então identificados, por meio de sua evolução histórica e situação atual, e a sua avaliação com base nas subdivisões da noção de integridade proposta por Jokilehto (2006). Para a mensuração das perdas dos níveis de integridade aplicada a conjuntos urbanos foi adotada a metodologia de Lira (2009), trabalho cujo Valentim (2016) também se refere para sistematizar os seus resultados obtidos.

É importante ressaltar que na presente pesquisa foi realizada uma análise das condições de integridade, no âmbito prático-profissional. Para isso, teria sido necessária a realização de prospecções *in loco*, auxiliado por uma equipe

multidisciplinar. Porém, tal análise se torna de difícil alcance para um trabalho de conclusão de curso, de modo que possa ser confrontada com o conhecimento sistemático prévio para melhor compreender o conjunto urbano.

O trabalho possibilitou um cotejo eficaz sobre as condições atuais que constituem a ZEPH-10 e o bairro de Santo Antônio, à luz do conceito de integridade, em relação ao recorte temporal analisado. Dessa maneira, ficam abertas possibilidades de futuras coletas de dados e construção de novos estudos que aprofundem a pesquisa, no ambiente acadêmico, nos órgãos voltados para a conservação do patrimônio cultural e a sociedade civil que se envolve com o sítio histórico. Portanto, o presente trabalho visou aprofundar o debate sobre as noções internacionais, entre os atores sociais envolvidos com a salvaguarda do patrimônio cultural, além de sua aproximação com a realidade local, no que tange à gestão e à prática profissional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Maria Cecília Vargas de. **As manifestações culturais como atributos da paisagem dos sítios históricos do Recife**: o estudo dos bairros de Santo Antônio e São José. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

AMARAL, A. J. D. **A arquitetura do urbanismo e o urbanismo da arquitetura**: o estudo comparativo dos conjuntos das Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

ANDRADE, M. C. de. **Recife**: Problemática de uma região subdesenvolvida. Recife: UFPE, 1979.

AZEVEDO, Gabriela, **Declaração de Significância**: uma investigação metodológica, Trabalho de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013

BARRETO, C. G. P. **Renda Fundiária, legislação urbanística, disputa de usos do solo**: a transformação da Avenida 17 de Agosto em eixo comercial ao longo da última década. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BERNARDINO, I. **Áreas centrais em disputa**: Um olhar sobre a dinâmica recente de produção do espaço em tempos pandêmicos. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. XIX, Balneário Camboriú, 2022.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. D. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CURY, Isabelle, ed. **Cartas Patrimoniais**. 3a. Edição - Revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DPPC - Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife. **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife**. Diagnóstico das Zonas Especiais

de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural | Sítio Histórico de Santo Antônio e São José ZEPH-10 e 14. V. 1. Recife, 2020. Disponível em: https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/VOL%201_Diagn%C3%B3stico%20ZEPH-10%20e%2014_FINAL%20R1.pdf. Acesso em: 22 de Jul. de 2021.

DUTRA, Isabela Duarte. **(Re)significando São José: a construção da declaração de significância cultural, integridade e autenticidade – DSIA**. Trabalho de conclusão de curso. Orientado por Flaviana Barreto Lira. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

FELIX NETO, A. **Mercado imobiliário nos centros históricos brasileiros: seus submercados e respectivas dinâmicas frente à emergência de “novas fronteiras” de valorização do capital imobiliário**: Transformações das dinâmicas espaciais e sociais do comércio no centro histórico do Recife: o submercado Imperatriz-Rua Nova. Grupo de Estudos Sobre o Mercado Imobiliário e Fundiário (GEMFI). Recife, 2022.

JORGE, Ester Rodrigues da Costa: **O significado das pontes na paisagem do centro da cidade do Recife**. Recife: Dissertação (Mestrado - Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

FIDEM. Região Metropolitana do Recife: **Plano de Preservação dos Sítios Históricos. Recife**: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1978.

GASPAR, Lúcia. **Palácio do Governo de Pernambuco**. In: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/palacio-do-governo-de-pernambuco/>

GOMES, Geraldo. “Porque o Bairro do Recife?” Em **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**: Revalorização de áreas urbanas centrais, por Silvio Zancheti, Geraldo Marinho e Vera Milet. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1995.

IANINO, M. M. (2012). **Clube das máscaras O Galo da Madrugada**: o maior bloco de carnaval do Brasil é patrimônio cultural e tradição em Pernambuco. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 12 – UFGD - Dourados jul/dez 2012

ICOMOS Australia. **The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance**. Burwood: Australia ICOMOS Incorporated, 2013.

ICOMOS. **International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter 1964)**. Charenton-le-Pont, França: ICOMOS, 1965.

ICOMOS. **The Nara Document on Authenticity**. Charenton-le-Pont, França: ICOMOS, 1994.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração de Amsterdã**, 1975. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Norma de Quito**, 1967. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context. In: **City & Times**, V. 2, N. 1, 2006

LACERDA, Norma. Valores dos Bens Patrimoniais. In: LACERDA, Norma & ZANCHETI, Sílvio (orgs.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e métodos**. Olinda: CECI, 2012

LACERDA, N.; ANJOS, K. L. D. **Primazia do mercado de locação nos bairros degradados dos Centros Históricos das cidades brasileiras**: o caso do Recife. XIII Seminário Internacional RII. Salvador: [s.n.]. 2014.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009.

MEDINA, L. L. **A Legislação de Uso e Ocupação do Solo do Recife como Instrumento de Desenho Urbano**. 7o Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano. Recife: Anpur. 1997. p. 540-566.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Fundação Joaquim Nabuco. Editio Massangana. URB Prefeitura do Recife. Recife. 1988.

MENEZES, Larissa. **A teimosia do Patrimônio Cultural no Recife: A autenticidade e a integridade no patrimônio do bairro de São José**. in: Encontro Internacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2017.

NÓBREGA, M. L. C. C. **Todo caminho da na venda: a influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antonio e São José. 1970 – 2006**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PONTUAL, Virgínia. **Práticas Urbanísticas em Áreas Históricas: O Bairro do Recife**, Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, Vol. XII, nº752, 2007

PONTUAL, V.; PEREIRA, J. M. **As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife: dilemas, confrontos e o Plano de Gabaritos de 1965**. Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo, Campinas, n. 13, 2011.

PONTUAL, Virgínia y PICCOLO, Rosane. **A Demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Preservação de Sítios Históricos**. Recife, Gráfica Editora Ltda. 1ª Edição. 1981

REYNALDO, Amélia. **As Catedrais Continuam Brancas**. Cepe Editora. 2017

REYNALDO, A. M. D. O. **Las catedrales siguen siendo blancas**: Un estudio sobre la política de tratamiento del centro antiguo de Recife (Brasil). Barcelona: Tese - Universitat Politècnica de Catalunya, 1998.

REYNALDO, A. M. D. O. **Normas de preservação dos bairros de Santo Antônio, São José e do Recife**: Diagnóstico e análise propositiva. Recife: IPHAN, v. Produto 2, 2019

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado**: histórico dos bens tombados no Estado de Pernambuco/ Leonardo Dantas Silva - Recife: L. Dantas Silva, 2002. 272 p. il.

SILVA, L.; PACHECO, R. **RELIGIOSIDADE RECIFENSE NOTICIADA**: A festa de Nossa Senhora do Carmo nos Jornais dos anos de 1920. In: X Encontro Estadual ANPUH-PE. Recife, 2013.

SILVA, Paula. Maciel; ZANCHETI, Silvio Mendes. Integridade e autenticidade da arquitetura moderna: conceitos em discussão. In: **II Encontro da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2012, Natal. Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporânea. Natal: ANPARQ, 2012. v. 1. p. 1-13

SILVA, Rafael Arruda; **Ponte Maurício de Nassau**: modernidade, espaço urbano e usos do passado nas reformas urbanas do Recife (1909-1920). Recife: Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020.

SMITH, Robert C. **“Santo Antônio do Recife”**. In: Igrejas, casas e móveis. Recife: IPHAN, 1979

STOVEL, Herb. 2004. **Authenticity in conservation decision-making: the World Heritage perspective.** Journal of Research in Architecture and Planning, Conservation and Cultural Heritage, Volume 3. Karachi, 2004

STOVEL, Herb. Effective Use of Authenticity and Integrity as World Heritage Qualifying Condition. **City and Time**, v. 2, n. 3, p. 123-145, 2007

TABOSA, Mayara. **Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) como ferramenta de proteção do patrimônio moderno: (Re)descobririndo os blocos de Mayumi de Souza Lima para a Unidade de vizinhança São Miguel na SQN 107.** Brasília: Dissertação (Mestrado - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, 2021.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** Paris, 2005.

UNESCO. **World Heritage Centre.** Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Paris: WHC, 2019.

VAINSENER, Semira Adler. Recife. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 02/06/2022

VALENTIM, D. **Declaração de Significância do Sítio Histórico do Bairro do Recife.** Trabalho de conclusão de curso. Orientado por Virgínia Pitta Pontual. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

VIEIRA, N. M. **Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VINÃS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation.** Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann, 2005.

ZANCHETI, Silvio Mendes; LORETTO, Roseane Piccolo. **“Dynamic integrity: a new concept to approach the conservation of Historic Urban Landscape (HUL).”** Textos para Discussão, 2012

ZANCHETI, Sílvio Mendes. O Recife do século XVIII como cidade barroca. **Anais do**, v. 6, 2012.

ZANCHETI, S.M.; HIDAKA, L.T.F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. **Judgement and validation in the Burra Charter process**: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. *City & Time* 4 (2): 5. [online] URL: <http://www.ct.ceci-br.org>. 2009.

ZANCHETTI, S.; MARINHO, G.; LACERDA, N. (Org.). **Revitalização do Bairro do Recife**. Plano, regulação e avaliação. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.